

REVISTA

nº06, 2016

COMUNICAÇÃO & SOCIEDADE

Parceiros



OXFAM
IBIS



Sweden
Sverige

Mara Clemente

Ernesto Nhanale e Armando Nhatumbo

Nelson Tivane

Gildo Cossa

Elias Djive, Isaías Carlos Fuel e Sandra Mapilele

Presidente

António Eduardo Namburete

Conselho Editorial

Ernesto Nhanale (CEC/Escola Superior de Jornalismo)
Luca Bussotti (CEC/Universidade Técnica de Moçambique)
Leonilda Sanveca (Universidade Pedagógica)
Francisco Vicente (Universidade Eduardo Mondlane)
Mário Fonseca (CEC/Universidade Eduardo Mondlane)

Endereço da Redação

Rua Sociedade dos Estudos, nº112, Maputo, Moçambique
www.cec.org.mz
Email: info@cec.org.mz
Sobre as normas de publicação consulte a página nº108
Revista Comunicação & Sociedade, nº6, 2016. *Em edição em atraso*
produzida e publicada em Dezembro de 2018; ISSN nº 2519-7339

Design Gráfico, Layout e Maquetização

8386 Deizgn - oito3 oito6 Deizgn

Nota de Abertura	08
Silêncios ensurdecedores. A investigação sobre o tráfico de seres humanos Mara Clemente	10
Os medias e o conflito político-militar em Moçambique: A orientação para a paz e o conflito nos jornais Savana e Domingo Ernesto Nhanale e Armando Nhantumbo	34
Coal mining and impact in local economy of Moatize, 1977/82 – 2007/12: repetition of history? Nelson Tivane	55
Capital social, redes sociais e empreendedorismo em Moçambique – Análise de Casos de Jovens Empreendedores Gildo Cossa	66
Análise dos discursos dos Moambenses em torno do programa Saúde Pública Caso: Centro Multimédia da Moamba Elias Djive, Isaías Carlos Fuel e Sandra Mapilele	86

Nota de Abertura

Este é o sexto número que editamos da Revista Comunicação & Sociedade do Centro de Estudos Interdisciplinares de Comunicação. Mesmo que não temático, o CEC mantém o seu interesse em debater questões pertinentes sobre os Media e a Sociedade.

Este número é elaborado num contexto em que o País travava uma discussão sobre os processo de pacificação e dos conflitos políticos militares que levaram à realização de uma Conferência pelo CEC, em 2017, com o tema “Media e conflitos: Os desafios da orientação de uma informação pública promotora do diálogo e da paz em Moçambique”. A conferência foi feita com o objectivo de discutir e analisar a maneira como os media, em Moçambique, se posicionaram na reportagem sobre os conflitos políticos e militares vividos no País desde 2013.

O texto inicial desta edição é uma contribuição feita na referida conferência pela pesquisadora do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL) de Lisboa, Mara Clemente que oferece um debate sobre

o tráfico de seres humanos (TSH). Trata-se de uma temática que recebeu uma crescente atenção política e mediática a nível internacional. Para a autora, existe um silêncio ensurdecedor das pessoas traficadas – especialmente das mulheres migrantes no mercado do sexo. Uma análise da investigação e dos dados que recolheu sugerem que esse silêncio se deve a um paradigma securitário na gestão do TSH e a uma resistência a ele por um segmento da sociedade civil. Uma identidade de “vítima” das pessoas traficadas contribuiu para a consciência e a mobilização política em torno do TSH. Atualmente, essa identidade das pessoas traficadas contribui para o seu silêncio e para lhes negar a agência.

Uma outra análise relevante, no que diz respeito aos media, é sobre a cobertura dos jornais Savana e Domingo no conflito político-militar. Ernesto Nhanale, pesquisador do CEC, e Armando Nhantumbo, jornalista, oferecem algumas contribuições sobre a orientação do jornalismo em Moçambique na cobertura do conflito político-militar entre o Governo e a Renamo, entre 2013 e 2016. A partir da

análise das reportagens publicados entre 2015 e 2016 nos jornais semanários Savana e Domingo, os autores avaliam a maneira como os dois jornais orientam a sua cobertura, questionando até que ponto a sua acção foi orientada para um debate promotor da paz, através de reportagens que respondam a uma informação baseada nos princípios de veracidade e de equilíbrio sobre os acontecimentos e as partes em conflito; ou para um debate promotor do conflito, na medida em que publicam informações manipuladas, baseadas em padrões que valorizam a propaganda e em julgamentos que valorizam ou desvalorizam as partes em conflito. O texto integral oferece análises e debates interessantes sobre estas orientações!

Seguem mais três propostas de leitura importantes: Uma de Nelson Tivane, publicada em inglês, sobre o impacto da mineração de carvão na economia local em Moatize, comparando os períodos de 1977/82 e 2007/2018; uma discussão proposta por Gildo Cossa sobre o capital social das redes sociais e empreendedorismo em

Moçambique que faz um estudo de casos sobre como os jovens empreendedores usam as redes sociais, sobretudo o facebook; e, finalmente, Isaías Fuel, Elias Djive e Sandra Mapilele oferecem uma análise sobre os discursos dos residentes de Moamba, distrito de Maputo, em torno dos Programas de Saúde Pública produzidos pela Rádio Comunitária Local.

Como se pode notar, neste número, o CEC continua a fazer fé à sua abordagem de trazer temáticas, análises e propostas de debates que cruzam as questões dos media, assim como das diversas áreas sociais.

Queremos, mais uma vez, renovar os nossos agradecimentos a todos os autores e os colaboraram para a produção deste número. Aos nossos leitores, desejamos uma boa leitura e que as nossas contribuições continuem a alimentar a vontade de saber mais sobre os media e a sociedade.

Silêncios ensurdecedores

A investigação sobre o tráfico de seres humanos

Mara Clemente*

Resumo:

Nas últimas décadas, o tráfico de seres humanos (TSH) recebeu uma crescente atenção política e mediática a nível internacional. Esta atenção tem sido acompanhada por um aumento progressivo das publicações, assim como por um esforço para produzir estimativas do problema. Este artigo é o resultado de uma revisão crítica da literatura e dos dados sobre o TSH em Portugal. Entre as características primárias da investigação está o silêncio ensurdecedor das pessoas traficadas – especialmente das mulheres migrantes no mercado do sexo. Uma análise da investigação e dos dados sugere que esse silêncio se deve a um paradigma securitário na gestão do TSH e a uma resistência a ele por um segmento da sociedade civil. Uma identidade de “vítima” das pessoas traficadas contribuiu para a consciência e a mobilização política em torno do TSH. Atualmente, essa identidade das pessoas traficadas contribui para o seu silêncio e para lhes negar a agência. Esta revisão identifica a necessidade de avançar tanto no nosso conhecimento quanto na intervenção prática sobre o assunto através dum envolvimento mais forte de várias organizações, incluindo ONGs abolicionistas e não abolicionistas. Uma investigação independente com uma base empírica sólida é crucial.

Palavras-chave: tráfico de seres humanos; estado da arte; paradigma securitário; identidade de vítima; Portugal.

*mara.clemente@iscte-iul.pt
Istituto universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL), Lisboa, Portugal

Silences deafening

Research into trafficking of human beings

Mara Clemente*

Abstract:

In recent decades, human trafficking (TSH) has received increasing international political and media attention. This attention has been accompanied by a progressive increase in publications as well as an effort to produce estimates of the problem. This article is the result of a critical review of the literature and data on TSH in Portugal. Among the primary characteristics of the investigation is the deafening silence of trafficked persons - especially migrant women in the sex industry. An analysis of the research and data suggests that this silence is due to a safety paradigm in the management of TSH and resistance to it by a segment of civil society. A "victim" identity of trafficked persons has contributed to the awareness and political mobilization around TSH. Today, this identity of trafficked persons contributes to their silence and to deny them the agency. This review identifies the need to advance both in our knowledge and in practical intervention on the subject through the stronger involvement of various organizations, including abolitionist and non-abolitionist NGOs. Independent research with a solid empirical basis is crucial.

Keywords: human trafficking; state of art; security paradigm; victim identity; Portugal.

*mara.clemente@iscte-iul.pt
Instituto universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Investigação e
Estudos de Sociologia (CIES-IUL), Lisboa, Portugal

Introdução

Desde o final da década de 1990, o tráfico de seres humanos (TSH) recebeu uma crescente atenção internacional. A mobilização de organizações nacionais e internacionais, governamentais e não governamentais, foi acompanhada por um aumento progressivo das publicações sobre o tema. Estas têm sido rapidamente objeto de um esforço de recolha e revisão crítica (ver Kelly, 2002; Laczko e Gozdzia, 2005; IOM, 2008). Refletindo as prioridades do Protocolo das Nações Unidas sobre o Tráfico de Pessoas (2000)¹, as revisões da literatura concentraram-se principalmente no tráfico de mulheres para fins de exploração sexual. Além da falta de experiência de investigação empírica e contacto com as pessoas traficadas, ao longo dos anos, as narrativas e os mitos, as contaminações ideológicas e políticas que atravessam os estudos sobre o TSH, com a preocupação de responder a uma agenda política particular, foram criticamente destacados (ver Dragiewicz, 2014; Goz dzia, 2008; Goz dzia et al., 2015; Weitzer, 2014; Zhang, 2009, 2012).

A necessidade de políticas baseadas em evidências e de uma alocação de recursos mais adequada também incentivou as organizações internacionais e os governos de diferentes países a fazerem esforços para coligir dados internacionalmente comparáveis. Contudo, ainda hoje, não raramente, estimativas internacionais e nacionais alarmantes de um número crescente de pessoas traficadas são produzidas e divulgadas para justificar a “cruzada moral” contra o tráfico (Weitzer, 2007 e 2014) e para controlar homens e mulheres migrantes, em contraste com as leis migratórias, laborais ou relativas à prostituição (Doezema, 2000; Lee, 2011; Piscitelli, 2013).

Com o chamado Protocolo de Palermo e os posteriores instrumentos europeus e comunitários de prevenção e luta contra o tráfico e de proteção e assistência a pessoas traficadas, inclusive em Portugal, temos assistido a uma progressiva adaptação das políticas e das legislações nacionais. O ano de 2007 assinala um momento chave na experiência portuguesa. O TSH é definido como um crime distinto do lenocínio, no artigo 160.º do Código Penal. Com a lei n.º 59/2007, de 4 de setembro, foi considerada a exploração laboral e a remoção de órgãos, além da exploração sexual das mulheres, e caiu o requisito da transnacionalidade do crime. Por outro lado, ao longo dos anos, as estimativas do problema indicaram que Portugal não é apenas um país de destino e trânsito,

¹ De acordo com o Protocolo das Nações Unidas relativo à prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas, em especial de mulheres e crianças (Protocolo de Palermo), “por ‘tráfico de pessoas’ entende-se o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou de situação de vulnerabilidade, ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tem autoridade sobre outra, para fins de exploração. A exploração deverá incluir, pelo menos, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, a escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a extração de órgãos” (art. 3.ºa).

mas também de origem de cidadãos portugueses traficados dentro e fora das fronteiras nacionais (ver também Clemente, 2017a). Com o passar do tempo, foram levadas a cabo novas medidas de ajustamento do quadro jurídico. Mediante a adoção da Diretiva 2011/36/UE, através da Lei n.º 60/2013, de 23 de agosto, a definição do crime de tráfico acabou por incluir novas formas de exploração, tais como mendicidade, escravatura e exploração de atividades criminosas².

A crescente atenção política em relação ao TSH tem sido acompanhada, inclusive em Portugal, por um aumento da literatura sobre o tema. Ela configura-se, acima de tudo, como expressão do esforço político-institucional diante do novo quadro político e legislativo, internacional e nacional, e dos compromissos derivados. A investigação e os dados começam a ser produzidos e/ou encomendados, a nível governamental ou por parte de instituições intergovernamentais, no seio de mais amplos programas de intervenção nesta matéria. Uma das medidas previstas no âmbito do I Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos (PNCTSH) (2007-2010) levou à constituição, em 2008, de um Observatório sobre o TSH junto ao Ministério da Administração Interna, orientado para a recolha de dados sobre o assunto; a partir do ano seguinte, esta entidade publicará a cada ano um relatório sobre o TSH. As organizações da sociedade civil intervêm, em menor grau e apenas nos últimos tempos, na produção de estudos sobre o tema. O problema tem despertado paulatinamente o interesse científico da academia, mas, em geral, a investigação sobre o TSH parece manter um posicionamento subalterno relativamente a outras linhas de pesquisa consideradas prioritárias. Provavelmente também por esta razão, parece que falta uma reflexão crítica ampla e partilhada sobre o estado da arte da investigação e os dados sobre o tráfico no país.

Este artigo resulta de uma primeira revisão crítica da literatura e dos dados sobre o TSH em Portugal. O seu objetivo não é fornecer um resumo dos resultados de estudos anteriores. Ele pretende descrever as principais características da investigação sobre o TSH e discutir as prioridades para as investigações futuras. Os principais elementos que foram considerados na análise da literatura coligida são: os objetivos e as perguntas de investigação, os métodos e as fontes de dados utilizados, os atores que financiam e realizam a investigação sobre TSH. Foram considerados os dados sobre TSH produzidos por organizações governamentais e não governamentais portuguesas. Entrevistas formais e informais com investigadores e

²De acordo com a nova redação do artigo 160.º, considera-se TSH todo o ato de “oferecer, entregar, recrutar, aliciar, aceitar, transportar, alojar ou acolher pessoa para fins de exploração, incluindo a exploração sexual, a exploração do trabalho, a mendicidade, a escravidão, a extração de órgãos ou a exploração de outras atividades criminosas: (a) por meio de violência, rapto ou ameaça grave; (b) através de ardil ou manobra fraudulenta; (c) com abuso de autoridade resultante de uma relação de dependência hierárquica, económica, de trabalho ou familiar; (d) aproveitando-se de incapacidade psíquica ou de situação de especial vulnerabilidade da vítima; ou (e) mediante a obtenção do consentimento da pessoa que tem o controlo sobre a vítima” (art. 160.º do Código Penal, alterado pela Lei n.º 60/2013, de 23 de agosto).

representantes de organizações governamentais e não governamentais, e a participação em diferentes eventos sobre o tema permitiram uma etnografia mais ampla da investigação.

Uma das principais características da literatura e dos dados examinados é o silêncio ensurdecedor de homens e mulheres traficados. O meu argumento é que esse silêncio é principalmente devido a um paradigma securitário na gestão da mobilidade humana e do TSH. Embora as últimas décadas tenham sido caracterizadas pela “redescoberta da vítima” e pelo desenvolvimento de políticas de justiça criminal “orientadas para as vítimas” (Lee, 2011), o sistema de proteção de pessoas traficadas é baseado, também em Portugal, principalmente nos objetivos do controlo da migração irregular e de perseguição dos traficantes. Esses objetivos são questionados por algumas organizações da sociedade civil. Tais organizações preferem não sinalizar as vítimas às autoridades competentes e serem elas a falar em nome das “suas vítimas”. Além disso, também em Portugal, uma identificação unidimensional de pessoas traficadas como “vítimas” parece contribuir tanto para negar a sua agência quanto para estigmatizar os migrantes e trabalhadores, particularmente as mulheres migrantes no mercado do sexo, que não estão em conformidade com uma representação simplista de vítima impotente, passiva, escravizada³. Parece que essas pessoas não são consideradas dignas do (ou adequadas ao) estatuto de vítima, ou não merecem a ajuda da justiça criminal.

O caso português, no seu conjunto, é representativo da situação em diferentes países onde, apesar da crescente atenção ao problema, migrantes e profissionais do sexo traficados não têm voz na investigação e na recolha dos dados, correndo-se o risco de um “conhecimento sociológico insuficiente, com manifesto prejuízo para a constituição de opinião ponderada por parte dos cidadãos e mesmo para a definição de políticas adequadas” (Silva et al., 2013: 13).

Este artigo salienta a necessidade de um maior conhecimento sobre o problema, por meio de investigação independente, com uma base empírica sólida e um maior envolvimento das diversas organizações com experiência de intervenção com homens e mulheres no mercado do sexo, bem como das próprias pessoas traficadas.

A literatura e a investigação

O Seminário Internacional Tráfico e Exploração Sexual de Mulheres, realizado no Porto, em dezembro de 1999, foi o primeiro encontro europeu em Portugal sobre este tema. O evento foi

³Como tive ocasião de destacar em outras ocasiões, prefiro a expressão “pessoa traficada” ao termo “vítima”, de forte carga emocional, o qual, ao colocar a ênfase na vulnerabilidade e no trauma, parece não reconhecer a agência dos sujeitos a que se refere.

promovido pela atual Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), um organismo de administração direta do Estado, integrado na Presidência do Conselho de Ministros, tradicionalmente encarregado de promover a cidadania e a igualdade de género. Esta entidade, expressão do feminismo de Estado no país (Monteiro, 2013), coordena e monitoriza as atividades de prevenção e combate ao tráfico de seres humanos em Portugal. O seminário foi cofinanciado pela Comissão Europeia através de um dos primeiros programas – o programa STOP –, que se concentrou em atividades de intercâmbio, estudo e formação de atores institucionais e sociais envolvidos com o TSH. O seminário foi concebido como uma espécie de chamada às armas de vários atores (em particular as entidades estatais e as autoridades policiais e judiciais) e expressava a preocupação de uma sincronização das políticas portuguesas com as europeias neste setor. As atas deste seminário (AA.VV., 2000) produziram uma das primeiras publicações sobre TSH em Portugal, que foi utilizada neste estudo.

Esta revisão examina a literatura produzida sobre TSH em Portugal entre 2000 e 2015⁴. Ela inclui livros e artigos de revistas sobre o tráfico. Pela sua importância, foi incluída a literatura cinzenta (grey literature) mais abrangente, particularmente pesquisas, estatísticas, relatórios de projetos e atas de conferências. As teses de mestrado e as dissertações de doutoramento também foram incluídas. No total, 65 publicações – 53 em português e 12 em inglês – foram coligidas e analisadas.

Depois de identificar as bases de dados disponíveis e de analisar as possibilidades fornecidas por elas, a pesquisa foi realizada usando os seguintes recursos: a Porbase – Base Nacional de Dados Bibliográficos portuguesa, o RCAAP – Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal, a Biblioteca do Conhecimento Online (B-ON), o CID – Centro de Informação e Documentação da CIG, o Google Scholar e a Web of Science. Além da literatura coligida através de vários bancos de dados, houve também uma recolha em cascata, na qual cada referência bibliográfica consultada levou a outras. Um elemento comum da procura e recolha em catálogos, que nem sempre concedem acesso aberto aos seus recursos, foi o uso do termo “tráfico” nas suas variantes portuguesa e inglesa e em combinação com outros elementos específicos, incluindo: “humano”, “mulheres”, “criança/menores”, “sexo/sexual” e “trabalho”.

A recolha e análise da literatura teve que lidar com pelo menos dois aspetos a serem aí considerados. O primeiro refere-se à natureza complexa do TSH, que está entrelaçado com uma variedade de problemas sociais – entre os quais: a migração, a prostituição, o trabalho, o crime

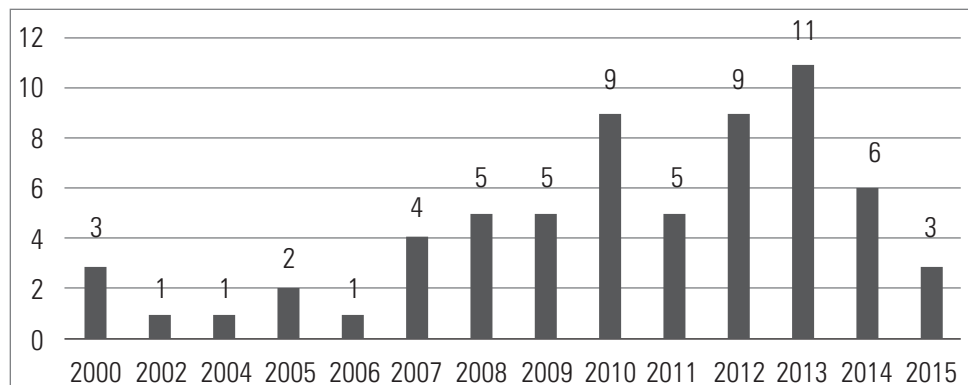
⁴A recolha da literatura analisada foi encerrada em 31 de outubro de 2015.

organizado, a desigualdade de género, etc. Decidi considerar apenas os estudos que abordam diretamente o TSH em Portugal, entendido como país de origem, trânsito ou destino de pessoas traficadas, com foco especial na produção no âmbito das ciências sociais. Esta escolha é provavelmente a principal razão das diferenças entre o presente trabalho e uma análise comparativa de estudos sobre o TSH realizada há alguns anos em seis países, incluindo Portugal, onde se referia um número total de publicações maior e uma diferente distribuição anual das publicações (AA.VV., 2007). Em particular, o estudo referido relatava a presença de 11 publicações no período entre 2000 e 2005 em comparação com as sete que foram coligidas e analisadas para esse artigo. Esta revisão da literatura também teve que considerar um segundo aspeto: a natureza fragmentada das várias bases de dados e a sua atualização frequentemente atrasada. As limitações da recolha bibliográfica, portanto, incluem uma possível não inclusão das publicações mais recentes sobre o assunto.

A análise da literatura coligida revelou elementos de continuidade e descontinuidade com a literatura internacional sobre o assunto.

Embora as primeiras publicações remontem a 2000, apenas a partir de 2007, com um ligeiro atraso em comparação com o panorama internacional mais amplo, há evidências do que pode ser chamado, embora com cautela, um crescente interesse pelo tema em Portugal (figura 1). Este aumento da literatura atingiu o pico entre 2010 e 2013. A queda relativa nas publicações nos últimos dois anos pode provavelmente ser atribuída à falta de atualização imediata dos catálogos bibliográficos e não a uma redução real na produção.

Figura 1. Aumento da literatura sobre TSH - N = 65 títulos



Em particular, desde 2000 e por aproximadamente dez anos, a maioria da literatura incluiu relatórios de pesquisa e projetos realizados e/ou encomendados por instituições governamentais, através de vários programas europeus, com o objetivo de promover uma convergência – que só em 2007 começou a operar formalmente – com as leis e políticas internacionais e europeias sobre o TSH.

Durante muito tempo, o interesse da comunidade acadêmica foi incentivado e financiado por esses projetos. Os objetivos, muitas vezes ambiciosos, dos primeiros estudos foram estabelecidos principalmente pelas entidades que os comissionavam. Embora esses estudos sejam frequentemente seguidos por novas publicações, como capítulos de livros e artigos de revistas que foram assinadas pelos membros dos grupos de pesquisa, a investigação acadêmica sobre o TSH parece ter permanecido numa posição subordinada ao estudo de outros problemas considerados uma prioridade no país. Nos anos imediatamente anteriores a 2010, o TSH entrou plenamente no debate político e mediático português, estimulando a produção das primeiras teses de mestrado e dissertações de doutoramento sobre esse tema (aproximadamente 14% da produção). Em certos casos, o interesse dos autores parece ser atribuível à sua experiência de trabalho nas instituições políticas e/ou policiais do Estado.

Ao contrário da situação que caracteriza o panorama internacional mais amplo, mesmo as organizações da sociedade civil, em Portugal, prestaram atenção limitada e atrasada ao tráfico e fizeram poucos esforços para realizar pesquisas sobre o tema. Por outro lado, quando o TSH se tornou uma componente da agenda política portuguesa, nenhuma organização tinha experiência do problema. Os instrumentos legislativos, financeiros e programáticos criados pela União Europeia para lançar as políticas de luta contra o TSH começaram a ser utilizados apesar dos números relativamente pequenos e/ou da capacidade limitada de interceptar o tráfico (ver, por exemplo, Bordonaro e Alvim, 2011; Manita e Oliveira, 2002). O TSH não foi imediatamente identificado entre as prioridades da sociedade civil organizada, historicamente caracterizada por uma “fraqueza institucional” e uma “dependência tradicional do Estado” (Santos, 1991). Assim, apenas após a construção do atual sistema de luta contra o crime e de assistência às pessoas traficadas há um maior envolvimento de algumas organizações que expandem as suas atividades para incluir o tráfico (ver também GRETA, 2013). Portanto, não é surpreendente que menos de 8% das publicações coligidas possam ser atribuídas a essas organizações; e que só nos últimos anos, e mais uma vez estimuladas pelas políticas europeias e por vários programas de financiamento, essas organizações se tenham envolvido no estudo do TSH.

A forma como o tráfico se afirmou como um problema em Portugal também explica os principais objetivos de estudo da literatura analisada. Esses objetivos eram, nos primeiros estudos

exploratórios (ver, por exemplo, Peixoto et al., 2005; Santos et al., 2007) e, depois, por um longo período, a identificação dos perfis pessoais e sociais das pessoas traficadas, das suas experiências de tráfico, e dos métodos de recrutamento, transporte e exploração foram as questões de pesquisa mais urgentes e predeterminadas pelas entidades que comissionavam os estudos. Alguns destes focaram também a atenção na cobertura do TSH pelos média. Mais recentemente, a condenação dos crimes de tráfico parece ter-se tornado um objetivo de investigação, bem como uma preocupação política (ver Matos e Maia, 2015).

É conhecido que, durante muito tempo, o TSH foi associado ao tráfico para fins de exploração sexual e, em muitos casos, os termos tráfico de pessoas e tráfico sexual foram, e provavelmente ainda são, utilizados de forma intercambiável (Zhang, 2009). Em consonância com a agenda política e a literatura internacional, as publicações analisadas concentram-se principalmente no tráfico para exploração sexual. Conforme mostrado na tabela 1, o tráfico para exploração sexual foi a única forma de exploração estudada em quase metade das publicações sobre o tema (46,2%). No momento da escrita deste artigo, novas pesquisas dedicadas à exploração nos diferentes setores do trabalho obtêm financiamento; no entanto, durante aproximadamente 15 anos, a exploração em áreas diferentes da sexual foi estudada apenas em casos excepcionais. Os estudos do tráfico para a mais ampla exploração do

	Frequência	(%)
Língua de publicação		
Português	53	81,5
Inglês	12	18,5
Tipo de publicação		
Relatórios de projetos e pesquisas	16	24,6
Relatórios governamentais	7	10,8
Atas de conferências	4	6,1
Livros	2	3
Capítulos de livros	12	18,5
Artigos	15	23,1
Teses de mestrado e dissertações de doutoramento	9	13,9
Tipo de tráfico		
Exploração sexual	30	46,2
Exploração sexual e laboral	6	9,3
Remoção de órgão	1	1,5
Mendicidade	1	1,5
Todos os tipos / sem distinção	27	41,5
População traficada		
Mulheres	27	41,6
Mulheres e homens	4	6,1
Mulheres e menores de idade	1	1,55
Mulheres, homens e menores de idade	2	3,1
Transexuais	1	1,55
Menores de idade	4	6,1
Todos os tipos / sem distinção	26	40
Tipo de investigação e dados		
Investigação empírica	31	47,7
Dados originais	16	
Dados não originais	15	
Investigação não empírica	34	52,3
Total	65	100

trabalho são frequentemente acompanhados de estudos do tráfico com fins de exploração sexual; combinadas, as duas formas de exploração são objeto de 9,3% das publicações. Nos últimos anos, a remoção de órgãos e a mendicidade tornaram-se objeto de interesse da investigação, além de preocupação legislativa.

Como é previsível, a atenção à exploração sexual está associada ao foco nas mulheres traficadas. Mais de 40% das publicações são dedicadas a essa população (tabela 1). A percentagem de estudos dedicados à população feminina aumenta se também se consideram os que incluem outras populações – homens ou menores de idade –, chegando a 52,35% da produção. Tal como a mais ampla exploração do trabalho, a exploração da população masculina traficada também raramente é o principal foco de atenção. A presença masculina está sempre associada a outras populações traficadas – femininas e/ou menores de idade, para um total de 9,2% das publicações. As publicações dedicadas especificamente aos menores de idade representam 6,1%; no entanto, a percentagem aumenta ao considerar as publicações que também incluem a população adulta, atingindo 10,75% do total. A população transexual é substancialmente excluída, mesmo das estimativas produzidas anualmente a nível governamental.

A análise da literatura coligida indica claramente uma característica importante que, com uma certa diferença, pode ser observada a nível internacional: o aumento recente e relativo do número de publicações sobre o TSH em Portugal não significa que haja um aumento da investigação empírica sobre o tema e não deve, por isso, ser confundido com mais e melhor investigação. Embora as primeiras publicações sobre o tema remontem a 2000, um pouco mais tarde do que no panorama internacional mais amplo, a primeira pesquisa empírica que identificou o TSH como seu principal objeto de estudo é de 2005 (Peixoto et al.). Mais tarde, novos estudos foram publicados; no entanto, como mostrado na tabela 1, menos de 50% das publicações coligidas, totalizando 31 trabalhos, basearam-se em pesquisas empíricas sobre o TSH. Além disso, essas publicações nem sempre representam estudos originais: aproximadamente metade delas, para um total de 15 publicações, são traduções ou republicações parciais de publicações anteriores. No total, são menos de 25% as publicações coligidas que referem investigação empírica original, o que, 15 anos após o Protocolo de Palermo, parece um panorama bastante medíocre.

Outro fator que limita o conhecimento do problema é que, mesmo quando os estudos continham dados empíricos, os protagonistas do problema, começando pelas pessoas traficadas e pelos traficantes, raramente são a principal fonte de informação. A pesquisa sobre o TSH em Portugal apresenta uma forte dependência de órgãos de polícia criminal (OPC), representantes de instituições governamentais e ONGs, que nem sempre têm experiência direta com pessoas traficadas. Em particular, apenas cinco dos 65 estudos recensados são baseados em entrevistas com pessoas traficadas.

A ausência das vozes das pessoas traficadas e a transmissão do conhecimento principalmente através de entidades policiais, representantes governamentais e organizações não governamentais refletem, pelo menos parcialmente, uma tendência que pode ser observada a nível internacional. Além disso, no caso de Portugal, quando estes estudos envolvem a recolha de dados entre pessoas traficadas, ao contrário do que acontece a nível internacional, essa recolha não se refere necessariamente a pessoas traficadas assistidas e/ou abrigadas. A pesquisa escassa que envolve diretamente as pessoas traficadas baseia-se no contacto na rua e/ou nos locais onde essa população é explorada (ver Santos Neves e Pedra, 2012; Santos, 2014). Em casos excepcionais, os encontros com pessoas traficadas são tornados possíveis pelas forças de polícia (ver Neves, 2011). Quando, novamente em casos excepcionais, os encontros são organizados através de ONGs, o contacto entre o pesquisador e o sujeito de estudo não pode ser assumido (ver Santos Neves e Pedra, 2012) ou só pode ocorrer na presença de representantes das organizações (ver Couto, 2012). O silêncio ensurdecedor das pessoas traficadas é forte tanto dentro como fora do sistema de acolhimento e proteção das pessoas traficadas construído em Portugal nos últimos anos.

Por quê é tão raro o contacto direto entre a pesquisa e as pessoas traficadas? A natureza criminal e o tamanho relativamente reduzido do problema em Portugal são suficientes para explicar o silêncio das pessoas traficadas? Em Portugal, por quê a pesquisa permanece quase exclusivamente fora dos abrigos e enfrenta constantemente uma reação “relutante” por parte dos sobreviventes de TSH? Para uma melhor compreensão, pode ser útil começar por uma revisão dos dados sobre TSH em Portugal.

O lado oculto dos números

Conforme mencionei acima, em Portugal, o debate e a investigação centraram-se principalmente no tráfico com fins de exploração sexual e as suas vítimas foram principalmente procuradas dentro do mercado do sexo. No entanto, os resultados de investigações sobre a prostituição feminina dos primeiros anos deste século sugerem uma presença relativamente baixa em comparação com as estimativas alarmantes dos média nacionais de então (ver, por exemplo, Manita e Oliveira, 2002; Riberio et al., 2005, 2007). Por sua vez, as estatísticas produzidas anualmente a nível governamental também sugerem um número relativamente baixo de pessoas traficadas.

De acordo com o Observatório do Tráfico de Seres Humanos do Ministério da Administração Interna (OTSH/MAI) português, durante o período de 2008-2014, foram sinalizadas 1110 potenciais vítimas⁵, das quais apenas um pouco mais de 25% foram policialmente confirmadas

como tais. Trata-se de 282 “vítimas confirmadas”⁶, principalmente de origem estrangeira, que contribuem para configurar Portugal em primeiro lugar, como país de destino de TSH. Das 974 “vítimas sinalizadas”, cujas origens são conhecidas e não protegidas por segredo estatístico, 71% são de origem europeia (principalmente romena); 22% provêm da América do Sul (em particular do Brasil) e 7% de África. Portugal também é um país de origem, havendo um número constante de nacionais portugueses traficados (aproximadamente 25% durante o período em referência). Destes portugueses, uma parte (aproximadamente 41%) foram explorados em território português, mas a maioria (aproximadamente 59%) foram explorados noutros Estados, particularmente em Espanha (ver também Clemente, 2017a).

Os dados discriminados por diferentes formas de exploração indicam que a maioria (aproximadamente 43%) das pessoas foram sinalizadas como traficadas para exploração do trabalho⁷, aproximadamente 39% para exploração sexual e aproximadamente 8% para todas as outras formas. Quando consideramos o total de 282 “vítimas confirmadas” durante o mesmo período, a distância entre as duas principais formas de exploração aumenta e a exploração sexual diminui para 21%, enquanto a exploração do trabalho aumenta para quase 75%. Estes números indicam uma tendência contrária à que ocorre noutros países europeus: de acordo com o Eurostat (2013, 2015), entre 2008 e 2012, a maioria das “vítimas identificadas e presumidas” foram traficadas para exploração sexual (entre 62% e 69%), e o tráfico para exploração do trabalho vem em segundo lugar (aproximadamente 25%, caindo para 19% entre 2010 e 2012).

A clara predominância da exploração do trabalho em Portugal relaciona-se com a prevalência de “vítimas confirmadas” de sexo masculino (aproximadamente 64%) em comparação com as “vítimas confirmadas” de sexo feminino (aproximadamente 36%). Mais uma vez, estes números indicam uma tendência contrária ao que ocorre na Europa, onde a grande maioria de todas as “vítimas” (80%) são do sexo feminino e apenas 20% são do sexo masculino (Eurostat, 2013 e 2015).

Para uma melhor compreensão destas estatísticas, é bom lembrar que o sistema de sinalização

⁶Dados fornecidos à autora pelo OTSH/MAI e processados por ela. Os dados para o período entre 2008 e 2013 foram atualizados em setembro de 2014. Os dados para o ano 2014 foram atualizados em abril de 2015.

⁷A diferente designação está relacionada com o modo de funcionamento do sistema de monitorização sobre o TSH do OTSH/MAI e com as diferentes fases de recolha e disseminação da informação. A primeira fase é a da sinalização de potenciais vítimas de tráfico pelos órgãos de polícia criminal (OPC), como a Guarda Nacional Republicana, a Polícia de Segurança Pública, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e a Polícia Judiciária, bem como por ONGs e outras entidades públicas e privadas. Os casos sinalizados são analisados por uma equipa de OPC-focal points, que valida as ocorrências de tráfico sinalizadas, distinguindo entre confirmados, em confirmação e não confirmados. Portanto, a designação de “vítima sinalizada” é atribuída a uma pessoa sobre a qual existem fortes indícios de se configurar uma situação de tráfico de pessoa. A de “vítima confirmada” é uma designação atribuída a uma pessoa que foi policialmente confirmada como vítima. No caso em que o crime não é confirmado do ponto de vista da investigação criminal (por exemplo, por falta de provas ou porque a pessoa é vítima de crimes diferentes), a designação atribuída é a de “vítima não confirmada”.

⁸O número total de pessoas sinalizadas como traficadas e cuja forma de exploração não é coberta pelo segredo estatístico é 1064. A forma de exploração é desconhecida em 9% dos casos.

de pessoas traficadas é a primeira fase de um sistema mais amplo de “sinalização-identificação-integração” de pessoas traficadas. Após a sinalização, a identificação formal de uma pessoa como “vítima” cabe aos OPC competentes. A coisa mais importante é que os direitos das pessoas traficadas são oficialmente subordinados à colaboração destas pessoas com as investigações policiais⁸. Por exemplo, a autorização de residência para cidadãos não europeus está sujeita ao artigo 109.º da Lei de Estrangeiros (Lei n.º 23/2007, de 4 de julho), que estabelece que aquela depende de três condições essenciais: a pessoa deve mostrar vontade clara em colaborar com as autoridades na investigação e repressão do tráfico de pessoas ou do auxílio à imigração ilegal; ela deve ter rompido as relações que tinha com os presumíveis autores das infrações; deve existir um interesse que a sua presença represente para as investigações e procedimentos judiciais.

Estes dois elementos – a identificação formal das pessoas traficadas pelas forças de polícia e a cooperação com estas e com as autoridades judiciais como condição para o acesso aos direitos previstos para a vítima de tráfico – têm sido uma razão pela qual algumas ONGs estão relutantes em relatar casos de tráfico com base no maior interesse das pessoas traficadas (ver também GRETA, 2013, Santos Neves e Pedra, 2012). A desconfiança em relação à polícia e ao sistema de justiça suscita a preocupação de que a participação das vítimas em investigações policiais possa expô-las aos traficantes. Além disso, na ausência de identificação formal, as pessoas traficadas saem do sistema, não recebem assistência formal ou informal e correm o risco de serem reencaminhadas para os seus países de origem. Nas palavras da diretora de uma ONG portuguesa que trabalha com pessoas que vendem sexo e que foi entrevistada para este estudo,

[...] depois muitas vezes o que é que acontece, nesse processo de colaboração com a polícia, há uma revitimização. A pessoa já passou por uma situação de sofrimento enquanto traficada, e depois passa por uma situação de sofrimento por ser vítima de tráfico. [...] O tempo para conseguir a autorização de residência é um processo muito complicado, muito moroso. Elas muitas vezes têm que se articular com o país de origem, tem que enviar o dinheiro para tentar conseguir um documento, depois o documento não está bem... [...]. As vítimas têm medo de retornar aos seus países de origem e não querem voltar. O problema torna-se o de contornar a lei, de encontrar um artigo de lei que possa ajudar essas pessoas.

Em geral, o silêncio ensurdecedor das pessoas traficadas nos dados sobre TSH em Portugal parece estar relacionado, em primeiro lugar, com uma abordagem securitária e com uma resistência a essa abordagem por parte de algumas organizações da sociedade civil. Em muitos países, coloca-se o problema de conciliar a identificação e proteção das pessoas traficadas com os objetivos de justiça criminal de assegurar a condenação dos traficantes e de controlar a

⁸Quando justificado pela situação da pessoa traficada e particularmente em casos de alta vulnerabilidade, o Relator nacional pode pedir ao Ministério do Interior que conceda o estatuto de vítima e a assistência associada. No entanto, a entrevista com o Relator nacional confirma que este procedimento nunca foi implementado.

imigração. Como observado por Maggy Lee, o tratamento das pessoas traficadas deve frequentemente entrar em linha de conta com a “dupla identificação das pessoas traficadas como 'vítimas' e como migrantes irregulares, consideradas 'em risco' e suscetíveis de 'oferecer risco' para o Estado, para as 'salvar' através de intervenções de welfare-cum-criminal justice, mas cuja mobilidade suspeita deve ser contida dentro de um quadro de controlo de imigração” (Lee, 2011: 59). As preocupações com a migração irregular e os falsos requerentes têm incentivado muitos Estados, incluindo Portugal, a recusar-se a prestar assistência e proteção incondicionais às pessoas traficadas e a condicionar a proteção à sua cooperação como testemunhas nos processos criminais contra os seus traficantes. Consequentemente, não obstante a retórica dos direitos e da proteção das vítimas, as práticas reais de intervenção e assistência frequentemente permanecem longe das experiências, expectativas e capacidades das pessoas traficadas (Lee, 2011; GAATW, 2007) e podem expô-las a uma “vitimização secundária” no sistema de justiça criminal (Campbell, 1998).

Na realidade, em Portugal, as organizações da sociedade civil nem sempre expressam, nem desenvolveram, uma posição clara em relação a essa abordagem. As mesmas organizações que compõem a Rede de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico (RAPVT)⁹, com a finalidade de prevenção, proteção e reintegração das pessoas traficadas, nem sempre têm uma experiência de contacto e intervenção direta com pessoas traficadas. Em alguns casos, as preocupações com os mecanismos de identificação e assistência às pessoas traficadas previstos derivam da experiência de outras organizações ou da literatura sobre o assunto.

Este paradigma securitário na gestão do TSH tem sido desafiado, em particular por algumas ONGs abolicionistas. Neste caso, a retórica do cuidado com os interesses das pessoas traficadas está associada à reivindicação de cuidar e falar em nome das “suas vítimas”, excluindo qualquer possibilidade de sinalização das pessoas traficadas às autoridades competentes ou de construir um caminho de investigação com o envolvimento delas. Nas palavras de uma ONG entrevistada.

O conhecimento transmitimo-lo nós e estamos aqui disponíveis. Estou aqui com você nesse momento, mas nós nunca disponibilizamos as mulheres e os seus testemunhos das mulheres, por uma questão de princípios também, de valores da instituição.

Os valores indicados pela representante da organização com que me encontrei são os valores do feminismo abolicionista, que define todo o trabalho sexual como uma forma de exploração e a

⁹A RAPVT, coordenada pela CIG, foi criada em 2013 e reúne entidades oficiais e organizações não governamentais.

prostituição como uma expressão do privilégio masculino patriarcal (ver, por exemplo, Barry, 1979; Pateman, 1988; Jeffreys, 1997, 2009). No entanto, a necessidade de distinguir o trabalho sexual da exploração sexual – muitas vezes vistos em oposição rígida – parece deixar as organizações que trabalham em defesa dos direitos do trabalhador sexual numa posição substancialmente marginal em relação ao sistema de combate ao TSH e ao debate associado.

Deve-se dizer que a CIG, a entidade que coordena as políticas sobre o TSH através dos planos de ação nacionais que foram elaborados ao longo dos anos, é uma instituição com uma conhecida posição abolicionista. Uma forte prudência institucional parece inspirar as relações desta instituição com organizações não abolicionistas. Apesar da sua presença no campo, este grupo permanece em grande parte fora dos numerosos protocolos de cooperação e memorandos de entendimento assinados com ONGs e outros órgãos para assinalar casos de tráfico, e fora do sistema mais amplo de assistência e integração de pessoas traficadas. Por outro lado, as organizações que trabalham em defesa dos direitos dos trabalhadores do sexo, principalmente envolvidas em intervenções de redução de risco, parecem estar principalmente preocupadas em afirmar que o ato de vender ou de comprar serviços sexuais como uma transação consensual não viola os direitos humanos e não deve ser confundido com o TSH. Muito provavelmente também por esta razão, a pergunta que tradicionalmente se segue aos meus contactos e pedidos de entrevistas com essas organizações é: “Você sabe, não é, que o tráfico e o trabalho sexual não são a mesma coisa?”

O resultado é que o sistema de sinalização e de monitorização do TSH recebe a grande maioria do seu *input* da polícia (ver também GRETA, 2013). Neste campo, a polícia também colabora com serviços estatais tais como a ACT – Autoridade para as Condições do Trabalho, sob a administração direta do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, que tem entre as suas funções o controlo do cumprimento das normas em matéria laboral, no âmbito das relações laborais privadas, intervindo através de inspeções.

Este conjunto de circunstâncias – o envolvimento limitado das diferentes organizações com experiência de intervenção com profissionais do sexo e a resistência de algumas dessas organizações a uma abordagem securitária – combinam-se concorrendo para a escassez de sinalizações de pessoas traficadas para exploração sexual e, em geral, para um número relativamente pequeno de sinalizações de pessoas traficadas.

O que ocorreria se houvesse uma maior participação de ONGs na sinalização de casos de TSH?

Uma investigação realizada pelo Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (IEEI) (Santos

Neves e Pedra, 2012) fornece alguns elementos de reflexão. Com a colaboração de uma rede informal de ONGs, os investigadores chegaram a uma estimativa que triplica o número de pessoas traficadas, chegando a 250-270 pessoas traficadas por ano, e sugeriram formas de exploração que são algo diferentes das formas descritas pelas estimativas governamentais. Em consonância com as estimativas europeias sobre TSH, estes dados mostraram uma prevalência de casos de exploração sexual (67%) em comparação com a exploração do trabalho (30%) e as mulheres traficadas (80%) são muito mais numerosas do que os homens (20%). O IEEI também evidenciou uma diferença considerável nas rotas e proveniências, com um fluxo significativo de pessoas traficadas da Nigéria e de países asiáticos.

A comparação dos dados do IEEI e do OTSH/MAI apresenta vários desafios. Eles não se referem aos mesmos períodos: as estimativas do IEEI cobrem o período de junho de 2010 a julho de 2012, enquanto que as estimativas da OTSH/MAI se referem a um período de três anos, entre 2009 e 2011. A diferença mais importante está relacionada com os critérios de recolha de dados do IEEI, pois as estimativas deste incluem, por exemplo, não só as vítimas que relataram os seus próprios casos, mas ainda cerca de 80 casos de outras vítimas com as quais elas alegadamente viajaram durante o transporte ou com quem viveram durante a exploração.

No entanto, de acordo com investigadores do IEEI, no momento do estudo, apenas seis organizações, das 30 em contacto com potenciais pessoas traficadas, sinalizavam pessoas traficadas ao OTSH/MAI. Uma escolha que, em certos casos, estava abertamente em oposição ao sistema de luta contra o crime e de assistência às pessoas traficadas criado no país. Em qualquer caso, parece que são sempre outras pessoas que falam em nome das pessoas traficadas e decidem o que é melhor para essas "vítimas". Estas últimas ficam fora da investigação, dos dados e das estratégias de prevenção do tráfico. Os modelos de assistência e reintegração das pessoas traficadas continuam a ser elaborados num "vácuo empírico" (Gozdziak, 2014).

O silêncio ensurdecedor das pessoas traficadas

O processo complexo e controverso de reconhecimento de uma identidade de "vítima" às pessoas traficadas em Portugal pode aproximar-nos de uma compreensão do seu silêncio na investigação e nos dados e, portanto, na definição de políticas e práticas de intervenção nesta matéria.

Como sugerido por Jacoby (2014), enquanto que a *victimization* é um dano perpetrado contra uma pessoa/grupo, a *victimhood* é uma identidade socialmente construída com base nesse dano. A *victimhood* depende da "escolha" de usar a experiência do dano como base para a identidade, e

essa escolha é mediada pelas políticas e pelo contexto político subjacente. *Victimization* e *victimhood* partilham características comuns em todas as sociedades e, com base nessas características, Jacoby propõe uma sequência de cinco etapas que as pessoas experimentam, da vitimização ao reconhecimento de uma *victim-based identity*: (1) *structural conduciveness*; (2) *political consciousness*; (3) *ideological concurrence*; (4) *political mobilization*; e (5) *political recognition*.

Desde o fim da década de 1990 até ao início dos anos 2000, a consolidação de um regime democrático, a integração na União Europeia e um crescimento económico significativo combinaram-se para criar as condições estruturais para o reconhecimento da identidade de vítima de tráfico em Portugal. Durante esta primeira etapa de *structural conduciveness*, as políticas internacionais e europeias estimularam a “escolha” de iniciar um processo de reconhecimento da *trafficking victimhood*.

Em particular, esta escolha irá encontrar um canal de expressão apenas após 2003-2004, quando, através do financiamento europeu, a atual CIG da Presidência do Conselho de Ministros portuguesa mobilizou vários representantes institucionais e promoveu algumas atividades que desempenharam um papel decisivo no debate público e nas políticas sobre TSH em Portugal¹⁰. A identidade de vítima de tráfico foi moldada durante esta fase de *political consciousness*, duplicando o modelo político-institucional europeu e/ou a experiência de outros países (ver, por exemplo, Bordonaro e Alvim, 2011). O problema não se tornou objeto de interesse e pesquisa de instituições públicas, ONGs ou centros de investigação até 2004, e essa falta de interesse e pesquisa fez com que o problema continuasse a não ser bem conhecido¹¹. Nesta fase, as ONGs tiveram, em primeiro lugar, que aprender a identificar as pessoas traficadas e a gerir a complexidade do crime de tráfico. As organizações eram bastante cautelosas em sinalizar pessoas traficadas. Só lentamente e em função dos objetivos da agenda política do Estado, algumas delas, com experiência no campo da saúde sexual e reprodutiva ou da assistência a vítimas de crimes, alargam as suas atividades para incluir o TSH. O resultado foi que a *political mobilization* para reconhecer os direitos das pessoas traficadas foi gerida principalmente a nível institucional, com a circunspeção das organizações de base e sem o seu amplo e significativo envolvimento no planeamento e na implementação de medidas de luta contra o tráfico (ver também GRETA, 2013; Santos Neves e Pedra, 2012).

¹⁰ Em particular, a definição de crime de tráfico e dos direitos das pessoas traficadas foi sustentada pelas atividades realizadas, desde 2004, no âmbito do projeto CAIM – Cooperation, Action, Research, Worldview. O projeto, financiado pela Equal Community Initiative, costuma ser descrito como uma experiência crucial no desenho das políticas de prevenção e luta contra o tráfico elaboradas em Portugal desde 2007, através dos Planos Nacionais contra o Tráfico de Seres Humanos (PNCTSH) aprovados ao longo dos anos.

¹¹ Na realidade, o projeto CAIM promoveu um estudo (Santos et al., 2007). No entanto, a pesquisa foi concluída apenas em julho de 2007, depois da elaboração do I Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos, adotado em junho de 2007, no meio do silêncio ensurdecedor das pessoas traficadas.

Political consciousness e political mobilization foram caracterizadas pela falta de experiência direta com as pessoas traficadas e pela divulgação de uma ideia de vítimas e de tráfico como uma forma de violência contra as mulheres. Durante o primeiro seminário internacional sobre o tema, mencionado nas páginas anteriores, uma das organizações participantes declarou:

As mulheres que se prostituem são provenientes de bairros degradados, de casas sobrepopoadas, de famílias numerosas, de pais alcoólicos. Sofreram maus tratos, abandonos, violações, incestos. Passaram fome. Não se sentiram amadas. Trabalharam na infância a ajudar no campo, a “servir em casa alheia”, a cuidar dos irmãos mais novos. Não foram à escola e quando a frequentavam não tiveram sucesso e, quando o tiveram foi só até ao exame da 4.^a classe. Cresceram depressa... Namoraram cedo, engravidaram cedo e depois foram abandonadas (AA.VV., 2000: 143).

Ao nível institucional, o ator que promoveu o evento, a atual CIG, reconhecia que “frequentemente os conceitos de tráfico e de prostituição aparecem aí interligados. Essa ligação automática deveria ser evitada” (AA.VV., 2000: 170); contudo, a mesma argumentava que,

a prostituição como desfiguração da mulher reduzida ao status de objeto sexual, de mercadoria em um mercado mundial, deve e pode desaparecer [...]. A elaboração de um plano de ação é necessária para combater as pessoas que defendem a prostituição e a sua regulamentação, que têm projetos precisos e definidos e argumentos para baseá-lo e os meios para concretizá-lo (AA.VV., 2000: 190-191).

Estas leituras da prostituição e do tráfico pelos atores institucionais e pela sociedade civil têm desempenhado um papel estratégico no processo de *political recognition* da *victimhood* das pessoas traficadas e no desenvolvimento de políticas de luta contra o tráfico em Portugal. Nesse contexto de descrições dramáticas de histórias traumáticas e violentas de pessoas traficadas, foi feito um esforço para a consciencialização e para ajudar o país a adaptar-se às políticas internacionais e da UE sobre o assunto. Narrativas de abuso e sofrimento, que muitas vezes identificam a prostituição com o tráfico – ou seja, como um mal – alimentaram a “cruzada moral” (Weitzer, 2007) e a responsabilidade pública e política portuguesa sobre o tema.

Um debate amplo sugere prudência em relação a imagens que não refletem as complexas trajetórias sociais e económicas dos migrantes que trabalham em setores de baixos rendimentos, particularmente das mulheres no mercado do sexo (ver, por exemplo, Andrijasevic, 2010; Brennan, 2004; Mai, 2013). No entanto, após mais de dez anos, persistem imagens estereotipadas e desempoderantes de imigrantes traficados e das suas experiências de tráfico, mesmo em Portugal. Tais imagens contribuem para negar qualquer agência das pessoas traficadas, mesmo entre as organizações mais envolvidas na proteção dessas pessoas e que – com uma certa cautela política e um pouco de apreensão financeira – interpretam o tráfico como uma forma de exploração laboral ligada a políticas de migração rígidas (ver, por exemplo, Agustin,

2007; Andrijasevic, 2010; Doezema, 2010; Kempadoo e Doezema, 1998). O encontro com alguns representantes dessas organizações confirmou uma resistência à possibilidade de realizar pesquisas com pessoas traficadas devido a uma relutância por parte dessas mesmas pessoas ou por uma atenção especial aos seus interesses como “vítimas” (ver também Alvim, 2013). Mais uma vez, o resultado é a ausência persistente de uma estratégia para incluir as pessoas traficadas no processo de construção de sua *victimhood* ou em qualquer investigação que lhes diga respeito.

Enquanto isso, apenas as pessoas traficadas que aderem a narrativas simplistas de sofrimento e abuso extremos provavelmente se identificarão ou serão identificadas como “vítimas”. Não considerar o custo real da migração, as necessidades esperadas ou as aspirações consumistas e hedonistas dos próprios migrantes traficados não facilita o que Jacoby define como *ideological concurrence* das pessoas traficadas e dos funcionários da polícia e da migração. O número reduzido de “vítimas confirmadas” em Portugal, em particular das mulheres migrantes traficadas para exploração sexual, parece ter em conta, em primeiro lugar, a possibilidade de “vitimização completa” das mulheres que vendem sexo (Doezema, 2000). Nas palavras de um representante dos OPC:

A vida ensinou-lhes a sobreviver e a serem espertas, não é? Mas depois não querem porque não querem compromisso, depois não querem aparecer nos tribunais, depois vão-se embora e depois já não querem ser vítimas, querem desistir de tudo. Porque, se calhar, já vêm com um pressuposto diferente. [...] Temos quase que andar com acompanhamento constante às vítimas para elas não desaparecerem e para colaborarem com a justiça. São mais difíceis. Não querem estar em lado nenhum, querem-se ir embora. E depois precisam de ganhar dinheiro, está a perceber? E depois temos aqui outras componentes, porque aquele classicismo da vítima, pronto, pode haver uma ou outra, realmente, com condições muito difíceis, mas quem vinha, por exemplo, as prostitutas, as senhoras, vítimas brasileiras, vinham da prostituição do Brasil e vinham para aqui para melhorar as condições de vida, não é? Sim senhora, continuar a prostituir-se, mas para ganhar com outra capacidade económica que não tinham no Brasil.

Como sugerem as palavras do meu interlocutor, as migrantes traficadas na indústria do sexo podem não corresponder facilmente à imagem da vítima “inocente” (Kempadoo e Doezema, 1998), “ideal” (Christie, 1986; Hoyle et al., 2011). O reconhecimento formal da identidade de vítima de uma pessoa traficada pode não constituir uma estratégia construtiva para essas mulheres. Ao mesmo tempo, essas mulheres não são facilmente consideradas vítimas dignas no julgamento penal contra os traficantes. As migrantes traficadas no mercado do sexo não são vítimas meritórias, e a justaposição da “vítima perfeita” (Uy, 2011) à vítima real marca a fronteira entre cidadãos e não cidadãos (Andrijasevic, 2007).

O processo de identificação de pessoas traficadas, caracterizado também em Portugal pela apropriação de um discurso humanitário dentro de um discurso centrado na segurança das

fronteiras nacionais, contribui para uma melhor compreensão do silêncio ensurdecedor das pessoas traficadas na investigação e nos dados. A identidade de “vítima” pode ter sido estrategicamente importante para aumentar a consciência; no entanto, existem limitações colocadas por esse tipo de identificação. Processos alternativos de identificação dos migrantes traficados como sujeitos ativos com trajetórias complexas podem contribuir para a sua sinalização e identificação, para a sua presença na investigação e nos dados e, em última instância, para o desenvolvimento de melhores estratégias de assistência.

Conclusões

A necessidade urgente de Portugal alinhar com as leis e políticas internacionais e europeias de luta contra o tráfico tem estimulado a investigação sobre este assunto. No entanto, o conhecimento sobre o tema permanece limitado às estatísticas produzidas a nível governamental e alimentadas pela polícia. A reflexão crítica e a pesquisa empírica com pessoas traficadas, com traficantes e outros atores são ainda uma exceção. Essas limitações têm como resultado uma descrição macrossociológica do problema, na qual as diferentes subjetividades permanecem numa posição subordinada.

Uma análise atenta da literatura sugere a necessidade de um maior esforço para conhecer o TSH em Portugal através de uma pesquisa qualitativa aprofundada, com uma atenção focada nos vários atores envolvidos. Uma atenção particular deveria ser dada a uma descrição microssociológica do problema, que, em resposta às sugestões estimuladas por reflexões internacionais (ver, por exemplo, Weitzer, 2014) e pelas próprias disposições dos Planos de Ação Nacionais portugueses contra o TSH, poderia fornecer uma visão mais rica sobre este tráfico. Uma atenção especial deveria ser dada ao caso dos nacionais portugueses explorados no país ou nos Estados vizinhos.

Após quase dez anos da construção do sistema atual de assistência e apoio às vítimas e de luta contra o tráfico, as condições para uma reflexão crítica sobre a experiência realizada podem ser amadurecidas. A experiência recente sobre o complexo problema do TSH exigiu a construção recíproca de uma identidade tanto da “vítima” quanto dos interlocutores que prestam assistência. Uma maior participação dos vários atores neste campo, como as diferentes organizações com experiência com profissionais do sexo, e a natureza independente da investigação poderiam favorecer a reflexão crítica sobre as políticas atuais de luta contra o tráfico, tal como sobre as práticas de assistência e as experiências de reintegração das pessoas traficadas. A participação dos sujeitos do estudo e a natureza independente da pesquisa podem favorecer uma reflexão crítica sobre a atual política de combate ao tráfico e o pleno reconhecimento de uma vítima de tráfico em Portugal. Estreitamente ligada com estas perspectivas de pesquisa, está a oportunidade

de a investigação sobre o tráfico se traduzir em propostas concretas capazes de influenciar as políticas.

Nenhum destes aspetos deve ser considerado distinto da necessidade urgente de a investigação moldar a sua agenda e aumentar a colaboração e as alianças com os vários atores do contexto político e social português. A investigação sobre este tema, até agora financiada principalmente por órgãos governamentais, através de numerosos programas de financiamento europeus, também enfrenta o desafio da independência dentro do diálogo. Não é menos exigente o diálogo dentro da independência: estarão os organismos governamentais portugueses e as ONGs prontos para apoiar a pesquisa sobre questões relacionadas com o TSH fora dos programas e projetos que eles gerenciam diretamente?

Entre outras coisas, existe uma necessidade urgente por parte da investigação de reflexão sobre a metodologia, os métodos de recolha de dados e os dilemas éticos que, em Portugal, foram apenas parcialmente objeto de uma reflexão partilhada e apenas em casos excecionais. Este aspeto poderia ajudar a promover a construção de estratégias mais apropriadas de investigação sobre o tráfico sem limitar as possibilidades de realizar pesquisas e produzir conhecimento.

Agradecimentos

Este texto foi possível graças ao financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) portuguesa do projeto de pós-doutoramento "Trafficking of women for sexual exploitation in Portugal. A qualitative study of trafficked women, trafficking experiences and measures of assistance" (ref. SFRH/BPD/93923/2013), ancorado no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) através do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL). Este artigo é uma versão revista e adaptada de um texto precedente da autora (ver Clemente, 2017b).

Referências Bibliográficas

- AA.VV. (2000). Tráfico e Exploração Sexual de Mulheres. Actas do (01) Seminário Internacional. Porto: CIDM.
- AA.VV. (2007). Headway - improving social intervention systems for victims of trafficking project. Warsaw: Noktus.
- Alvim, Filipa (2013). "Só Muda a Moeda": representações sobre tráfico de seres humanos e trabalho sexual em Portugal. Lisboa: ISCTE-IUL. Tese de doutoramento.
- Andrijasevic, Rutvica (2007). Beautiful Dead Bodies: Gender, migration and representation in anti-trafficking campaigns. *Feminist Review*, 86, 1: 24-44.
- Andrijasevic, Rutvica (2010). Migration, agency and citizenship in sex trafficking. New York: Palgrave Macmillan.
- Agustin, Laura M. (2007). Sex at the margins: migration, labour markets and the rescue industry. London: Zed Books.
- Barry, Kathleen (1979). Female sexual slavery. Englewood Cliffs NJ: Prentice Hall.
- Bordonaro, Lorenzo; Alvim Filipa (2011). Tráfico de mulheres em Portugal: a construção de um problema social. In Pedro Gabriel Silva et al. (eds.), *Etnografia e intervenção social. Por uma praxis reflexiva* (61-83). Lisboa: Colibri.
- Brennan, Denise (2004). What's Love Got to Do with It? Transnational desires and sex tourism in the Dominican Republic. Durham and London: Duke University Press.
- Campbell, Rebecca (1998). The community response to rape: Victims' experiences with the legal, medical, and mental health systems. *American Journal of Community Psychology*, 26, 3: 355-379.
- Christie, Nils (1986). The Ideal Victim. In Ezzat A. Fattah (ed.), *From Crime Policy to Victim Policy* (17-30). London: Macmillan.
- Clemente, Mara (2017a). Cidadãos portugueses traficados, OEm Fact Sheets, 5, Observatório da Emigração, CIES-IUL, ISCTE-IUL.
- Clemente, Mara (2017b). Human trafficking in Portugal: an ethnography of research and data. *Studi Emigrazione*, LIV+, 208: 663-686.
- Couto, (2012). Tráfico de seres humanos: Perceções sociais, percursos de vitimização e de sobrevivência. Braga: Universidade do Minho. Tese de doutoramento.
- Doezema, Jo (2000). Loose women or lost women? The re-emergence of the myth of white slavery in contemporary discourses of trafficking in women. *Gender issues*, 18, 1: 23-50.
- Doezema, Jo (2010). Sex slaves and discourse masters: The construction of trafficking. London: Zed Books.
- Dragiewicz, Molly (2014). Global human trafficking: Critical issues and contexts. New York: Routledge.
- EUROSTAT (2013). Trafficking in human beings. Luxembourg: European Commission.
- EUROSTAT (2015). Trafficking in human beings. Luxembourg: European Commission.
- Global Alliance Against Traffic in Women (2007). Collateral Damage: The impact of Anti-Trafficking Measures on Human Rights around the World. Bangkok: GAATW.
- Gozdziak, El bieta M.; Bump, Micah N. (2008). Data and research on human trafficking: bibliography of research-based literature. Washington DC: Georgetown University.
- Gozdziak, El bieta M. (2014). Empirical Vacuum: In Search of Research on Human Trafficking. In Rosemary Gartner and Bill McCarthy (eds.), *The Oxford Handbook on Sex, Gender, and Crime* (613-634). New York: Oxford University Press.
- Gozdziak, El bieta M. et al. (2015). Bibliography of research-based literature on human trafficking: 2008-

2014. Washington DC: Georgetown University.

GRETA (2013). Report concerning the implementation of the Council of Europe Convention on action against trafficking in human beings by Portugal. Strasbourg: Council of Europe.

Hoyle Carolyn; Bosworth Mary; Dempsey, Michelle (2011). Labelling the Victims of Sex Trafficking: Exploring the borderland between rhetoric and reality. *Social & Legal Studies*, 20, 3: 313-329.

IOM (2008). Human trafficking: new directions for research. Geneva: IOM.

Jacoby, Tami Amanda (2015). A theory of victimhood: politics, conflict and the construction of victim-based identity. *Millennium: Journal of International Studies*, 43, 2: 511-530.

Jeffreys, Sheila (1997). The idea of prostitution. North Melbourne: Spinifex.

Kelly, Elizabeth (2002). Journeys of jeopardy: a review of research on trafficking in women and children in Europe. Geneva: IOM, Migration Research Series, 11.

Kempadoo, Kamala; Doezema, Jo (1998). Global sex workers: rights, resistance, and redefinition. New York: Routledge.

Laczko, Frank; Gozdzia, El bieta M. (2005). Data and research on human trafficking: a global survey. Geneva: IOM.

Lee, Maggy (2011). Trafficking and Global Crime Control. London: Sage.

Mai, Nick (2013). Embodied Cosmopolitanisms: The subjective mobility of migrants working in the global sex industry. *Gender, Place and Culture*, 20, 1: 107-124.

Manita, Celina; Oliveira Alexandra (2002). Estudo de caracterização da prostituição de rua no Porto e Matosinhos. Porto: CIDM.

Matos, Marlene; Maia, Ângela (coordenação) (2015). Tráfico de pessoas e tramitação criminal. Lisboa: CIG.

Monteiro, Rosa (2013). Feminismo de Estado Emergente na Transição Democrática em Portugal na Década de 1970. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, 56, 4, 841-866.

Neves, Ana Sofia Antunes das (2011). Women trafficking for sexual exploitation in Portugal: life narratives. *International Journal of Humanities and Social Science*, 1, 17: 186-192.

Pateman, Carole (1988). The sexual contract. Cambridge: Polity Press.

Peixoto João et al. (2005). O tráfico de migrantes em Portugal. Perspectivas sociológicas, jurídica e políticas. Lisboa: ACIME.

Piscitelli, Adriana (2013). Trânsitos: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo. Rio de Janeiro: UERJ.

Ribeiro, Manuela; Silva, Manuel C.; Schouten, Johana; Ribeiro Bessa, Fernando; Sacramento, Octávio (2005). Prostituição feminina em regiões de fronteira: actores, estruturas e processos. Lisboa: Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Ribeiro, Manuela; Silva, Manuel C.; Schouten, Johana; Ribeiro Bessa, Fernando; Sacramento, Octávio (2007). Vidas na raia: prostituição feminina em regiões de fronteira. Porto: Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa (1991). State, wage relations and social welfare in the semiperiphery: the case of Portugal. Coimbra: Oficina do CES.

Santos, Boaventura de Sousa et al. (2007). Tráfico de mulheres em Portugal para fins de exploração sexual. Coimbra: CES/CAIM.

Santos, Elizabeth (2014). Tráfico de seres humanos e mendicância forçada: the third sector against pushed begging. Relatório nacional-Portugal. Porto: EAPN.

Santos Neves, Miguel; Pedra, Cláudia (2012). A Proteção dos direitos humanos e as vítimas de tráfico de Pessoas. Rotas, métodos, tipos de tráfico e setores de atividade em Portugal. Lisboa: IEEI.

Silva, Manuel Carlos; Ribeiro, Fernando Bessa; Granja, Rafaela (2013) Prostituição e tráfico de mulheres para fins de exploração sexual. Prior Velho: Letras Paralelas,.

Uy, Robert (2011). Blinded by red lights: why trafficking discourse should shift away from sex and the “perfect victim” paradigm. *Berkeley Journal of Gender, Law and Justice*, 26, 1: 204-219.

Weitzer, Ronald (2007). The social construction of sex trafficking: Ideology and institutionalization of a moral crusade. *Politics and Society*, 35, 3: 447-475.

Weitzer, Ronald (2014). New directions in research on human trafficking. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 653, 1: 6-24.

Zhang, Sheldon X. (2009). Beyond the “Natasha” story – a review and critique of current research on sex trafficking. *Global Crime*, 10, 3: 178-195.

Zhang, Sheldon X. (2012). Sex trafficking in Latin America: dominant discourse, empirical paucity, and promising research. *Global Crime*, 13, 1: 22-41.

Os medias e o conflito político-militar em Moçambique:

A orientação para a paz e o conflito nos jornais Savana e Domingo

Ernesto Nhanale¹ e Armando Nhandumbo²

Resumo:

O conflito político-militar tem sido um dos problemas que mobilizam grande parte dos esforços dos diversos actores sociais em Moçambique, definindo-se como uma das principais prioridades das problemáticas a serem ultrapassadas para a estabilização política e o desenvolvimento social e económico do País. Tal como os diversos sectores da sociedade são chamados a contribuir para a pacificação do País, os media, no âmbito função de informar sobre os factos importantes do conflito, são, muitas vezes, associados e responsabilizados pelo conhecimento público sobre os acontecimentos do conflito, impondo-se uma maior responsabilidade e observância dos padrões de profissionalismo nas reportagens que produzem. É neste quadro que este texto oferece algumas contribuições sobre a orientação do jornalismo em Moçambique na cobertura do conflito político-militar entre o Governo e a Renamo, entre 2013 e 2016. Numa amostra de reportagens publicados entre 2015 e 2016 nos jornais semanários Savana e Domingo, os autores avaliam a maneira como os dois jornais orientam a sua cobertura, questionando até que ponto a sua acção foi orientada para um debate promotor da paz, através de reportagens que respondam a uma informação baseada nos princípios de veracidade e de equilíbrio sobre os acontecimentos e as partes em conflito; ou para um debate promotor do conflito, na medida em que publicam informações manipuladas, baseadas em padrões que valorizam a propaganda e em julgamentos que valorizam ou desvalorizam as partes em conflito.

Palavras-chave: Media, Conflitos, Paz, Moçambique.

¹Professor de Media e Jornalismo na Escola Superior de Jornalismo (ESJ) e na Escola de Comunicação e Artes da Universidade Eduardo Mondlane (ECA/UEM). Para além da sua actividade de docência, Ernesto C. Nhanale é pesquisador do Centro de Estudos Interdisciplinares de Comunicação (CEC), possuindo actividades relevantes de investigação sobre os media e política em Moçambique.

²Armando Nhandumbo é jornalista, licenciado em jornalismo na Escola Superior de Jornalismo, estando a desenvolver a sua actividade de iniciação à investigação sobre a cobertura dos media em conflitos.

Media and the political-military conflict in Mozambique:

The orientation towards peace and conflict in the newspapers Savana and Domingo

Ernesto Nhanale¹ e Armando Nhantumbo²

Abstract:

The political-military conflict has been one of the problems that mobilizes much of the efforts of the various social actors in Mozambique, defining itself as one of the main priorities of the problems to be overcome for political stabilization and the social and economic development of the country. As the various sectors of society are called to contribute to the pacification of the country, the media, within the scope of reporting on the important facts of the conflict, are often associated and held accountable for the public knowledge about the events of the conflict, a greater responsibility and observance of the standards of professionalism in the reports they produce. It is within this framework that this text offers some contributions on the orientation of journalism in Mozambique to cover the political-military conflict between the Government and Renamo between 2013 and 2016. In a sample of reports published between 2015 and 2016 in the weekly newspapers Savana and Sunday, the authors evaluate the way in which the two newspapers orient their coverage, questioning the extent to which their action was directed towards a debate promoting peace, through reports that respond to information based on the principles of truth and balance on the events and the parties to the conflict; or to a conflict-promoting debate, insofar as they publish manipulated information based on standards that value propaganda and on judgments that value or devalue conflicting parties.

Keywords: Media, Conflicts, Peace, Mozambique.

Professor de Media e Jornalismo na Escola Superior de Jornalismo (ESJ) e na Escola de Comunicação e Artes da Universidade Eduardo Mondlane (ECA/UEM). Para além da sua actividade de docência, Ernesto C. Nhanale é pesquisador do Centro de Estudos Interdisciplinares de Comunicação (CEC), possuindo actividades relevantes de investigação sobre os media e política em Moçambique.

Armando Nhantumbo é jornalista, licenciado em jornalismo na Escola Superior de Jornalismo, estando a desenvolver a sua actividade de iniciação à investigação sobre a cobertura dos media em conflitos.

Introdução

Graças às suas características tecnológicas, os media têm assumido um papel importante na sociedade, sendo associados à função de informar, educar e servir, como um espaço de debate público de ideias. O exercício destas funções faz com que os media sejam actores centrais na sociedade, sobretudo pela sua capacidade de definir e agendar temas que podem moldar as percepções da sociedade (McCombs, M. 2009). Estas funções transformam os media em instituições relevantes para a vida política, económica e cívica, devendo, por esta via, a sua actividade ser orientada por princípios de veracidade, imparcialidade, produção e disseminação de informações.

Esta exigência de veracidade e equilíbrio da informação surge como forma de reduzir as possibilidades de manipulação dos media, sobretudo em contextos em que a sua actividade tende a ser objecto de controlo por diversos grupos de elites económicas e políticas que, a partir do seu trabalho, pretendem influenciar a opinião pública.

Os conflitos, sob as suas diversas vertentes, fazem parte dos principais assuntos que, pela sua natureza, os media cobrem com maior interesse e que podem constituir matéria de distorção devido aos interesses que se podem estabelecer entre os profissionais dos media e as partes em conflito. Conforme será ilustrado, dois factores são importantes para compreender a importância da cobertura dos conflitos e o risco da sua distorção: por um lado, por os conflitos se figurarem acontecimentos repletos de um potencial de interessar para o público, isto é, por se configurarem como perfeitos “valores-notícia”; por outro lado, por se configurarem um campo de interesse dos lados beligerantes sob o qual os jornalistas podem ser mobilizados ou manipulados a representarem, nas suas publicações, os interesses privados dos grupos em conflito.

A análise do trabalho dos media surge, especificamente, como uma forma de buscar responder e compreender a sua orientação em relação à reportagem de temáticas que possam ser objecto de disputa e manipulação em relação à opinião pública.

É neste quadro que este artigo analisa a maneira como os jornais SAVANA e DOMINGO reportaram o conflito político pós-eleitoral em Moçambique entre 2015 – 2016, entre a Renamo e

Governo. A análise feita às reportagens do SAVANA³ e do DOMINGO⁴, dois semanários de circulação nacional, busca compreender o tipo de orientação dada à cobertura, nas diversas fases que o conflito atravessou.

Numa primeira parte, o estudo oferece uma visão global sobre o contexto do conflito político-militar, em Moçambique, definindo os principais marcos, notavelmente, protagonistas e motivações. O presente estudo também faz uma análise sobre os media e a cobertura de conflitos, sob a qual se estabelecem e se definem as principais variáveis de análise efectuada nos dois jornais semanários. A análise feita buscou explorar a abordagem qualitativa, buscando compreender e ilustrar os elementos que possam demarcar a cobertura de cada um dos dois jornais no contexto do jornalismo orientado para a paz ou para a guerra.

Nas suas conclusões, o artigo mostra que ainda existem lacunas na maneira como os jornalistas orientam a sua actividade na cobertura de conflitos, sobretudo pelas fragilidades de ambos os jornais em constituírem uma agenda de cobertura promotora de um diálogo efectivo e conducente à busca de soluções entre as partes em conflito.

Metodologias da análise

O texto foi produzido mediante um estudo de caso que se baseou numa análise do discurso sobre o conflito político e militar nos jornais Savana e Domingo. A aplicação do método de análise de conteúdo fundamentou-se no facto de ele permitir interpretar a actividade dos media e o seu significado no contexto social. Como fundamenta Sousa (2007: 660), a análise de conteúdo baseia-se no conteúdo manifesto das publicações, permitindo “desvelar (. . . .) a substância de um discurso entre o mar de palavras que normalmente um enunciado possui e fazer inferências entre essa substância e o contexto em que o discurso foi produzido” (Sousa, 2007: 660).

Assim, a pesquisa toma como base os padrões de cobertura sobre conflitos militares e busca aferir, a partir dos textos publicados nos dois jornais, o tipo de orientação dado ao discurso sobre o conflito político-militar, assim como o seu significado dentro do quadro contextual da sua enunciação.

³ O jornal Savana é um semanário de capitais e sob gestão privada, criado no período do multipartidarismo, fazendo parte do grupo dos jornais chamados “independentes”, por representarem abordagens informativas que buscam oferecer uma visão crítica, de “contra poder” e de monitoria da acção do governo.

⁴ O jornal Domingo é um semanário de capitais mistos, detido por instituições públicas como o Banco de Moçambique, a Empresa Moçambicana de Seguros e outras que, para além de ter funcionado no período do partido único, é conotado com uma orientação de conteúdos manifestamente favorável ao partido no poder, a Frelimo, e ao Governo.

Para o efeito, definiu-se como unidade de análise os artigos do género noticioso, agregando as características principais que representem questões sobre o conflito político e militar em Moçambique. A análise do género noticioso justifica-se pelo facto de este ser o principal produto da actividade dos jornalistas. Embora não exista um limite definido, os géneros jornalísticos dividem-se em noticiosos e opinativos. Os primeiros distinguem-se pelo facto de procurarem usar uma linguagem “objectiva” na narração dos factos, procurando distanciar-se dos comentários e juízos de valores. Neste tipo, enquadram-se a notícia, a reportagem, a entrevista. Os géneros opinativos distinguem-se dos primeiros pelo facto de apresentarem os factos e um juízo valorativo sobre os mesmos. Estão inclusos nestes géneros o editorial, a crónica, o artigo de opinião e de análise (Sousa, 2001).

O corpus é constituído por unidades de análise dos jornais (Savana e Domingo) que se referem à crise política e ao conflito militar em Moçambique, no período pós-eleitoral de 2015. Em termos cronológicos, o corpus é definido a partir do anúncio dos resultados oficiais das eleições gerais de 2014, em Janeiro de 2015, em Moçambique, até 30 de Abril de 2016. Sendo um estudo qualitativo, nem todas as reportagens sobre as temáticas foram analisadas. O processo de selecção das unidades foi baseado na escolha de uma reportagem, em cada jornal, que faça alusão às seguintes temáticas⁵ que marcaram o processo do conflito:

- 1) *Contestação do processo eleitoral de 2015;*
- 2) *Negociação da integração dos homens da Renamo nas FDM (desmilitarização da Renamo) no Centro de Conferências Joaquim Chissano;*
- 3) *A formação de um governo autónomo da Renamo no Centro e Norte de Moçambique;*
- 4) *Busca de diálogo com o PR e o Projecto de Lei das Autarquias Provinciais – Rejeição no Parlamento;*
- 5) *Retorno aos comícios, ameaças da Renamo de tomar o poder local à força – Agudização/discurso contundente/bélico da Renamo;*
- 6) *Emboscadas à comitiva da Renamo e o retorno à Gorongosa*
- 7) *Tentativas de reconciliação e regresso à Beira*
- 8) *Assalto da residência do líder da Renamo na Beira pela FIR, entrega das armas*
- 9) *Desaparecimento e silêncio de Afonso Dhlakama*
- 10) *Retorno aos confrontos entre homens da Renamo e o exército;*

Em cada uma das categorias temáticas, serão seleccionados dois artigos do género reportagem

Estas temáticas reflectem os principais momentos cronológicos do desenvolvimento do conflito, conforme será ilustrado no capítulo seguinte, que contextualiza o conflito político-militar em Moçambique.

ou artigo de fundo que foram publicados em edições da mesma semana nos dois jornais, DOMINGO e SAVANA, ou que versem sobre a mesma matéria.

A selecção do corpus fez-se através de uma pesquisa em cada jornal, seleccionando os artigos noticiosos da categoria reportagem ou artigo de fundo com temáticas ligadas à crise política e o conflito militar em Moçambique. A cada uma das peças seleccionadas, faz-se uma análise qualitativa, recolhendo-se os elementos de prova que permitem classificar o tipo de orientação discursiva do articulista, no quadro das características definidas sobre o jornalismo orientado para a paz e o jornalismo de Guerra.

O contexto do conflito político-militar em moçambique (2015–2016)

Depois de duas décadas de uma relativa paz, desde a assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP), a 4 de Outubro de 1992, em Roma, colocando fim a uma fratricida guerra civil que opôs o Governo da Frelimo e a Renamo durante 16 anos, Moçambique voltou a viver, a partir de 2013, um cenário de instabilidade, que tomou, nas designações dos principais meios de comunicação, o nome de tensão político-militar, com impacto negativo na vida política, social e económica do país.

Como refere Brito (2014), desde meados de 2013, temos assistido a confrontações militares que, de novo, opõem os protagonistas da guerra civil terminada em 1992. Depois de quatro ciclos eleitorais para as Presidenciais e Legislativas, em que a Frelimo foi o principal vencedor, o recurso à violência traduziu-se na incapacidade de os protagonistas construírem, consensualmente, as regras de base da convivência democrática nas condições específicas de Moçambique.

De facto, a intolerância política, a exclusão, o aumento da pobreza e das assimetrias socioeconómicas emperram em Moçambique, contrariando a ordem do crescimento económico dos últimos anos, situado na ordem dos 7% per annum, estimulado por uma promissora “indústria” de recursos minerais e hidrocarbonetos. Estes factores nunca se traduziram na melhoria das condições de vida dos cidadãos, bem como nas dos partidos políticos da oposição, cada vez mais fracos (internamente) e enfraquecidos (pelo partido-Estado Frelimo), que foram sendo marginalizados e excluídos do campo político moçambicano (Chaimite, 2014).

Um contexto de exclusão e fracos espaços de diálogo entre o governo e os partidos da oposição, em particular da Renamo, o principal derrotado nos pleitos eleitorais e um governo liderado por Armando Guebuza marcado por poucos espaços de abertura ao diálogo e da marginalização da oposição política e das vozes contrárias à sua governação podem ter empurrado a Renamo a recorrer às armas como um dos principais meios para fazer vincar as suas posições.

O início dos conflitos armados, em 2013, foi antecedido por um processo de reivindicações da Renamo que se fundamentavam na ideia de que as sucessivas derrotas eleitorais tinham como base um pacote eleitoral favorável à Frelimo e que, por isso, devia ser revisto. Por outro lado, havia a necessidade de integração dos seus quadros nas Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) nas posições de comando que, em muitos casos, continuavam a ser marginalizados e; num outro ângulo, a necessidade da despartidarização do aparelho do Estado, que se via como uma máquina controlada pelo partido Frelimo e usada em prejuízo da oposição. Foi nesta conjuntura que as duas partes acabaram por oficializar encontros regulares, num “diálogo” que foi sempre conhecendo sucessivos impasses.

Enquanto isso, a tensão política degenerava em tensão militar e a violência não tardou. Em Abril de 2013, quatro polícias e um militante da Renamo são mortos num ataque contra uma esquadra da polícia na vila de Muxúnguè, na província central de Sofala, com a Renamo a justificar o ataque como sendo uma retaliação à invasão da sua sede no dia anterior. No mesmo período, começam os ataques na Estrada Nacional nº 1. Autocarros e camiões são incendiados. O paiol de Savane, no distrito de Dondo, província de Sofala, é atacado. Militares e civis são mortos nas incursões (Chaimite, 2014).

À medida que as eleições autárquicas de 20 de Novembro de 2013 se aproximam, intensificava-se a tensão político-militar, com o Presidente da Renamo, Afonso Dhlakama, a ameaçar dividir o país, e o então Presidente da República e Comandante em Chefe das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, Armando Guebuza, a mandar invadir, a 21 de Outubro, a base militar da Renamo localizada em Satungira, no distrito de Gorongosa, província de Sofala, onde se encontrava instalado Afonso Dhlakama. Um eventual encontro entre Guebuza e Dhlakama, que, conforme notícia a DW (2013), se acreditava ser a solução para a crise política que se vivia no país, foi-se mostrando difícil de acontecer.

Enquanto o Presidente da República se mostrava relutante em abandonar a capital para se encontrar com Afonso Dhlakama na sua base em Satungira, este também negava sair das matas, alegadamente que, ao sair, a sua base seria atacada pelas forças governamentais que o cercavam desde que lá se tinha fixado em 2012.

Como observa Chaimite (2014), os monólogos não se quebravam, os impasses continuavam e o conflito alastrou-se e, de Gorongosa, Maríngwè e Chibabava, em Sofala, há registo de ataques, de mortes e de deslocados em Homoine e Funhalouro, na província de Inhambane, no sul do país, até que a própria Renamo anuncia abertamente que os seus homens se reagrupariam em todo país e já há informação sobre a existência destes na província nortenha de Nampula.

Em observância do calendário eleitoral de 2014, a Renamo e outros partidos políticos entraram na corrida eleitoral. A campanha eleitoral inicia a 31 de Agosto e Afonso Dhlakama só entra em cena a 16 de Setembro, devido à conclusão do acordo de paz entre o principal partido da oposição e o Governo (DW, 2014). Aliás, segundo Brito (2015), apesar de um processo de negociação política entre o governo e a Renamo, iniciado em Dezembro de 2012, o conflito duraria até 05 Setembro de 2014, data em que foi assinado um acordo de cessação das hostilidades, que foi uma versão muito simplificada do Acordo de Roma de 1992. Foi assim que em Fevereiro de 2014, a Renamo vê as suas propostas de revisão da lei eleitoral aprovadas pelo parlamento.

A 15 de Outubro realizam-se eleições gerais e a Frelimo é declarada o partido vencedor pelos órgãos eleitorais e a Renamo contesta os resultados. Afonso Dhlakama propõe a formação de um Governo de Gestão, que é recusado pela Frelimo (Notícias Sapo Mz, 2014). Neste percurso, Dhlakama ameaça e ordena aos seus deputados a não tomarem posse na Assembleia da República, numa clara pretensão de boicotar o funcionamento daquele órgão; para além de ter retornado aos comícios populares para angariar apoio dos seus militantes sobre a necessidade de a Renamo governar, em paralelo com a Frelimo, nas províncias em que ganhou as eleições.

Em Fevereiro de 2015, Afonso Dhlakama encontra-se com o já Presidente da República, Filipe Nyusi, em Maputo e, à saída do encontro, Dhlakama garante que está para “breve” o fim do boicote ao Parlamento e às assembleias provinciais, o que se confirmou posteriormente com a tomada de posse dos deputados da Renamo (DW, 2015).

No encontro com Nyusi, a Renamo tinha sido convidada a colocar as suas preocupações no parlamento, sendo que a proposta de criação das autarquias provinciais que iriam assegurar que a Renamo governasse as províncias em que saiu vencedora nas eleições se viabilizasse. A sua Proposta de Governação das “Autarquias Provinciais” é chumbada no Parlamento pelo voto maioritário do partido no poder (RM, 2015) e Dhlakama diz-se enganado por Nyusi. É que do encontro Nyusi-Dhlakama,

“resultou o entendimento de que a Renamo deveria submeter uma proposta à Assembleia da República, reflectindo a sua perspectiva sobre a partilha de poder que estava subjacente ao discurso da criação de regiões autónomas e, mais tarde, de autarquias provinciais. Imediatamente, destacados membros da Frelimo iniciaram uma campanha contra uma proposta que ainda não era conhecida, mas cujo resultado em termos de divisão do poder podiam facilmente imaginar. Estava assim aberta uma contradição entre o recém-eleito Presidente e o seu próprio partido!” (Brito, 2015: 29).

É assim que Dhlakama inicia um périplo pelas províncias do norte e centro de Moçambique, onde, em comícios populares, vai prometendo estabelecer a sua própria administração, “a qualquer momento”. A 12 e 25 de Setembro de 2015, Afonso Dhlakama é emboscado em Manica e decide regressar às matas. Um dia depois de sair das matas para retomar o processo do diálogo, Dhlakama vê a sua residência, na Beira, assaltada, a 9 de Outubro, e os seus guardas desarmados, o que precipitou o retorno de Dhlakama às matas, onde continua até hoje⁶ (DN/pt, 2015).

Mas em princípios de 2016, Dhlakama fala a jornalistas através de teleconferência e anuncia governação para Março do ano em curso, o que não aconteceu. Volta-se a assistir à deterioração da tensão político-militar, com o retorno de ataques em Sofala, que voltam a matar, a destruir, forçando a reintrodução de escoltas militares (Notícias, 2016).

Cobertura jornalística sobre conflitos

Compreende-se por cobertura jornalística o processo pelo qual um determinado acontecimento é transformado de uma ocorrência ao estatuto de notícia, figurando, desta forma, no discurso público. A transformação de uma ocorrência ao estatuto de notícia depende de um conjunto de procedimentos profissionais que orientam os jornalistas no processo de selecção das matérias, designado por valores-notícia.

Os valores-notícia definem-se por serem um conjunto de critérios fundados nos princípios da verdade e de interesse público sobre os quais se realiza a selecção do que deve figurar como notícia, tais como a novidade, a veracidade, o impacto, a relevância, a proeminência das pessoas envolvidas, o conflito, a sensação/emoção, a proximidade, o drama, entre outros (Grandim, 2000; Sousa, 2001).

A base fundamental da materialização e do significado dos valores-notícia está ligada à expectativa social, enraizada no reconhecimento do papel que os media assumem como prestadores de um serviço público de informação, configurando-se como um campo profissional regido pelos valores da veracidade e da honestidade. O jornalista assume, neste sentido, um lugar de emissor de informações públicas baseadas na verdade.

Um conflito político ou armado representa, pela sua natureza, uma categoria de acontecimentos que, a vários níveis, responde aos diversos critérios da noticiabilidade. Portanto, um conflito político ou armado transforma-se em matérias cujas potencialidades de cobertura pelos jornais

⁶O artigo é escrito a 15 de Junho de 2016.

são quase que certas. Pode-se, a título de exemplo, notar que os eventos da guerra constituem um conflito de interesse que gera impactos negativos sobre a sociedade, a nível económico e humano, por representarem disputas entre posições ou perspectivas de liderança social, com as quais personalidades proeminentes tomam particular destaque; também pelo facto de os conflitos representarem elementos emocionais e dramáticos no que tange aos danos que causam.

A abordagem sobre a cobertura dos conflitos é orientada pela convicção de que os media, para além de informarem, possuem um papel significativo na formação da opinião pública, sobretudo na maneira como eles agendam as temáticas para o conhecimento público, através das estruturas de selecção e enquadramento (McCombs, 2009).

O poder de agendar e influenciar a opinião pública advém do facto de os media possuírem características tecnológicas que permitem transmitir informações em simultâneo para um conjunto alargado de membros de uma determinada sociedade; para além do facto de terem, ao longo da sua história de desenvolvimento, assumido um espaço central na divulgação e na publicitação dos eventos, determinando, na maior parte das vezes, aquilo que as pessoas vão compreender como sendo os factos mais importantes da vida social (Thompson, 2005).

No entanto, a actividade da cobertura dos media é, muitas vezes, marcada por limitações, chegando momentos em que a força dos actores externos, por exemplo os políticos, cuja actividade depende da aceitação pública, captura a sua acção e os media colocam as notícias não ao serviço do público mas, sim, ao serviço de grupos de interesse que conseguem dominar os seus espaços. As notícias transformam-se, assim, não em elementos para estimular uma opinião pública informada para fazer escolhas e participar num debate frutífero mas, sim, em insumos de manipulação para orientar as pessoas a perceberem a realidade na medida do que os políticos pretendem para se manterem no poder ou fazerem prevalecer as suas decisões, sem que haja espaços de negociação.

Pelo facto de os conflitos representarem elementos de disputas e de discordância entre posições políticas e socialmente dominantes, mesmo sendo repletos de valores- notícia, nestes momentos, as notícias não escapam à tendência de serem usadas como objectos de defesa das posições das partes beligerantes. A literatura e a história de cobertura sobre os conflitos mostram que existem relações problemáticas entre os jornalistas e as partes em conflito, o que levou diversos autores a assumirem que, em momentos de conflitos, a verdade perde a batalha, em lugar da mentira e da propaganda (Merreti, 2004: 102).

Avaliando a maneira como os jornais se posicionam em momentos de conflitos, a distorção, a

mentira e a manipulação parecem tornar-se sinónimos do jornalismo nestes momentos, pelo menos quando se trata de narrar a guerra. Estudos mostram que as práticas da cobertura da media, desde a Segunda Guerra Mundial, onde foram usados para a propaganda das partes beligerantes, tendem a ser as mesmas até aos momentos actuais, existindo elevados níveis de manipulação da informação, desde a edição das imagens até ao enfoque dado aos textos noticiosos (Morreti, 2004).

A cobertura dos jornalistas nos momentos de guerra despertou o interesse de vários estudos que começaram a ganhar relevância na segunda metade do século XX. Estes estudos tiveram como base duas perspectivas em que se encaixa a tendência como os jornalistas orientam a sua actividade: i) a de promotores de uma agenda informativa virada à verdade que leve a sociedade a compreender e a mobilizar-se para a solução dos problemas; e ii) uma perspectiva mais ligada à manipulação, gerando alianças com as partes em conflito.

Como se pode notar, a primeira perspectiva olha para as notícias como elementos de uma agenda cívica importante sob a qual se podem mobilizar os diversos actores para a promoção da paz, narrando os acontecimentos com verdade e ilustrando os seus impactos sociais; a segunda perspectiva é orientada para a guerra, onde os jornais se assumem como defensores das partes em conflitos, destacando-se pela sua capacidade de propaganda.

A perspectiva do jornalismo para a paz foi desenvolvida por Johan Galtung, que, em 1959, funda o Instituto Internacional de Pesquisa e Paz. Em 1964, fundou igualmente, o Journal of Peace Research, em Oslo, como forma de definir uma agenda oposta à cobertura orientada para o conflito/guerra. O Jornalismo para a Paz começa a ser disseminado com o artigo "A Estrutura do Noticiário Estrangeiro" (The Structure of Foreign News), publicado nos anos 1960, artigo no qual Galtung critica o tipo de jornalismo daquela época, que mostrava que as más notícias são mais relevantes do que as boas, considerando-se, portanto, a negatividade como um critério de noticiabilidade (Wandscheer, 2008, p. 21 – 22). No entanto, enquanto o Jornalismo de Guerra, em geral, concentra-se em eventos, reflecte a preferência da media pela violência e pelo sensacionalismo, o Jornalismo para a Paz, pelo contrário, tem o seu enfoque mais em processos de longo prazo do que em eventos pontuais (Shinar, 2009: 9).

Conforme ilustra a tabela 1, foi no "In The Peace Journalism Option" que Galtung, estudioso com uma trajectória marcada pela mediação de diversos conflitos no mundo, sistematizou as diferenças entre Jornalismo de Guerra e Jornalismo para a Paz, contrastando características, objectivos, valores e diferenciando a guerra do conflito, em quatro grandes orientações lógicas para análise comparativa, nomeadamente Guerra/Violência versus Paz/Conflito; Propaganda versus Verdade; Elites versus Pessoas/Povo e; por fim, Vitória versus Solução (Wandscheer, 2008, p. 24; Felipe, 2004, p. 11 e; Cardoso, 2003, p. 90).

JORNALISMO DE GUERRA	JORNALISMO PARA A PAZ
I. ORIENTADO PARA A GUERRA & VIOLÊNCIA * Orientação geral: “tudo-nada”, um vencedor e um derrotado (soma zero); * Espaço fechado, tempo fechado. Causas e efeitos no terreno do confronto. Quem atirou a primeira pedra?; * Tornando as guerras opacas/secretas; * Jornalismo de “nós-eles”. Voz para “nós”; * Vê “eles” como o problema (demonização de um ator/parte/etnia). Enfoque em “quem prevalece” na guerra; * Tratamento e abordagem superficiais e simplificadas. Converte as guerras em espectáculos (guerra ao vivo, com imagens, vinhetas, etc); * Desumanização “deles”. Utiliza uma linguagem bélica e estereotipada (os “terroristas” estão sempre do outro “lado”. As armas dos “outros” são o pior); * Reactivo: espera a violência antes de relatar; * Enfoque somente no efeito visível da violência (mortos, feridos e danos materiais);	I. ORIENTADO PARA A PAZ & CONFLITO * Explora a formação do conflito, x partes, y metas, z temas; * Orientação geral: “ganho-ganho” para todas as partes envolvidas; * Espaço aberto, tempo aberto. Causas e resultados/ soluções em qualquer parte (também na história/cultura); * Tornando os conflitos transparentes; * Dando a voz a todas as partes. Promove empatia, entendimento e compreensão; * Vê o conflito/a guerra como o problema, não “eles”; * Enfoque na criatividade para transformar o conflito. Tratamento e abordagem mais amplos, críticos e profundos (o jornalista deve ir além do factual, sem se contentar em relatar “imparcialmente” os fatos, tendo em vista que a imparcialidade, em alguns casos, é uma forma de parcialidade). Preocupa-se com o contexto e o processo dos conflitos; * Humanização de todos. Uma linguagem justa e igual para todos os actores (também há “terroristas” do nosso “lado”. As armas são o pior, as “nossas” e as dos “outros”); * Proactivo: prevenção antes da ocorrência de violência/guerra; * Enfoque também em efeitos invisíveis da violência (traumas/danos psicológicos a longo prazo e glória, danos à estrutura/cultura);
II. ORIENTADO PARA A PROPAGANDA * Expõe as mentiras/falsidades “deles”. Ajuda os “nossos” encobrimentos/mentiras; * Divulga boatos e exageros sem averiguar nem contrastar; * Simplifica o contexto dos conflitos. Faz uso de estratégias como a desinformação ou a selecção tendenciosa dos factos;	II. ORIENTADO PARA A VERDADE * Expõe as mentiras/falsidades de todos. Revela todos os encobrimentos/mentiras; * Averigua e contrasta a veracidade das informações antes de divulgá-las (quem são as fontes? Por quê estão me contando tal estória? Por quê querem que acredite neles?); * Explica o contexto dos conflitos. Não segue critérios políticos ou económicos para decidir o que será incluído e o que será deixado de fora de uma notícia (o compromisso maior é para com o público);
III. ORIENTADO PARA AS ELITES * Enfoque na violência “deles”, no “nosso” sofrimento e em homens saudáveis das elites, convertendo-os em suas principais fontes de informação; * Revela só os seus malfeitores. Nomeia os “vilões” só do lado “deles”; * Enfoque em pacificadores das elites, silenciando outras iniciativas de paz;	III. ORIENTADO PARA AS PESSOAS/ POVO * Enfoque na violência e no sofrimento de todas as partes e destaca grupos que costumam ser silenciados ou vitimizados pelos media, como mulheres, crianças e idosos, dando voz a quem não a tem; * Revela todos os malfeitores. Nomeia todos os “vilões”, os “nossos” e os “deles”; * Enfoque em pacificadores do povo, destacando todos os grupos e pessoas que trabalham pela paz;
IV. ORIENTADO PARA A VITÓRIA * Paz = vitória + cessar-fogo; * Oculta iniciativas de paz antes da vitória à vista/garantida; * Enfoque em tratados, instituições e discurso hegemónico (sociedade controlada); * Vive para uma próxima guerra ou para a mesma, se a violência reacender.	IV. ORIENTADO PARA A SOLUÇÃO * Paz = não-violência + criatividade; * Dá proeminência às iniciativas de paz, também para prevenir mais guerra; * Enfoque na estrutura, cultura e discurso alternativo (sociedade pacífica); * Preocupa-se com os efeitos no pós-guerra, tentando promover a transformação, a resolução, a reconstrução e a reconciliação.

A orientação da cobertura do conflito político-militar em moçambique nos jornais *Savana e Domingo* (2015 – 2016)

O Jornal DOMINGO e o Jornalismo para a Guerra: Da culpabilização da Renamo à Inocência do Governo

Considerando todas as peças analisadas no jornal DOMINGO, pode-se notar que este jornal adoptou uma orientação geral de “soma zero” (tudo ou nada), onde o Governo é visto como um vencedor e a Renamo o derrotado. Na sua abordagem geral, o jornal preocupa-se em estabelecer os culpados e os não culpados, sem mostrar os caminhos para a solução do problema.

Pode-se, inclusivamente, notar diversas marcas em que o jornal optou por um discurso marcado pelo “nós” (Governo/Frelimo), contra um “eles” (Renamo/Afonso Dhlakma), estes últimos que são estabelecidos como um problema, caracterizados como belicistas e com interesse de fazer prevalecer a guerra, num contexto em que existe um lado, o Governo, transformado em vítima das acções da Renamo.

Na cobertura do jornal DOMINGO subjaz uma linguagem bélica e estereotipada, quando se refere à Renamo. Trechos noticiosos como “Dhlakama perdeu oportunidade de se reconciliar com o povo” conferem evidências sobre como a orientação de “dois pesos e duas medidas” é levada a cabo pelo jornal. Nota-se ainda a primazia num jornalismo reactivo, aquele que espera a violência antes de relatar e, ainda, o enfoque no efeito visível da violência, como mortos, feridos e danos materiais.

O jornal DOMINGO dá enfoque em tratados, instituições e discursos hegemónicos, típicos de uma sociedade controlada. A título de exemplo, na sua edição de 28 de Junho de 2015, o DOMINGO, numa clara tomada de partido, transforma a assinatura de um acordo de “despartidarização” da função pública proposto pela Renamo numa obra do Governo, único interessado pela paz e estabilidade no país, de acordo com o jornal.

Buscando mostrar a culpabilidade da Renamo, e o lugar do governo como vítima, o jornal DOMINGO faz um conjunto de afirmações e adjectivações, com elevada carga emotiva, que conotam a Renamo como um partido pouco responsável e incapaz de aceitar os princípios democráticos. Afirmações como “esgotados os argumentos jurídico-políticos para a acomodação do seu interesse de governar as seis províncias que alega ter ganho nas eleições gerais de Outubro de 2014 e que proclamaram o Presidente da República...” (21.02.2016) ilustram o lugar em que são colocados os actores do conflito, sem, contudo, oferecer uma orientação em termos de

alternativas de diálogo. A carga emotiva do jornal e o enquadramento dado aos protagonistas coloca os actores em posições contrárias e motivadoras da intolerância e fraca abertura ao diálogo.

Estes enquadramentos revelam-se numa orientação à propaganda, onde o jornal reporta e classifica as acções da Renamo/Dhlakma como “mentiras/falsidades”. Em muitas ocasiões, as acusações contra os actos da Renamo são feitas a partir de depoimentos dos membros do Governo e do Partido Frelimo, sem oportunidades do contraditório à Renamo. Nesta acção, o jornal simplifica o contexto do conflito e faz o uso de estratégias como a desinformação ou a selecção tendenciosa dos factos.

Por exemplo, deixando de lado toda a conjuntura que entrava o desarmamento da Renamo, o jornal DOMINGO, na sua edição de 28 de Junho de 2015, escreve, a dado passo, que “...no quadro da desmilitarização da Renamo, que até hoje se recusa a entregar a lista dos seus homens residuais para reinserção socioeconómica...”. Ora, se a Renamo “recusa” entregar os seus homens, o DOMINGO, então, “se esqueceu” de que o Governo também “se recusou” entregar o que a Renamo chamava de “modelo claro” para a reintegração dos seus homens, assim que fossem desmilitarizados.

Típico de um jornalismo que divulga sem averiguar, que expõe as falsidades “doutro lado” e encobre as mentiras da parte que favorece, o jornal afirma que “...para além do deputado (morto) da Assembleia da República pela Renamo, o ataque de Amatongas deixou dezasseis guerrilheiros da Renamo mortos no local... refira-se, do lado dos atacantes⁷, não foi possível apurar se houve ou não feridos ou mortos”. Há mais afirmações que denotam essa orientação propagandística, como “...(Dhlakama não explicou)...a pretensa autodefesa dos homens que ainda mantém” (21.02.2016).

O jornal SAVANA: Uma tentativa de busca de um espaço discursivo alternativo e de um contra ponto à visão oficial

Olhando para todas as categorias discursivas analisadas, dificilmente pode-se estabelecer um ponto comum da orientação discursiva do jornal SAVANA. No entanto, é possível notar que o jornal orientou-se, em muitos dos casos, na busca de um discurso alternativo ao oficial, em alguns casos, fazendo um contra ponto à visão oficial sobre o conflito.

⁷ No artigo, o jornal ignora por completo o envolvimento da polícia que, à data da divulgação da matéria, já era avançado como a principal hipótese e que mais tarde veio a se provar, quando, no assalto de 9 de Outubro à residência de Afonso Dhlakama na Beira, as autoridades reivindicaram armas perdidas no ataque de Amatongas sobre o qual o DOMINGO se limita a referir-se a atacantes desconhecidos.

A reportagem baseada na análise contextual que caracteriza grande parte das publicações do SAVANA coloca-o, em certos momentos, a produzir algumas evidências de um jornalismo orientado para a confrontação das partes, promovendo uma visão orientada, em certa medida, para a busca do diálogo.

Eis alguns exemplos de reportagens do SAVANA onde a expressão da necessidade do diálogo fica vencedora:

“... no referido encontro, as lideranças (Dhlakama e Guebuza) definiram os passos subsequentes com vista ao alcance de um acordo... ficou também acordado que o Presidente Guebuza iria, junto do seu partido, procurar convencer a ala dura a viabilizar os entendimentos em nome da estabilidade. A mesma missão ficou também com o Presidente da Renamo” (30.01.2015). Como se depreende, para o SAVANA, há “alas duras” em ambos os lados e é preciso convencê-las para a causa da paz. Não se trata de convencer apenas um lado.

“... a actual tensão política poderia ser ultrapassada por via de um diálogo directo entre o líder da Renamo e o Presidente da República” (SAVANA, 02.10.2015).

No entanto, se, por um lado, se encontram indícios de uma prática de um jornalismo orientado para o diálogo, por outro lado, pode-se encontrar alguns elementos no mesmo jornal em que se assumem posições sob as quais o governo se afigura como uma parte pouco interessada pelo diálogo: “...os ataques à Renamo e ao seu líder têm em vista reduzir as iniciativas de paz de Nyusi e impedir que o PR faça concessões simpáticas ao maior partido da oposição” (SAVANA, 23.10.2015).

Uma característica relevante das reportagens do SAVANA é a busca da inclusão de opiniões diferentes das posições oficiais, mostrando a sua capacidade de abertura de espaço para a confrontação de ideias contrárias à visão oficial e que, em algumas ocasiões, apontam os caminhos para as soluções.

Algumas das reportagens do jornal oferecem elementos de contraste e, em certos momentos, situando-se distante dos dois actores em conflito. Este facto pode-se notar nos seguintes extractos:

“... as duas delegações⁸ mostram-se cada vez mais longe de lograr consensos para colocar um ponto final neste assunto, que deverá culminar com a reintegração dos homens residuais da Renamo nas fileiras das FADM, PRM e na vida económica e social” (SAVANA, 30.01.2015).

“o primeiro ataque a uma entidade governamental, atribuído a homens armados da Renamo, ocorreu um dia depois das rusgas policiais à sede do movimento em Maputo e às duas casas do líder Afonso Dhlakama, que avisou horas depois que vai responder politicamente à acção das autoridades” (SAVANA, 01.04.2016). Como se depreende, não há, neste trecho, “filhos” e “enteados”.

Na sua edição de 02 de Janeiro de 2015, logo após a divulgação final pelo Conselho Constitucional (CC) dos resultados da votação de 15 de Outubro de 2014, o SAVANA, num artigo cuja capa tem como título “Relâmpagos e Trovoadas” e antetítulo “CC dá Veredicto e Meteorologia Avisava”, mais do que uma simples transcrição das reacções das partes envolvidas no conflito, principalmente contextualiza a relação entre as eleições e o conflito, extravasando o simplismo.

“Vamos ver quem vai ajoelhar”, Afonso Dhlakama (in SAVANA, 15.01.2015).

“A vitória foi conquistada...”, reacção de Armando Guebuza (in SAVANA, 15.01.2015).

“Não ensaiamos modelos democráticos”, Filipe Nyusi (in SAVANA, 15.01.2015).

Nota-se que, mais do que transcrever essas reacções, o jornal trata de interpretá-las e fundamentar o seu alcance no quadro do conflito pós eleitoral, em particular, e no conflito político-militar, em geral. Em alguns casos, o jornal SAVANA tem uma orientação de “ganho-ganho” para as partes envolvidas, neste caso o Governo e a Renamo.

O SAVANA, apesar de algumas excepções, tende a ver o conflito/guerra como um problema social e não de uma parte particular em conflito. O jornal oferece algum nível de tratamento e abordagens mais amplos, críticos e profundos, humanizando e usando uma linguagem igual para todos os lados, tanto apontando os erros da Renamo como do Governo.

No lugar de esperar que a violência/guerra aconteça para depois reportar, o SAVANA pauta por um jornalismo preditivo e de prevenção e, às vezes, com enfoque também nos efeitos invisíveis da violência, como traumas/danos psicológicos.

São ilustradores dessa orientação jornalística trechos como:

“a falta de clareza em torno do diálogo secreto que a Renamo vinha levando a cabo com a Frelimo a fim de estabelecer um acordo eleitoral está a encalhar o diálogo político entre o Governo moçambicano e o maior

⁸ E não apenas a da Renamo que, tratando-se do jornal DOMINGO, seria o “vilão” (culpado) exclusivo da estória.

partido da oposição no Centro de Conferencias Joaquim Chissano” (30.01.2015);

“ os dois encontros serviram para quebrar o gelo e desanuviar o ambiente politicamente tenso que reina em Moçambique” (13.02.2015), ou, ainda,

“ a acção armada é, talvez, desde o ataque de Chibata (Macossa), a 12 de Setembro, o mais sério recuo à possibilidade das partes voltarem à mesa do diálogo e/ou um encontro entre o líder da oposição e o Presidente da República” (02.10.2015).

DOMINGO e SAVANA: o vício do jornalismo elitista

De uma forma geral, tanto o DOMINGO como o SAVANA tendem a orientar as suas coberturas nas figuras do Presidente da República e da Renamo, assim como a pessoas das elites. Nos artigos analisados em ambos os jornais, são poucas as evidências de publicações sob as quais a orientação buscou, de forma sistematizada, basear-se em vozes de pessoas comuns, demonstrando as suas preocupações e visões sobre o conflito.

Para além de Armando Guebuza (Presidente da República até 2014), Filipe Nyusi (actual Presidente), fontes como José Pacheco, ministro da Agricultura⁹ e então Chefe da equipa governamental no diálogo com a Renamo, de 2013-2015, Saimone Macuiane, Chefe da delegação da Renamo, António Muchanga, porta-voz do Presidente da Renamo e, mais tarde, porta-voz do partido, Lourenço do Rosário e Dom Dinis Sengulane, mediadores do diálogo entre as duas partes, Verónica Macamo, deputada da Frelimo e Presidente da Assembleia da República, Eliseu Machava, Secretário Geral da Frelimo, José Manteigas, deputado da Renamo, Edson Macuacua, deputado da Frelimo e Presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e da Legalidade, Lucas Chomera, deputado da Frelimo e Presidente da Comissão da Administração Pública e Poder Local, Raúl Domingos, antigo negociador-chefe do Acordo Geral de Paz pela Renamo e Daviz Simango, Presidente do Movimento Democrático de Moçambique (a terceira maior força política do país) e edil da Beira (a segunda mais importante cidade moçambicana, depois de Maputo), são algumas das fontes de informação mais recorrentes nos dois jornais, sendo que as fontes governamentais e da Frelimo tiveram mais eco no DOMINGO, enquanto as críticas ao Governo ou mesmo a oposição, ela própria, desfilaram mais no SAVANA. Neste contexto, pode-se concluir que as reportagens ou notícias no jornal Domingo têm mais os membros do governo ou do partido Frelimo por influenciarem a sua aceitabilidade como figuras públicas ou políticos.

V. Considerações finais

A análise da cobertura jornalística da tensão político-militar em Moçambique, precisamente no período compreendido entre Janeiro de 2015 e Maio de 2016, pelos semanários SAVANA e

⁹ Com a chegada de Nyusi ao poder, acrescentou-se ao Ministério, a partir de 2015, a designação “Segurança Alimentar”.

DOMINGO, foi realizada à luz de quatro orientações que diferenciam o Jornalismo para a Paz e o Jornalismo de Guerra.

Os dados recolhidos nos jornais DOMINGO e SAVANA e a análise feita, embora exploratória, evidenciam fragilidades da reportagem, de forma geral, e a exiguidade de uma cobertura equilibrada e que se oriente para a conciliação. Se, por um lado, o jornal DOMINGO orienta um discurso de culpabilização da Renamo pelo conflito, onde o governo se afigura como vítima, o SAVANA constitui-se como um contraponto, mesmo que não declarado, de uma visão de factos que buscam ilustrar um discurso contrário ao oferecido pelo Governo.

A partir dos dados apresentados sobre o jornal DOMINGO, pode-se, de forma evidente, verificar a sua total tendência para a construção de um discurso com enquadramentos orientados para a Guerra, em ilustrações que busca ilustrar os culpados (A Renamo). O jornal simplifica o contexto dos conflitos e, às vezes, recorre a estratégias como a desinformação ou a selecção tendenciosa dos factos.

Enquanto o SAVANA procura ser, em termos gerais, mais moderado, com abordagens que se enquadram na perspectiva teórica do Jornalismo para a Paz, o DOMINGO, por seu turno, tende a pautar por um Jornalismo de Guerra, consubstanciado por um tratamento desigual e diferenciado dos actores, sob o qual a Renamo e o seu Presidente são hostilizadas.

Por seu turno, o SAVANA é um jornal que se assume como um espaço alternativo ao discurso oficial que, em alguns momentos, busca elementos alternativos conducentes ao diálogo; no entanto, sem ser efectivo na possibilidade de um discurso equilibrado, em que o Governo e a Renamo apareçam na mesma medida. Isto é, embora em algumas ocasiões se busquem outros actores sociais que discutam sobre o conflito, sobretudo a sociedade civil, o SAVANA ilustra a sua tendência de constituir-se como uma voz oposta à uma visão oficial dos factos. Pode-se, finalmente, dizer que agregados certos elementos, como a capacidade de humanização das histórias e o uso de fontes de informação não elitistas, o SAVANA poderia aproximar-se a uma agenda orientada para a paz.

As análises realizadas revelam ainda a necessidade de um trabalho muito aprofundado no sentido de garantir uma maior consciência dos profissionais da comunicação social nas abordagens sobre conflitos. Estas abordagens deverão realçar o seu papel na construção de uma agenda pública que estimule uma maior aproximação e diálogo transparente entre os diversos seguimentos da sociedade.

VI. REFERÊNCIAS

Cardoso, Anelise Zanoni (2013). Jornalismo Para a Paz ou para a Guerra: o refugiado na cobertura jornalística

- brasileira. Porto Alegre: (s.ed.), 2013. (Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, PPGCOM/UFRGS como requisito parcial para obtenção do título de doutor). Disponível em <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/105023>>. Data de acesso: 15 de Maio de 2015.
- Dos Santos, José (2015). Em Directo da Guerra: o impacto da guerra do golfo no discurso jornalístico. Lisboa: (s.ed.), (s.d.). Disponível em <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/mediajornalismo/article/viewFile/6119/5579>>. Data de acesso: 15 de Maio de 2015.
- Felippe, Vanessa (2004). Correspondentes de paz: o “Jornalismo para a Paz” como hipótese. Coimbra: (s.ed.), 2004. (Este artigo foi apresentado no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, 16, 17 e 18 de Setembro de 2004). Disponível em <www.ces.uc.pt/lab2004/inscriçao/pdfs/painel19/vfelippe.pdf>. Data de acesso: 14 de Abril de 2015.
- Grandim, Anabela (2000). Manual de Jornalismo. Covilhã: Universidade da Beira Interior. Acessível em <http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/gradim_anabela_manual_jornalismo.pdf> Data de acesso: 25 de Julho de 2011.
- McCombs, Maxwell (2009). Um panorama da teoria do agendamento, 35 anos depois de sua formulação. Entrevista concedida a José Afonso da Silva Júnior, Pedro Paulo Procópio, Mónica dos Santos Melo. In *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. São Paulo, V. 31, nº 2, Jul./Dez. 2008, pp. 204 – 221. Disponível em <<http://revcom2.portcom.intercom.org.br/index.php/rbcc/article/viewFile/5502/5000>> Data de Acesso: 27 de Abril de 2009.
- Moretti, Marco Aurélio (2004). A ética no jornalismo: o jornalismo em tempos de guerra. In *Cenários da Comunicação*. São Paulo: UNINOVE. Disponível em <www.spell.org.br/documentos/download/23609>. Data de acesso: 14 de Abril de 2015.
- Neves, Teresa Cristina da Costa. s.ed. A dramatização no telejornalismo. (s.l.): (s.ed.), (s.d.). Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/caligrama/article/download/56696/59725>>. Data de acesso: 15 de Maio de 2015.
- Shinar, Dov (2009). Jornalismo de guerra e de paz no Oriente Médio. São Paulo: (s.ed.), 2009. (Este artigo é fruto da transcrição de uma palestra proferida por Dov Shinar na Faculdade Cásper Líbero em 21/08/2009). Disponível em <www.revistas.univerciencia.org/index.php/libero/article/viewFile/.../6123>. Data de acesso: 14 de Abril de 2015.
- Sousa, Jorge Pedro (2001). Elementos do Jornalismo Impresso. Porto: Universidade Fernando Pessoa. Acessível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf>> Data de acesso: 25 de Julho de 2011.
- Thompson, John (2005). “The new visibility”, *Theory, Culture & Society*, Vol. 22(6): 31-51.
- Traquina, Nelson (2007). O que é jornalismo. 2ª ed. Lisboa: Quimera Editores.
- Wandsheer, Lisiane (2008). Análise da Cobertura Jornalística do Crime Organizado nos Jornais Folha de São Paulo e Globo com9 Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Comunicação Social, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social). Disponível em, <tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1348> Data de acesso: 20 de Abril de 2015
- Brito, Luís (2014). Uma Reflexão Sobre o Desafio Da Paz em Moçambique. In *Desafios para Moçambique 2014 (IESE)*. Maputo.
- Brito, Luís (2015). Alguns Desafios do Presidente Nyusi. In *Desafios para Moçambique 2015 (IESE)*. Maputo.
- Chaimite, Egídio (2014). Indignai-vos! In *IDEIAS*. IESE. Maputo.

Diário de Notícias/PT. Polícia Invade Casa de Dhlakama na Beira. Disponível em <<http://www.dn.pt/mundo/interior/policia-invade-casa-de-dhlakama-na-beira-4825406.html>>. Data de acesso: 13 de Maio de 2016.

Deutsche Welle. Dhlakama encontra-se com Guebuza se exército sair da Gorongosa. Disponível em <<http://www.dw.com/pt/dhlakama-encontra-se-com-guebuza-se-exercito-sair-da-gorongosa/a-16927983>>Data de acesso: 13 de Maio de 2016.

Deutsche Welle. Dhlakama entra na campanha eleitoral de Moçambique com comício em Chimoio. Disponível em <<http://www.dw.com/pt/dhlakama-entra-na-campanha-eleitoral-de-mocambique-com-comicio-em-chimoio/a-17923294>>Data de acesso: 13 de Maio de 2016.

Deutsche Welle. Dhlakama e Nyusi satisfeitos com primeiro frente-a-frente. Disponível em <<http://www.dw.com/pt/dhlakama-e-nyusi-satisfeitos-com-primeiro-frente-a-frente/a-18244542>>Data de acesso: 13 de Maio de 2016.

NOTÍCIAS. Três Feridos em Ataques da Renamo em Sofala. Disponível em <http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/politica/50899-tres-feridos-em-ataques-da-renamo-em-sofala>. Data de acesso: 30 de Maio de 2016.

Rádio Moçambique. Assembleia da República Chumba Projecto de Lei das Autarquias Provinciais. Disponível em <<http://www.rm.co.mz/index.php/home-2/item/11197-assembleia-da-republica-debate-projecto-de-lei-das-autarquias-provinciais>> Data de acesso: 13 de Maio de 2016.

Radenovic, Milan Rados (s.d) Opinião Pública Mundial: Formar ou Manipular, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. <http://revistas.ua.pt/index.php/prismacom/article/viewFile/614/pdf> data de Acesso: 14 de Junho de 2016.

LISTA DOS JORNAIS ANALISADOS

- Jornal DOMINGO. Chumbadas “Autarquias Provinciais” por Vícios Jurídicos Insanáveis. Maputo. 03/05/2015.
 Jornal DOMINGO. Quando a Prensa é Inimiga da Perfeição. Maputo. 05/05/2015.
 Jornal DOMINGO. Filipe Nyusi é Novo Presidente da República. Maputo. 04/01/2015.
 Jornal DOMINGO. Foi Dado Um Passo Gigantesco em Direcção à Paz. Maputo. 11/10/2015.
 Jornal DOMINGO. Renamo Pela Paz no Parlamento mas Volta a Matar. Maputo. 21/02/2016.
 Jornal DOMINGO. Dhlakama Atacado por Desconhecidos em Amatongas. Maputo. 27/09/2015.
 Jornal DOMINGO. Anteprojecto de Regiões Autónomas Vai ao Parlamento. Maputo. 15/02/2015.
 Jornal DOMINGO. Aprovada “despartidarização” da Função Pública. Maputo. 28/06/2015.
 Jornal SAVANA. Da Parte Incerta ao Desarmamento. Maputo. 16/10/2015.
 Jornal SAVANA. Comitiva Governamental Atacada. Maputo. 01/04/2016.
 Jornal SAVANA. “Nyusi é Mais Aberto e Humilde – Afonso Dhlakama clarifica entendimentos ao SAVANA”. Maputo.13/02/2015.
 Jornal SAVANA. O Novo Silêncio de Dhlakama. Maputo. 23/10/2015.
 Jornal SAVANA. Dhlakama disposto a reeditar Satunjira. Maputo. 23/10/2015.
 Jornal SAVANA. Acordo Eleitoral Encalha Diálogo. Maputo. 30/01/2015.
 Jornal SAVANA. “Relâmpagos e Trovoadas”. Maputo. 02/01/2015
 Jornal SAVANA. Dhlakama dá 60 Dias a Nyusi. Maputo. 15/05/2015.
 Jornal SAVANA. Há Planos para Assassinar Dhlakama? Maputo. 02/10/2015

Coal Mining and Impact in Local Economy Of Moatize, 1977/82 – 2007/12: repetition of history?¹

Nelson Tivane²

Abstract

Mozambique's economy has become one of the most attractive economies within SSA (Sub-Saharan Africa). The country, like many other developing countries, is rich in natural resources. In the past three decades, the existence of extensive coal reserves and land for agriculture attracted a wide number of private investments, from multinational companies to PPP (public and private partnership). Although involving different actors and contexts, the exploitation of these resources, especially coal, has evolved for more than one century. Overall, recent researches are focused on effects of these activities – coal mining—at the macroeconomic level. This article analysis how coal mining affects the trends of employment and preserves the agricultural production in Moatize, Tete province,

Keywords: coal mining, employment and agrarian production.

Palavras-chave: Media, Conflitos, Paz, Moçambique.

¹This article was presented at the IV International Conference of the Institute of Social and Economic Studies (IESE), August 2014, Maputo. The Portuguese version had comments from Professor Luis de Brito, Senior Research at IESE. It resulted from extracts of a written monograph for BA Hons ("The Impact of Mining on Employment and Economic Production of Local Communities in Moatize 1978-2007/2012") Degree in History. This translation was made by the Author, for St Antony's College of Oxford, and was proofread by Professor David Hedges from History Department at UEM.

²Nelson Tivane has a BA Honours in History and a Master in Human Rights, Economic Development and Good Governance. He also has a certificated online MicroMaster Program in Anthropology. He is the founder of C&C's Social Research and Consulting, Lda (www.ccsconsultingmoz.com). Currently, he is working as Research and Unit Training Officer at Oxfam Novib Mozambique.

Introduction

The study of coal mining's impacts on employment and local agrarian production is or should be one of the central issues of academic debate, considering the transitional context of the economy of Mozambique³. The latest trends in foreign direct investment in Tete and Moatize (resulting from the boom of natural resources) and the return to coal mining revived the hope of improving living conditions of local population. Yet, against all the expectations, coal mining companies employ a tiny number of people, and does not preserve or either promotes local agrarian economy.

This paper discusses the relationship between coal mining, employment and agrarian production in Moatize, and tries to show and explain, in an historical-comparative perspective, what emerges as the "repetition of history" in coal mining dynamics and related impacts.

2. Impacts of the Extraction of Coal on Local Employment: "repetition of history"?

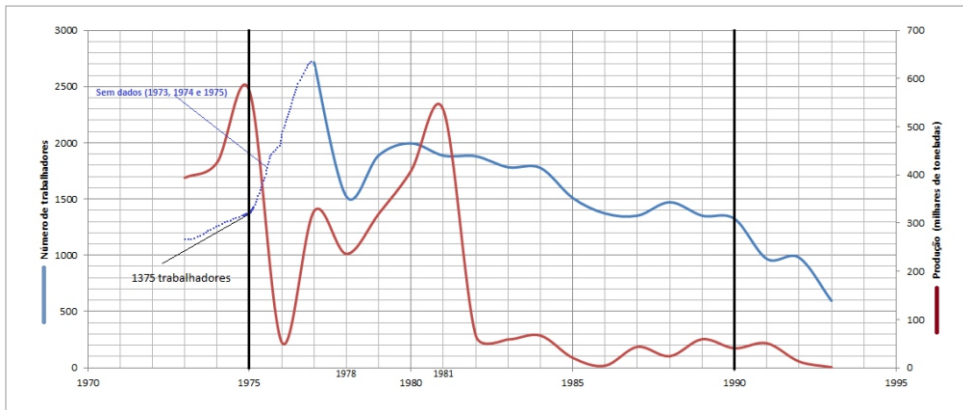
The contribution of coal industry to the local economy depends on many factors, including the level of contracting (direct and indirect) workers. In this regard, did the end of colonialism mean changes? Overall, the hiring of manual labour - seasonal and permanent, direct and indirect – in the colonial period showed growing trend. Still, the colonial exploitation policies blocked the possibilities of development of local workers and farmers/peasants (Castel-Branco, 1994). In this period, coal extraction was done in gallery mines, by opening shafts little more than 300m deep, involving "small" machines such as drills, pumping machines and lifts, picks and hammers. The workers were minimally skilled, mainly miners, carpenters, drivers, electricians (Tivane, 2013).

With the independence, in 1975, many of these characteristics of colonial coal mining continued. But, there were some improvements resulting from technical cooperation relations that the new government established with the German Democratic Republic. The operation continued to demand intensive hiring of manual labour, whether permanent or contracted for short and long-term assignments. Thus, the number of workers and operators needed also demanded to grow.

According to the graph 1, the evolution of the production and marketing of coal in the colonial

³There is a trend of economic transition characterized by the transition from an economy based on providing services through ports and railways, migrant labour and dominant subsistence agriculture for the production of export goods to an economy based on exploitation of natural resource and dominant subsistence agriculture for

Graph1 . Number of workers and volume of coal produced, 1973 – 1993.



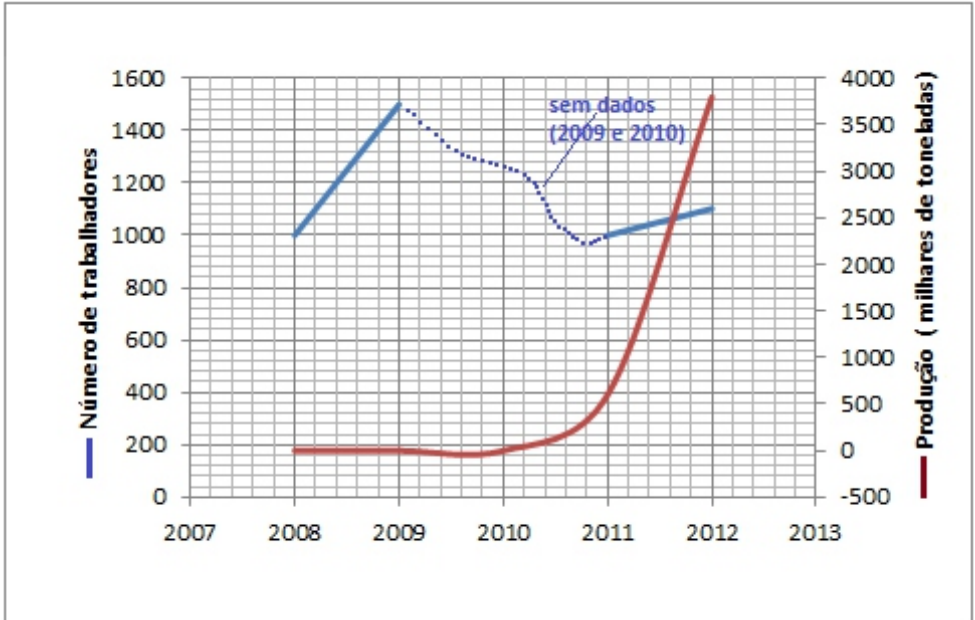
Source, Tivane, 2013.

and postcolonial period to 1995 depended also on the intensive hiring of seasonal and permanent workers. For example, from 1978 to 1981, there was an increase in production by more than 100% (from 236 177 to 534 545 tonnes), and in (almost) the same period, there was an increase in the hiring of labour. It is estimated that the mining company (CARBOMOC, EE) hired about 31% of existing employees (1522 to 1996 workers here hired), from 1978 to 1980. However, the increasing trend in recruitment labour, which occurred between 1978 and 1981, was not sufficient to meet the employment needs of the population, at district level. It is likely that the explosions occurred in mines VI and III have had the effect of reducing the mining exploration area of Moatize. According to Tivane (2013), this contributed hugely to reduce the volume of coal produced from 1975 to 1976 and, also, the explain the reduction of hired workers, between 1977 and 1978.

From 1981, there was a reduction in the volume of production associated with the effects of civil war. Alongside the war, the company started to have some economic and financial problems that limited the development of production plans of CARBOMOC. Then, the company was forced to start the “rationalization” of manual labour. This occurred between 1982 to 1984. The massive dismissal of workers became official in 1990 (Pantie, 2006).

These characteristics of coal exploitation changed completely, with the emergence of mega projects era and related multinational companies, from 2007 to 2012. These companies are known by their characteristic of investing massive capital for natural resource exploitation. For instance, the total value of Vale Mozambique in Moatize was USD 1535 million, and its mega project covered an area of 23,780 hectares. The operation model involved high-tech machinery. The coal

Graph 2 : N° of workers and annual coal production, 2008 – 2012.



Source, Castel-Branco & Cavadias, 2009.

extracted was sold in world markets. The model of production –very high in investment costs, magnitude and technologies used – required qualifications and expertise in terms of labour force, competitive conditions, expertise in suppliers and consumers markets. For these reasons, these projects do not require, by nature, the use of untrained and unskilled labour force (Castel-Branco, 2008; Castel-Branco and Cavadias, 2009).

According to graph 2, between 2008 and 2009, about 1,500 jobs were created by Vale, showing a growth trend in terms of hiring manual labour in its installation phase. From 2011 to 2012, production increased from a little more than 500,000 to about 3.8 million tons of coal. Yet, the hiring of manual labour only grew by about 10.2% (from 1000 to 1102 employees) in the same period. Compared with CARBOMOC period (1978 – 1981), this meant that coal production increased 7.6 times; with an overall decrease of almost 20%, in terms of number of workers employed.

Data available referring to local workers hired by Vale is limited. But, it is estimated that of the 1102 workers contracted by the end of 2012, only 394 of them were born in Tete province; and, of these, only 72 were from Moatize (Tivane, 2013).

General, Vale employed less than 1,200 workers in its production phase (from 2010 to 2012), but the employment needs for the country are much high. The economically active population is growing by 300,000 per year, yet fewer than 15,000 formal sector jobs are being created annually. This means that Mozambique must create 20x more jobs. For this needs, mega-projects are not viable solution. The big companies, in general and almost without exception, are capital intensive and, comparatively, create few jobs. High number of jobs is created by small and medium companies, but those small companies face a variety of setbacks and a poor business climate on developing their activities (Hanlon, 2011).

This relationship shows that the development of coal mining industry does not generate large numbers of jobs. Currently, coal production levels and volumes are high, but the new technical model of operation is not consistent with intensive manual labour. This entails that, since 1984, there have been no changes in terms of employment created by the coal mining industry in that district. Moreover, existing trends show that the problem is getting worse. The government's policies continue to not responding employment needs and the growing of population. In this context, the informal sector becomes one of the most source for Mozambicans livelihoods.

For the problem of unemployment and poverty reduction, the government established a simplistic, automatic and direct connection between the creation of a company leading to more job created, and, therefore, poverty reduction. This link is not automatic and netherlinear. It depends on a number of structural and productive factors, business productivity and working conditions. Thus, in Moatize, alongside of multinational companies, other types of industries, small and medium enterprises that are intensive in employment or absorb more manual labour should be encouraged. The policy of diversification of the production base in Moatize worked slightly in the colonial era with the introduction of "development plans"; through which colonial government used to facilitate terms of investment, production, installation of new industries and rural classes, etc. However, these practices were of colonial interests and were based on colonial social forms of exploration. The new government is called upon to implement policies that can stimulate, articulate and materialize links between mega projects and the wider economy, so that they multiply investment, retain profits, redistribute income, promote consumption and improve local productive capacities. This does not happen if the mega projects are disassociated or insulated from other sectors of the economy, such as the agricultural sector (Castel-Branco, 2008).

Local "extractive industry" and agrarian production: is the coal extraction a boost factor?

This section discusses the characteristics of the productive and reproductive logics of the agrarian structure of the peasantry, its relationship with coal industry and related impacts. Agricultural activity is, historically and traditionally, the main source of livelihood of Moatize district and Tete province. Overall, agriculture remains the sector that offers more jobs to the economy

and ensures food security. It should also allow the creation of rural classes, reduce hunger, etc.

From 1958, the growth of infrastructure and coal production was accompanied by some development of the local agricultural sector, diversification and expansion of the production base. This resulted from the introduction of “development plans” in the region and linkage created between private mineral companies, state-owned enterprises and agricultural farms. These links allowed the development of local agricultural sector, mainly the settler farmers, while the economic production of the local (Mozambicans) farmers remained undermined by colonial policies. While colonial farmers received assistance from the State in terms of credit and machinery and had a monopoly of the commerce, local smallholder farmers used to sale their products at low fixed prices and determined by the structure of colonial interests. In this case, the peasantry was subordinately integrated to the economy to (i) supply cheap labour, (ii) produce cheap raw materials for industries and (iii) produce cheap crops (Wuyts, 1978; Castel-White, 1994). For most of the smallholder farmers, the increasing efficiency of administrative action in forced crop production and recruitment diminished their productive capacity and available working time for local subsistence production (Coelho, 1998). It was important to produce and sale to finance the consumption and pay taxes. These dynamics associated with colonial policies based on racial exploitation did not benefit the peasantry and blocked the development of the productive forces in rural areas (Wuyts 1978).

After independence, aware of the crisis (1974-1977) and wishing to recover the levels of agricultural production and coal, the new government introduced reforms in both sectors. In 1977, agriculture was defined as the main basis of economic development; industry as a boost factor and heavy industry as a decisive factor (in this case, in Moatize, the booster and decisive factor was CARBOMOC, EE).

In 1978, the mining complex of Moatize was nationalized and CARBOMOC, EE was formed. In parallel, from 1982 to 1984, several policies were adopted to link the agriculture to industry sector for agricultural development, mainly in State farms (Wuyts 1978, Castel-Branco, 1994; Coelho, 1998). But, the structure of the colonial rural economy inherited after independence continued to exert strong pressure. Peasant farms and the conditions under which their livelihood depended remained mostly intact and unchanged. The new government assumed a dualistic vision of development of the agrarian structure, which was not suitable for the development of the rural economy (Castel-Branco, 1994). In this political vision, peasantry remained a producer of subsistence. The complex and historical connection between family production and wage labour was ignored. The peasantry was defined as a class unlinked with monetized commercial circuits and unable to survive without investment. It was conceptualized as poor and vulnerable to climate change. The development of peasantry was linked to the development of the state sector –cooperatives and communal villages (Wuyts, 2001).

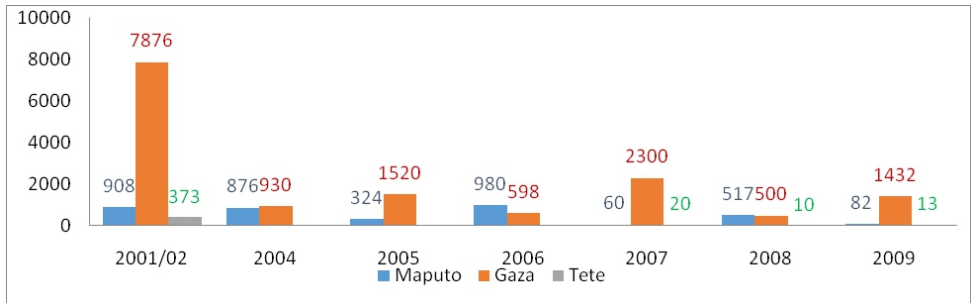
The weakness of this model was partly revealed in the early of 1980 decade, with the advance and spread of civil war in Tete. The province was one of the most affected in the country. The combination of civil war, floods (extended until 2003 in Moatize), drought and economic crisis originated hunger in the province, particularly in rural areas where resources have become scarce for the local population, who has to share resource with returnees from Zambia and Malawi (Coelho, 1998; Tivane, 2013).

Before the spread of war, local economic production (agricultural and livestock), State farms and the small plot farm of CARBOMOC fed the workers of the mining company, local population and the local market of Tete, Sofala and Manica. The provincial government of Tete promoted markets, which allowed people to acquire agricultural and livestock produced by local farmers. This resulted in increasing crop areas and local production. In addition to agricultural products, stoke rising and marketing were encouraged through trade fairs, which came to minimize the problem of supply (Tivane, 2013). However, the destruction caused by civil war in rural areas, government policies and the privatization of state farms after the 1984 reforms (particular from 1987 to 1990) impeded regular food production and trade activities by rural communities. The rural communities no longer supplied the urban centres, including CARBOMOC, as well as the markets of Manica, Sofala, Malawi. The population also had to face negative effects that destabilization brought to employment and the local economy production. Additionally, they also had to suffer the effects of persistent drought that forced a majority of the rural population into dependence on external food aid (Abrahamsson and Nilsson, 1990; Coelho, 1998).

The war intensified the need for reform, which led to the opening of the market economy. The State, by complying with the impositions of the WB and IMF, came to neglect small producers, looking at them as a class of smallholder producers, while prioritizing the private sector. The liberalization of prices was seen as the main incentive mechanism for the development of rural economy, with a focus to the private sector and smallholder producers (Mosca, 2008). However, there was little attention to the link between non-agricultural wage work and family production, that historically ensured the profitability of family agriculture and the livelihoods of the rural population (Wuyts, 2001).

In Moatize, Tete and in general, the provision of wage is the stimulating factor in production and attraction of rural labour, but the state continued to ignore this relation and role of income/wage. Under the liberal reforms, aid started to encourage the development of trade of imported products in detriment of domestic products. The social pattern and rural differentiation have become more pronounced resulting in social conflicts between farmers, state farms and cooperatives. Among family producers, the farming inputs purchase capacity –for credit, equipment and land –lowed, due to excessive bureaucratic procedures and corruption. Some irrigation schemes were built, but

Graph 3: Irrigation systems constructed or reconstructed, 2001-2009.



Source: Author, based on data in Cunguara & Garrett, 2011.

there was continued inability to manage and keep them in operation.

For example, according to the graph3, there was poor and uneven distribution of investment for construction and reconstruction of irrigation systems. In Tete only 416 hectares of irrigated land were rehabilitated, compared with 2839 hectares and 7280 hectares in Maputo and Gaza, respectively. More localized data indicate that by 2005, the Moatize district had 310 hectares of irrigated land of which 126 were not operational owing to lack of equipment, destruction by floods, lack of access to credit and paid employment that could allowed allocating “funds” for maintenance.

These differentiations continued up to today. The small-scale producer remains excluded from the wider market, investment, access to agricultural credit, equipment, land, etc. The domestic traditional market is concentrated, low-scale, fragmented and of low quality. The peasantry generally does not participate in the new market dynamics (created with the mega projects), because it cannot meet the demand due to lack of preparation in terms of volume of production and quality. The new demands of food are large-scale and higher than the existing capacity and, therefore, miners are forced to import food (rice, wheat, meat, potatoes, tomatoes and some vegetables) for their cafeterias to satisfy the supply, quality and regularity (Mosca, 2008; Mosca and Selemane, 2011).

In this context, there is a low employment rate in the agricultural sector in Tete. The province is among the seven provinces that created less direct employment, and among 5 that created less self-employment in the period 2010-2013, with 33,748 and 768. These data put Tete below Maputo, Nampula, Sofala, Zambezia and Manica in terms of direct employment (Tivane, 2013). The informal sector continued to be the guarantee of survival and/or livelihoods. It is the base and the support of the local economy creating short-term, self-employment and generating some

income for rural families, ensuring the supply of essential goods and contributing to local economic dynamism. Emigration and rural depopulation tend to “ruralize” the city of Moatize, resulting in suburbs and poor settlements, unordered with living conditions (Mosca, 2012).

Although taken as the main basis of national development, agriculture is not being prioritized and has had very little investment (Mosca, 2012). In Tete, instead of becoming the central sector for socioeconomic transformation, there were no major changes either in the production base or in technology and productivity. In Moatize, as a result, the supply to the traditional food industry, markets and local companies did not reach the levels of 1973, but coal mining exceeded more than 7 times the production of 1975 and 1981 (Tivane, 2013).

Conclusions

The study shows that in Tete, the coal mining industry, disassociated from other economic sectors, does not develop the economy. On the contrary, it makes it concentrated and, consequently, unstable and dependent. The two coal mining phases characterized here shows ruptures, but, most important, they also show continuities and similarities, especially in the impact on the hiring manual labour, preservation and promotion of local agricultural production, which suggest a repetition of history.

The slight changes recorded did not result on socioeconomic lives improvement. On the contrary, the coal industry is still not responding to the needs of local populations. Since 1984, the impact of coal mining in terms of job creation and promotion of agricultural production remains weak and lowing, if consider the growing rate of population.

In terms of investment, it is noted that there was only concern with technological development, increasing production, coal export and profits; and mega projects were not integrated socioeconomically in local communities. In Moatize, recent development trends have resulted in growing social differentiation, where a few wealthy becoming richer and the majority poor becoming poorest.

Overall, the recent socio-political and economic characteristics shows reversible possibilities of a “resource curse” in the country, in its embryonic stage. Development policies and strategies should ensure greater integration and inter-sectoral relationships between sectors of the economy. Alternative development policies and strategies are needed.

Bibliography

- Abrahamsson, Hans and Nilsson, Anders. (1994). *Mozambique in transition: a study of the history of development during the period 1974-1992*. Maputo, Padrigu-CEEI-ISRI.
- Castel-Branco, Carlos Nuno (1994). Structural problems of agrarian development (pp. 30-86). In: Castel-Branco, Carlos Nuno (org). *Mozambique: economic perspectives*. Maputo, UEM.
- Castel-Branco, Carlos Nuno (2008). *Mega Projects in Mozambique: what contribution to the national economy?* Maputo, IESE.
- Castel-Branco, Carlos Nuno and Cavadias, Elton (2009). *O papel dos mega projectos na estabilidade carteira fiscal em moçambique*. Maputo, ATM.
- Celho, João Paulo Borges (1998). State resettlement policies in post-colonial rural Mozambique: the impact of the communal village on the province, 1977-1982 (pp. 61-93). In: *Journal of Southern African Studies*. Vol 24, nº 1.
- Cunguara, Benedito and Garrett, James (2011). *O Sector Agrário em Moçambique: Análise situacional, constrangimentos e oportunidades para o crescimento agrário*. Maputo, IFPRI.
- Hanlon, Joseph (2011). *MOZAMBIQUE 189. News reports and clippings, 30 November 2011-1*.
- Mosca, João (2008). *Agricultura de Moçambique pós-independência: da experiência socialista à recuperação do modelo colonia* (pp. 47-66). In: *International Journal of Portuguese Language*, III Série, Nº 21.
- Mosca, João (2012). *Porque a produção de alimentos não é prioritária ?* Maputo, OMR
- Pantie, Francisco (2006). *A paralisação das minas de carvão de Moatize e o seu impacto, 1982 - 2003* (Monografia de Licenciatura em História, Departamento de História-Universidade Eduardo Mondlane).
- Tivane, Nelson (2013). *O impacto da mineração sobre o emprego e a produção económica das comunidades locais em Moatize, 1978-2007/2012* (Monografia de Licenciatura em História, Departamento de História-Universidade Eduardo Mondlane).
- Wuyts, Marc (1978). *Peasants and rural economy in Mozambique*. Maputo: National Book and Disk Institute.
- Wuyts, Marc (2001). *The agrarian question in Mozambique's transition and reconstruction*. UNU-WIDER Discussion paper nº 2001/14, Helsinki: UNU-ISS & WIDER.

³ There is a trend of economic transition characterized by the transition from an economy based on providing services through ports and railways, migrant labour and dominant subsistence agriculture for the production of export goods to an economy based on exploitation of natural resource and dominant subsistence agriculture for local consumption, including tiny volume of exportation.

Capital social, redes sociais e empreendedorismo em Moçambique – Análise de Casos de Jovens Empreendedores

Gildo Cossa*

Resumo

O presente trabalho procura analisar como é que alguns jovens empreendedores conseguiram, por meio de redes de contactos e outros recursos não-económicos, se tornar empresários mediante meios que podem ser classificados como “capital social”. Este capital social lhes permitiu alcançar reconhecimento e assegurar a sustentabilidade dos seus negócios. Para tal, foi realizada uma pesquisa qualitativa baseada na análise de seis casos de jovens provenientes de diferentes províncias de Moçambique. A pesquisa concluiu o seguinte: primeiro, que as redes sociais não são um dado natural; segundo, que os laços mais fortes tiveram maior influência no estágio inicial do empreendimento e os laços fracos criados ao longo da trajectória dos empreendedores analisados constituíram um dos elementos estratégicos mais significativa e permitindo a criação do capital social; terceiro, que empreendedores sem precedentes de laços políticos ou forte influência no sector público, pela sua capacidade técnica, constituíram o seu próprio capital social (stock), a partir das redes familiares, por via das suas características (perfil) empreendedoras, reconhecimento da competência (capital humano) e motivados pela independência financeira e profissional, oportunidades de negócios e realização pessoal.

Palavras-chaves: Processo Empreendedor, Laços, Redes Sociais, Capital Social

Gildo Cossa, mestrado em Sócio-economia do desenvolvimento, pós-graduado em Auditoria e licenciado em Gestão de Empresas. Secretário-Geral da Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique (OCAM), desde 2014. Docente a tempo Inteiro e Coordenador do Projecto de Simulação Empresarial ISCTEM – Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique com experiência de mais de 10 anos. Responsável pela formação e formador dos docentes de Simulação Empresarial, nos Instituto Superior Politécnico de Manica (ISPM), Instituto Superior Politécnico de Gaza (ISPG), Instituto Superior Politécnico de Tete (ISPT), Escola Superior de Negócios e Empreendedorismo de Chibuto (ESNEC) da Universidade Eduardo Mondlane - UEM, Instituto Superior de Comunicação e Imagem de Moçambique (ISCIM), Universidade São Tomás de Moçambique (USTM).

Assessoria ao Conselho Científico do ISCIM na reforma curricular dos cursos de Licenciatura em Gestão e Contabilidade de Auditoria. Coordenador da Comissão de revisão do Regulamento de elaboração dos trabalhos científicos no ISCTEM.

Social capital, social networks and Entrepreneurship in Mozambique – Analysis of Cases of Young Entrepreneurs

Gildo Cossa*

Abstract

This paper analyses how some young Mozambican entrepreneurs obtained success, using their networks of contacts and other non-economic resources, which can be classified as “social capital”. This social capital allowed them to achieve recognition and ensure the sustainability of their businesses. To this end, a qualitative research has been carried out, based on six case studies of young entrepreneurs selected from different provinces of Mozambique. The research concluded the following: first, social networks are not spontaneous; second, strong ties had a great influence in the initial stage of the venture and the weak ties were created along the trajectory of the entrepreneurship, followed by the meaningful strategy and allowing the creation of social capital; third, the entrepreneurs without precedents of political ties or strong influence in the public sector, by their technical capacity, have their own social capital (stock), from the family networks, by means of their entrepreneurial characteristics (profile), recognition of competence (human capital) and motivated by financial and professional independence, business opportunities and personal fulfilment.

Key words: Entrepreneurial Process, Ties, Social Networks, Social Capital, Success

Gildo Cossa, master's degree in Socio-economics of development, postgraduate in Audit and a degree in Business Management. Secretary General of the Order of Accountants and Auditors of Mozambique (OCAM), since 2014. Full-time professor and Coordinator of the ISCTEM Entrepreneurial Simulation Project - Mozambique's Institute of Sciences and Technology with more than 10 years of experience. (ISPM), Instituto Politécnico de Gaza (ISPG), Instituto Superior Politécnico de Tete (ISPT), School of Business and Entrepreneurship of Chibuto (ESNEC) of the University Eduardo Mondlane - UEM, Higher Institute of Communication and Image of Mozambique I (SCIM), Universidade São Tomás de Moçambique (USTM).

Advisory to the Scientific Council of ISCIM in the curricular reform of the courses of Degree in Management and Audit Accounting. Coordinator of the Commission for the revision of the Regulation for the preparation of scientific works in ISCTEM.

Introdução

Este artigo resulta de uma pesquisa levada a cabo pelo autor, visando perceber como é que jovens empreendedores moçambicanos conseguiram alcançar o sucesso económico, enfatizando os factores “não económicos”, nomeadamente as suas redes sociais. A literatura sobre o assunto é, no geral, vasta, mas muito reduzida em relação à realidade moçambicana, pelo que a pesquisa se configura bastante inovadora.

Segundo Mosca (2012), a formação do tecido empresarial moçambicano é recente e teve a sua génese na política, com a qual continua a estabelecer uma relação directa e indirecta, onde a maioria do tecido empresarial é constituído pelas PME's, totalizando cerca de 78% do universo empresarial, empregando cerca de 67% da força de trabalho (MIC, 2006). A partir desses dados, procurou-se testar a hipótese formulada, segundo a qual mesmo os jovens empreendedores devem ter relações bem enraizadas e profundas com o mundo da política para conseguirem o seu sucesso na área dos negócios. Para testar esta hipótese, foi usada uma abordagem qualitativa, baseada em entrevistas junto a alguns empreendedores jovens e de sucesso, conforme é referenciado no ponto a seguir.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa foi realizada mediante uma abordagem qualitativa, nomeadamente através do estudo de múltiplos casos (Yin, 2015; Martins, 2008). Nesta pesquisa, os casos analisados são de jovens empreendedores, visando compreender como conseguiram iniciar os seus negócios, registar um considerável crescimento e permanecer no mercado, com base nas redes sociais estabelecidas.

Na perspectiva de (Crespi, 1997), os estudos de casos múltiplos basearam-se nas histórias de vida, geralmente conduzidas com base na amostragem de pessoas previamente seleccionadas, através de entrevistas livres. Nesta pesquisa, as entrevistas foram semi - estruturadas, analisadas consoante a análise de conteúdo e posteriormente enviadas ao entrevistado para revisão. Os estudos de casos múltiplos, segundo Halinen e Tornroos (2005), citados por Correia (2010), são os mais convenientes para o estudo de redes de negócios, por permitirem uma descrição holística do fenómeno,

Segundo Boaventura de Sousa Santos (1983:11), citado por Silva (2012), o método de casos múltiplos e alargados opõe-se à generalização quantitativa pela qualitativa de exemplaridade, o que permite analisar, com profundidade, cada caso ou número restrito, de forma a explorar, com o

maior detalhe descritivo, a incidência de condicionantes estruturais num domínio mais subjectivo, em que actuam como intermédios de esquemas de percepções, apreciações e acção sobre a realidade objectiva. A pesquisa baseou-se na análise da trajectória dos empreendedores jovens moçambicanos.

O estudo baseou-se em cinco casos seleccionados, tendo em conta os seguintes critérios: jovens com idade inferior a 40 anos, provenientes de diferentes províncias e com mais de 4 anos no mercado. De entre os seleccionados, alguns foram distinguidos, conforme a tabela nº 1, e também são membros séniores da Associação Nacional de Jovens Empresários (ANJE). A característica do grupo é não apresentar um familiar que tenha um negócio similar, que possa influenciar positivamente o capital social inicial, assim como laços políticos e nos altos funcionários do sector público.

As entrevistas foram feitas nos escritórios, a sua duração não foi estabelecida previamente e terminavam quando as informações fornecidas adquirissem uma relativa circularidade.

Na entrevista, foi solicitado ao jovem empreendedor que se pronunciasse sobre: i) a composição da família; ii) as referências (inspiração) na infância dos tios e familiares próximos; iii) actividades desenvolvidas na infância que influenciaram o percurso; iv) o percurso académico; v) o processo que conduziu à criação do empreendimento; vi) origem da ideia/iniciativa; vii) público-alvo e o seu envolvimento; viii) inovação na área de actuação; ix) redes de contactos estabelecidas que foram marcantes; x) origem dos recursos investidos; xi) as pessoas-chave para os avanços significativos.

Os critérios de sucesso adoptados foram o tempo de existência (superior a 3 anos) e a carteira de clientes (dimensão das instituições, relevância e número).

Tabela 1 - Perfil dos Empreendedores Estudados

	Nome	Província de Proviência	Idade	Ano de Criação	Distinção (100 Melhores PME)
1	Sara Fakir	Maputo – Cidade	36	2010	Mulher Empreendedora de 2015
2	Gércia Sequeira	Inhambane – Cidade	33	2011	PME Inovação em 2014
3	Lubaina	Gaza – Chibuto	28	2011	Mulher Empreendedora de 2016
4	Lineu Candia	Manica – Manica	28	2013	Jovem Empreendedor 2015 & 2º melhor PME 2016
5	Setu	Cabo Delgado - Pemba	35	2010	Nunca foi distinguido
6	Imtihaz	Sofala – Marromeu	28	2008	Nunca foi distinguido

Fonte: Dados da Pesquisa

As informações conseguidas através das entrevistas feitas foram analisadas mediante uma grelha interpretativa, com técnicas de geração de recursos (*resource generators*) e de geração de posições (*position generators*).

Adoptou-se também a análise longitudinal, que, segundo Pettigrew (1990), Halinen e Tonroos (2005) citados por Sousa (2008), é mais recomendável para pesquisa de rede, por possibilitar a análise das etapas de aparecimento, crescimento, evolução e transformação do empreendimento, ao longo do tempo.

Finalmente, recorreu-se ao sociograma que, segundo Batageli, Marvar e Nooy (2005), citado por Sousa (2008) é o instrumento originado da sociometria e é base de visualização das redes sociais. A pesquisa adoptou a sociometria, sob forma de representação em sociogramas, para a demonstração do processo de constituição das redes sociais pelos jovens empreendedores, ao longo da formação do capital social.

A pesquisa é desenvolvida no âmbito da sociologia económica, que inicia a sua análise com o indivíduo e o significado que o indivíduo atribui ao seu comportamento (individualismo metodológico).

Tabela 2 - Técnicas para Identificação dos Elementos da Rede

Geração de Nomes	Identificação de todos os actores que integram a rede do ego e das suas relações	Permite o mapeamento da rede. Pode ser usado em redes pouco definidas	Entrevistas muito extensas e com questões que entram na intimidade do ego. Enviesamos em direcção aos laços fortes.
Geração de Posições	Identificação do acesso a recursos sociais a partir de prestígio ocupacional dos alters	Apresenta vantagens ao nível metodológico, já foi desenvolvido um instrumento de recolha de informação com uma vasta aplicação e possibilidades de estabelecer comparação	Requerem esforço de identificação do prestígio social
Geração de Recursos	Identificação dos recursos obtidos através da rede	Permite identificar com facilidade e detalhes os recursos usados em relações expressivas	Dificuldade de elaboração de entrevista, devido à variabilidade da importância que os vários recursos podem assumir
Diários	Identificação dos actores com que o ego interage quotidianamente	Informação detalhada sobre interação diária	Os contactos mais frequentes e não os mais importantes

Fonte: Sousa (2008)

O Contexto Empresarial em Moçambique: Breve Enquadramento

De acordo com dados do INE (2011), as PME constituem a maioria das entidades do sector empresarial com fins lucrativos, com cerca de 96% do total das unidades económicas, assegurando 46% do emprego e contribuindo com 19% para o volume total de negócios do sector empresarial moçambicano. Segundo dados do INE (2002), o valor acrescentado do sector empresarial, para o PIB, foi de 68%, do qual as PME contribuíram com 33,4%. Segundo o Instituto para Promoção de Pequenas e Médias Empresas - IPEME (2015), citado pela Revista (Revista Exame, 2016), as PME representam cerca de 97% das empresas registadas e empregam 24,1% da força de trabalho formal, contribuindo para o PIB em cerca de 28,5%. Nas conclusões do último Censo nacional, o total de empregos gerados era de cerca de 8% da população activa, onde a cidade de Maputo concentrava 42.7% e a província de Maputo 8.3%, em relação ao País.

Segundo a Revista Exame (2016), os pontos fortes do perfil dos empreendedores moçambicanos são a coragem, audácia, versatilidade, criatividade e humildade, enquanto os pontos fracos incluem a falta de conhecimento técnico, desorganização e dificuldade de superação, e a falta de auto-estima. Estes empreendedores, conforme o IPEME (2016), são afectados por factores macro-ambientais, tais como a inexistência de ambiente de negócios, excesso de burocracia, elevados custos de produção, complexidade do sistema fiscal, dificuldade de acesso ao crédito ou financiamento, falta de infra-estruturas e de mão-de-obra qualificada, entre outros. Segundo Sara Fakir, citada pela Revista Exame (2016), em Moçambique, as políticas públicas de promoção de empreendedorismo são ineficazes, não há articulação entre a comunidade e os empreendedores, a relação entre grandes empresas e startups é deficiente, existem poucos instrumentos de suporte ao empreendedorismo, tais como: incubadoras, espaços de coworking, programas de aceleração, mentoria e formação adequada e não existem fontes de financiamento nem um mecanismo de doações *private equity* ou *crowdfunding*.

Em Moçambique, conforme Mosca (2012) e Mira (2008), o sucesso dos empreendedores é visto em função das ligações políticas. Para Labazée (1988:84-87), citado por Gomes (2012), os perfis dos empresários resumem-se em dois grupos: (i) funcionários, quadros políticos de topo no partido no poder e (ii) jovens diplomados afastados da função pública que optam pelo sector privado. Ainda segundo Gomes (2012), a literatura é muito crítica em relação aos empresários "incubados" por relações de privilégio político, que, em muitos casos, apresentam elevados níveis de incompetência e acesso exclusivo aos mercados. Lopes (2014) constata que a fraqueza da formação do empresariado tem a ver com o facto de a sua sobrevivência encontrar-se, muitas vezes, intimamente ligada à ocupação de cargos políticos. Gomes (2012) apresenta outro grupo, que prescinde das empresas multinacionais e opta pelo próprio empreendimento. Neste contexto, na presente pesquisa, coloca-se a seguinte questão: como é que os jovens empreendedores Moçambicanos de sucesso criaram e acederam às redes de contactos, que lhes permitiram superar os problemas acima apresentados, e sustentam o seu capital social que assegura a sustentabilidade e crescimento dos seus negócios?

Referencial teórico

Na presente pesquisa, os conceitos fundamentais são os de “empreendedor” e da importância dos factores “não económicos” para efeitos do sucesso empresarial. As bases teóricas da pesquisa foram encontradas na teoria da “força dos laços fracos”, de Granovetter, e do Capital Social, de Pierre Bourdieu.

A maior contribuição moderna sobre a compreensão do conceito de empreendedor foi dada por Joseph Schumpeter (1961), que o associou à inovação e referiu que o empreendedor é aquele que aplica uma inovação no contexto dos negócios. A associação do empreendedor à inovação também foi assumida por autores como Sarkar (2007) e Drucker (1993). Para Sarkar (2007), não se pode considerar todos os novos negócios como empreendedorismo, ao passo que Schumpeter apresenta o empreendedor “*como um agente de mudança e dinamizador do sistema capitalista*”. A visão economicista do empreendedorismo, iniciada pela escola clássica, pelos economistas Jean Baptist Say, Cantillon, Joseph Schumpeter e outros, foi criticada por diversas abordagens da sociologia, com maior destaque para o livro do Max Weber, intitulado “*Ética Protestante e Espírito do Capitalismo*”, que explica a motivação do empreendedorismo com base na ética religiosa. Para Ferreira, Santos e Serra (2008), o sucesso é uma combinação de factores, que inclui desde a personalidade orientada para a acção, a realização pessoal, as atitudes empreendedoras, o acreditar em si próprio e nas suas capacidades, o contexto social, um evento que precipita (acaso, sorte), o reconhecimento de uma oportunidade particularmente favorável, a detenção de recursos necessários ou acesso a estes e o momento certo. Segundo Oliveira (2003), na perspectiva da teoria de base comportamental, o argumento central é a abordagem das características e dos tipos especiais de indivíduos que criaram empreendimentos. De acordo com Oliveira (2003), é desta forma que a literatura de base social apresenta diversas variáveis que apoiam na compreensão do processo empreendedor, tais como a experiência prévia no negócio, a crença religiosa, as influências e os estímulos de familiares, os amigos, os mentores e a história de vida que se tem: migração forçada, desemprego, demissões e outras acções consideradas de mudanças forçadas nas vidas pessoais.

Um outro ponto de referência teórico essencial para efeitos desta pesquisa é a concepção da “força dos laços fracos”, elaborada por Mark Granovetter, que publica, em 1973, no *American Journal of Sociology*, um artigo intitulado “A força dos laços fracos”. Para o autor, um laço forte une pais aos filhos, o marido à mulher, aos amigos, os familiares próximos e pessoas semelhantes (homofilia). Por outro lado, Granovetter defende que os laços fracos unem colegas de trabalho, meros conhecidos e familiares distantes. A descoberta de Granovetter seria de que os laços fracos são os mais importantes na integração social dos indivíduos e os que mais oportunidades abrem às pessoas. Por outro lado, o autor mostra que, diferentemente das características dos laços fracos, os laços fortes geram pequenas comunidades muito unidas, mas menos integradas na sociedade e, em geral, acabam por proporcionar poucas oportunidades aos seus membros.

A força das redes sociais e o seu aproveitamento por parte do empreendedor assenta na ideia central da teoria do capital social, elaborada essencialmente por Bourdeau. Segundo o autor, as redes sociais têm valor e a sua importância pode ser analisada com base no capital social gerado pelo empreendedor. Segundo Robert Putnam, a ideia central da teoria do capital social é que as redes sociais têm valor. Para Granovetter (1974), o capital social é um recurso essencial para a mobilização dos laços fortes, mas também dos laços fracos, elementos que podem ter extrema importância na aquisição de recursos. Nesta perspectiva de aquisição de recursos, para Finuras (2013), o Capital Social é como um conjunto de recursos ao qual os indivíduos podem aceder, por pertencerem a determinados grupos sociais ou por neles estarem inseridos. Nesta perspectiva, destaca-se Pierre Bourdeau (2006), que desenvolveu três perspectivas de capital social mutuamente exclusivas, designadamente o capital económico (activos financeiros directos e indirectos), o Capital Cultural (convertível em capital económico) e capital social (relações/conexões), convertível em capital económico (Finuras, 2013). Para Bourdeau (2006:265),

“O Capital Social é um conjunto de recursos mobilizados (capital financeiro, mas também informação, etc.). Através de uma rede de relações mais ou menos extensa ou mais ou menos mobilizável que visa vantagem competitiva garantida aos investimentos de rendimentos mais elevados.”

Portes (2000) e Portugal (2007:17) defendem a perspectiva de Pierre Bourdieu como a primeira análise sistemática contemporânea do capital social, por definirem-no como um *“agregado dos recursos efectivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizados de conhecimento ou reconhecimento mútuo”* (Bourdieu, 1985:248), citado por Portes (2000). Burt (2000), citado por Finuras (2013), reforça a perspectiva de Bourdeau, afirmando que empreendedores que ocupam posições importantes e estratégicas na rede, em particular, cujos laços alcançam grupos influentes, podem afirmar que têm mais capital social que os seus concorrentes, por terem posições que lhes conferem acesso elevado a mais e melhores recursos.

Apresentação e análise dos casos de empreendedorismos

Neste capítulo, são apresentados os casos de empreendedorismos e a respectiva análise dos dados: Luzacrédito, Lda. ITIS, Lda. IdeiaLab, Lda. Lin Limpeza, Lda. SCE Lda. e MAC, Lda. As apresentações e a análise intracasos compreendem o percurso dos empreendedores, do período de infância até à actualidade, destacando-se os relacionamentos, eventos, comportamentos, aspectos marcantes, factores determinantes na trajectória pessoal e empresarial do empreendedor.

Caso nº 1 - A Luzacrédito

A Luzacrédito é uma instituição de microcréditos que opera no mercado moçambicano, com

sede na Cidade de Maputo, com uma sucursal na Cidade da Matola e em processo de abertura de uma sucursal na Província de Inhambane. A empresa iniciou com a sua actividade há 5 anos, liderada por Lubaina Momade, uma jovem empreendedora.

Lubaina nasceu no distrito de Chibuto, na província de Gaza, sendo a filha mais velha de dois irmãos. Terminado o ensino médio, pretendia frequentar o curso de Gestão e Administração de Empresas. Porém, na altura, o curso não era leccionado nas universidades a nível local, designadamente: Instituto Superior Politécnica de Gaza (ISPG) e Escola Superior de Negócios de Empreendedorismo (ESNEC). Devido a essa limitação, a jovem teve que vir para Maputo, a fim de frequentar o curso de economia, que a mãe queria que ela frequentasse. A actividade empresarial iniciou quando trabalhava na empresa Mcel e as redes acedidas pode serem notadas na Fig nº 1.

Caso nº 2 - Instituto de Tecnologia, Inovação e Serviços de Moçambique - ITIS

Empresa constituída por vários sócios, sob a liderança de Gércia Sequeira, distinguida em 2014, como PME Inovação, no concurso das 100 Melhores PME's de Moçambique. Gércia foi convidada a participar também do programa de empreendedores ou personalidades de destaque, designado por "gente que faz", e é membro activo da Associação Moçambicana de Jovens Empresários (ANJE).

A vida da Gércia nem sempre foi marcada pelo sucesso. Gércia nasceu na Província de Inhambane, de mãe doméstica e pai funcionário bancário. É a filha mais nova de seis irmãos. O seu percurso empreendedor iniciou quando se juntou a um grupo de informáticos e, com o marido, abriu o ITIS, uma empresa vocacionada ao desenvolvimento de Softwares. Gércia desenvolveu o primeiro sistema de simulação empresarial moçambicano, designado por Sistema de Práticas Empresariais e Empreendedorismo. No mesmo ano, começa a leccionar, no ensino superior, a cadeira de Marketing, no Instituto Superior de Contabilidade e Auditoria de Moçambique – ISCAM. O percurso dos contactos estabelecidos pode ser observado na figura nº 2, .

Caso nº 3 - IdeiaLab

A IdeiaLab é uma empresa de consultoria criada em 2010, focada no apoio ao desenvolvimento das PME's e na promoção do empreendedorismo e inovação. No âmbito dos seus programas, oferece formação, mentoria e assistência aos empreendedores locais. Para fazer chegar a sua oferta ao mercado, a empresa conta com o apoio de parceiros nacionais e internacionais.

A IdeiaLab resulta de um projecto iniciado por Sara Fakir e Tatiana Pereira e constitui, actualmente, uma referência em Moçambique na formação e apoio aos empreendedores. Sara Fakir nasceu em Maputo, em 1979 e é a sócia fundadora e Directora Executiva da Empresa IdeiaLab, é pós-graduada em Administração e Gestão de Empresas, pelo INDEG-ISCTE, de Portugal, Pós-graduada em Contabilidade, pela IATA – Lisboa, e Licenciada em Economia pela

Universidade Técnica de Lisboa. Sara cresceu como filha única de mãe economista de profissão e pai engenheiro de construção civil. O percurso das redes da Sara pode ser observado na figura no 3, abaixo.

Caso nº 4 - Moçambique Auditores e Consultores - MAC

A Moçambique Auditores e Consultores Lda. é uma empresa de capital totalmente moçambicano, constituída por três jovens, designadamente Imtihaz, Rishad e Aboobacar. A composição do capital da empresa é a seguinte: 34% para primeiro e 33% segundo e 33% para terceiro. Actualmente, a Moçambique Auditores e Consultores Lda. conta com dois sócios, Imtihaz e Rishad, que detêm a totalidade do capital. A MAC Lda. presta serviços de Consultoria Jurídica, económica, Contabilidade, Fiscalidade e Consultoria na área empresarial e foi constituída em 2008, contando, actualmente, com mais de 60 clientes.

A MAC Lda. é o resultado de ideias e iniciativas de uma equipa constituída por três jovens, liderada por Imtihaz, que é o empreendedor e administrador da empresa e que vai ser o objecto de análise, nesta pesquisa. Imtihaz é licenciado em Contabilidade e Auditoria pelo Instituto superior de Contabilidade e Auditoria – ISCTEM-, Mestrado na mesma Área, pela Universidade Ibérico América. É um consultor reconhecido pela Autoridade Tributária, por ter vencido casos controversos de contencioso fiscal. Imtihaz aprendeu, em casa, Urdo (idioma oficial do Paquistão), Hindi, Gujrati e Mehman (idiomas indianos), tendo aprendido Português na Escola e o inglês assistindo seriados televisivos (Prison Break). Actualmente, os sócios da MAC estão a penetrar no sector imobiliário, que tem registado um rápido crescimento, e no comércio de combustível (bombas) e seu percurso pode ser observado na figura nº 4.

Caso nº 5 - Serviços de Contabilidade e Fiscalidade – SCF

A Serviços de Contabilidade e Fiscalidade Lda. é uma empresa constituída em 2010 e localizada no Centro da Cidade de Maputo, no Hotel Rovuma, contando com cinco funcionários a tempo inteiro. Inicialmente constituída por três sócios: Setu, com 50% das acções, e dois advogados (Teixeira e Martins), com 25%, cada um. Actualmente, a empresa conta com dois sócios, Setu, com 90%, e o irmão mais novo, um economista, com 10%. A empresa conta com uma carteira de mais de 25 clientes e uma facturação mensal superior a 300,000.00 Meticais (cerca de 100 mil dólares anuais). Actualmente, está a decorrer o processo da expansão da SCF para as cidades da Matola (província de Maputo), Pemba e Nampula. O percurso empreendedor de Setú pode ser compreendido observando na figura nº5.

Caso nº 6 - Lin Limpezas

A Lin Limpezas Lda. é uma empresa Moçambicana especializada na limpeza, higienização, desinfecção manutenção e restauração de pavimentos e equipamentos. É responsável pelo

fornecimento do Produto Bio-21, um produto ao nível da exigência do mercado actual, sendo Moçambique o segundo País a beneficiar-se do mesmo. A Lin Limpeza destaca-se por estar certificada pela norma adequada às soluções integradas nas limpezas, higienização e desinfecção de todo tipo de espaços e imóveis, o que garante ao cliente a satisfação das suas necessidades e serviços de altíssima qualidade. A Lin Limpeza Lda. foi constituída por Lineu Candeeiro, nascido em Manica, um jovem empresário com 24 anos de idade, filho de pai formado em gestão e administração, funcionário público e dedicado à actividade política e de mãe comerciante agro-pecuária. Lineu Candeeiro é o segundo filho do casal e tem três irmãos. O seu percurso como empreendedor pode ser acompanhado observando a figura nº 6, .

Análise Comparada dos Casos

Características como Empreendedores

Entre os casos que foram objecto de estudo, os empreendedores identificaram as oportunidades de negócio, criaram empresas, porém, nem todos foram inovadores. Os que empreenderam inovações no mercado foram a Gércia, em duas dimensões: no modelo de negócio e nos produtos tecnológicos que a empresa ITIS fornece ao mercado; a Sara Faquir, por atender novas necessidades do mercado, nomeadamente capacitação com base em ferramentas como Mentoring, Coach e aceleração de negócios e, por fim, Lineu, que inovou, no modelo de negócio, no sector de prestação de serviços de limpeza. Os outros empreendedores, designadamente Setú, Lubaina e Imtihaz não introduziram inovações a nível do mercado, mas destacaram-se pelo empenho e qualidade dos serviços prestados. Todos os empreendedores apresentam as características que, segundo Exame (2016), definem o Perfil do Empreendedor Moçambicano, que tem como pontos fortes a coragem, audácia, versatilidade, criatividade e humildade, e pontos fracos a falta de conhecimentos técnicos, desorganização, dificuldade de superação e falta de auto estima. Porém, estas últimas duas características não foram objecto de análise. Estes empreendedores apresentam as características destacadas por Timmons (2004), que distribuiu

Figura1 - Relacionamentos acedidos por Lubaina | Fonte: Dados da Pesquisa

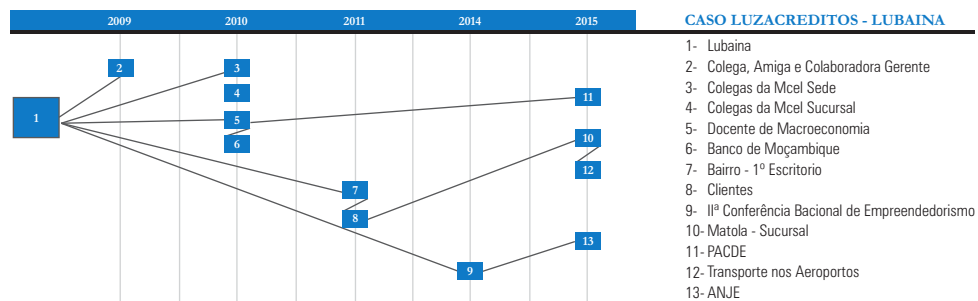


Figura 2 - Relacionamentos acedidos por Gércia | Fonte: Dados da Pesquisa

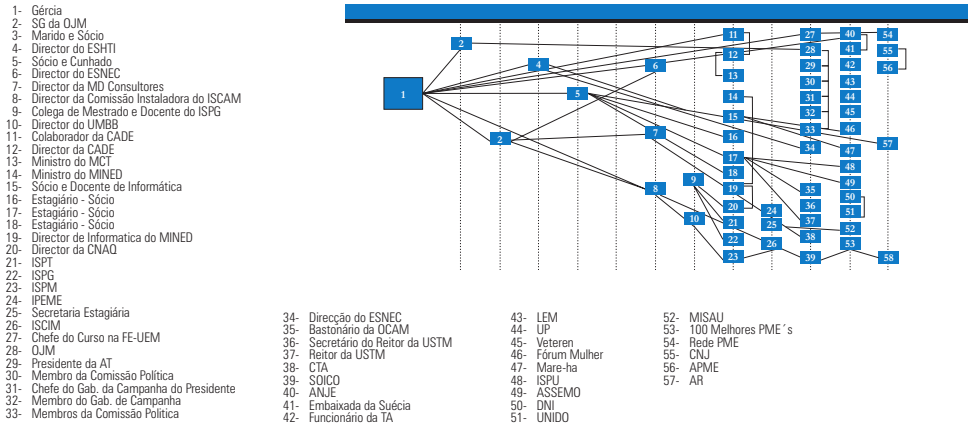


Figura 3 - Relacionamentos acedidos por Sara | Fonte: Dados da Pesquisa

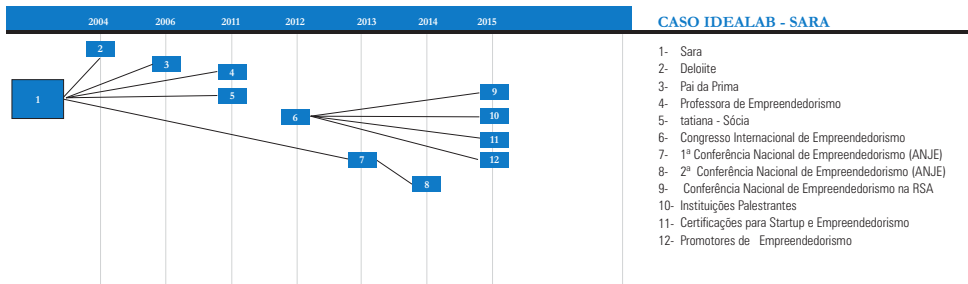


Figura 4 - Relacionamentos acedidos por Imtihaz | Fonte: Dados da Pesquisa

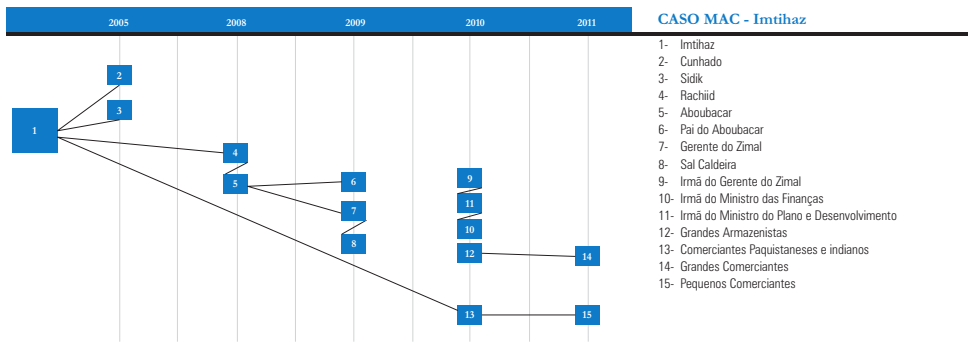
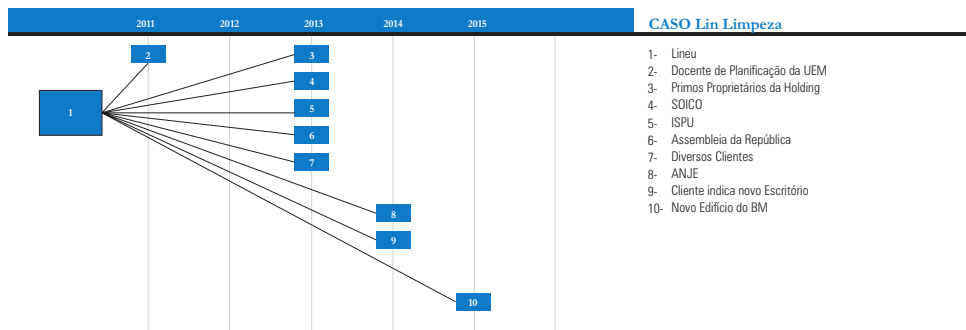


Figura 6 - Relacionamento acedidos por Lineu | Fonte: Dados da Pesquisa



os empreendedores em seis grandes grupos, através das características que considera serem mais relevantes de entre os empreendedores de sucesso, nomeadamente 1) comprometimento e determinação, 2) liderança, 3) busca por oportunidade, 4) tolerância de risco, ambiguidade e incerteza, 5) criatividade, autoconfiança e habilidade de adaptação e 6) motivação para crescerem.

As empreendedoras analisadas, nomeadamente Lubaina, Gércia e Sara, apresentam as características destacadas nas empreendedoras moçambicanas por Lopes (2014:145), que combina as características masculinas coragem, determinação e femininas sensibilidade, intuição, cooperação e uma forte dedicação ao trabalho. Lopes (2014) refere também características empreendedoras que podem ser encontradas no percurso de Gércia, Lubaina e Sara, nomeadamente a qualidade de inovação, que consiste na sensibilidade de busca de nichos de mercados novos que não são explorados. No caso de Gércia, o exemplo é o portal de estágios profissionais em circunstâncias em que todas as empresas estão focadas nos empregos; no de Sara, o exemplo é a capacitação de mulheres empresárias em ferramentas de expansão de negócios e, no de Lubaina, o exemplo é o transporte colectivo nos aeroportos.

Todos os empreendedores analisados são gestores e donos ou sócios dos negócios, e apresentam um domínio dos negócios e os respectivos requisitos técnicos e comerciais para a realização das actividades da empresa, o que Becker (1964), citado por Mizumoto et al (2010), designa por capital humano, que é um conjunto de conhecimentos e competências intrínsecas resultantes da educação e experiência prévia que pode auxiliar no dia-a-dia do negócio.

Motivação Empreendedora

Os empreendedores analisados foram todos motivados pelas oportunidades de negócios, pela independência, necessidade de auto-realização, vontade e desejo de trabalhar para si próprio, de

reconhecimento pelos seus actos e conquistas, desenvolvimento pessoal de fazer coisas inovadoras, a confiança no sucesso dos próprios projectos. Eles detêm competências técnicas que lhes permitem ter acesso privilegiado ao mercado de trabalho.

Todos eles, com a excepção do Lineu, trabalharam em empresas de referência, onde desenvolveram competências técnicas e abandonaram as suas carreiras e posições, para iniciar o processo de criação das respectivas empresas (capital humano). Apesar de Lineu não ter trabalhado em empresas de referência, teve inúmeras oportunidades de emprego, em particular no sector público (licenciado em administração pública).

Nenhum dos empreendedores objecto de estudo foi movido por necessidade, que pode ser falta de ocupação profissional, mas por oportunidades identificadas ao longo do período que estava ao serviço de terceiro (empregados) e por competência. Apesar de os entrevistados não serem provenientes de famílias com posições sociais relativamente altas, por mérito próprio, conseguiram obter empregos em empresas de referência, e desenvolveram competências e, posteriormente, identificaram oportunidades no mercado e assumiram o risco.

Evolução do Empreendimento

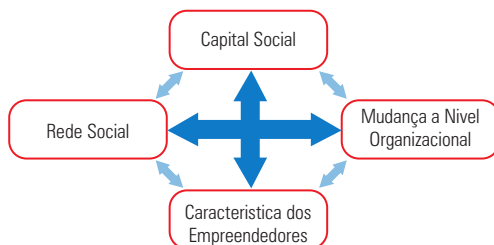
A evolução dos empreendimentos dos empreendedores pesquisados foi influenciada, ocasionalmente, pela combinação de dois factores associados: as redes sociais e as características pessoais. Na figura 07, abaixo, pode-se notar que as redes sociais influenciaram a constituição do capital social, personalidade do empreendedor e a mudança, a nível organizacional. As qualidades ou características pessoais dos empreendedores influenciaram, positiva ou negativamente, para as transformações das empresas e redes sociais que foram sendo constituídas.

Nenhum dos empreendedores teve suporte de familiares com negócios similares (capital social inicial) e, no princípio das suas trajectórias, não apresentam as características fundamentais dos novos empresários de Gomes (2012), que são grandes funcionários, quadros políticos de topo do partido no poder e jovens diplomados afastados da função pública e, assim, repelidos para o sector privado. Apesar de serem jovens licenciados, nunca tiveram interesse em trabalhar no sector público e não iniciaram com suporte político. Mas, alguns, como é o caso de Gércia, Imtihaz (na fase inicial) e Lineu, acabaram criando, ao longo do seu percurso, laços com altos funcionários do estado e do partido no poder, para poderem assegurar a sustentabilidade dos seus negócios e o acesso privilegiado a informações. Enquanto Sara e Setú basearam-se nas redes sociais, em parcerias, a nível internacional, Lubaina apostou no seu nicho de mercado, que são as lideranças comunitárias e associações de pequenos negócios, que são actores dos negócios de micro-créditos.

O processo evolutivo das redes sociais baseadas em laços fracos, conjugados com o perfil dos empreendedores, foi influenciando a mudança das organizações que foram acedendo a mais

recursos, como infra-estruturas, informações sobre o mercado, colaboradores, parcerias, entre outros, originando o aumento do stock do capital social, conforme ilustra a figura nº 7.

Figura 7 - Factores de Sucesso dos Empreendedores | Fonte: Dados da Pesquisa



Evolução da Redes Sociais e Capital Social

No que concerne à evolução das redes sociais e capital social, constata-se que os laços sociais foram fundamentais para a constituição do capital social e, por conseguinte, a performance ou sucesso de todos os empreendedores.

Na fase de criação de todas as empresas, nota-se que os laços fortes contribuíram, de forma decisiva e significativa, para o desempenho dos empreendedores. Para Gércia Sequeira, o capital inicial teve apoio da irmã e do marido; Lineu, dos primos empresários; Lubaina teve apoio moral da mãe; Sara dos pais e do tio, que lhe vendeu o primeiro negócio. Imtihaz recebeu apoio do cunhado, do irmão mais velho e do pai do sócio, e Setú teve o suporte do irmão, com quem constituiu a sociedade. Os laços fortes exerceram uma influência no estágio inicial, em diferentes níveis de importância para cada empreendedor.

Os laços fortes tiveram maior contribuição na fase inicial dos empreendimentos pesquisados. Em relação aos laços fracos, pode-se constatar que tiveram maior contribuição para o crescimento dos empreendedores, tendo possibilitado o acesso a mais recursos, a projecção e uma série de possibilidades que, de outra forma, seriam inacessíveis. Os laços fracos foram permitindo, gradualmente, a constituição do capital social dos empreendedores pesquisados. Actualmente, os empreendedores dispõem de uma rede de contactos que lhes permite aceder a informações e recursos importantes para o desempenho do empreendimento.

O processo de constituição do capital social foi marcado, inicialmente, pela transformação dos laços fracos, que, com o tempo, se tornaram laços fortes, todos empreendedores pesquisados dispondo de uma rede de contactos importante para o crescimento e manutenção dos seus

negócios. O capital social foi sendo marcado por duas dimensões: institucionais e pessoais. Os empreendedores, ao longo da sua trajetória, foram estabelecendo e firmando laços com instituições-chave no seu sector de actuação e com pessoas-chave nos processos.

A constituição do capital social resultou das características dos empreendedores pesquisados e das redes sociais estabelecidas ao longo da sua trajetória empresarial. A constituição das redes sociais que permitiram a formação do capital social dos empreendedores varia em função da natureza dos negócios. No caso da Gércia e da Lineu, que se dedicam aos negócios onde a maior quota do mercado é detida pelo Estado, as Empresas Públicas constituíram o seu capital social institucional e pessoal neste segmento.

Sara desenvolveu laços com instituições, a nível internacional, que fornecem pacotes de capacitação e treinos para empreendedores, designadamente a *Yali – Mandela & Obama Initial*, para além de promover a imagem da sua empresa em cada conferência internacional, e, por influência da sócia, Tatiana, que estudou na Austrália. O aspecto comum nas três empreendedoras (Sara, Gércia e Lineu), no desenvolvimento das suas redes, redes sociais por meio do capital social, é a aplicação, de forma sábia, da teoria “*six degree of separation*” (teoria de seis graus de separação), desenvolvida por Stanley Milgram, em 1967, que argumentou que o Mundo é tão pequeno que, quando alguém conhece uma pessoa nova, conclui existir uma terceira pessoa que ambas conhecem (Lopez e Cunha, 2011). Por outras palavras, a teoria defende que, com menos de seis pessoas contactadas, alcançamos qualquer pessoa pretendida, pois estes empreendedores, em diversas circunstâncias, recorreram às suas redes de contactos para alcançar pessoas ou contactos institucionais-chave para o seu negócio. Lubaina, ao nível do sector de micro-créditos, alcançou vários pequenos empresários e aspirantes, enquanto Setú e Imtihaz, de origem asiática, conseguiram criar e fortalecer os laços e capital social ao nível das comunidades de empresários indianos, paquistaneses, portugueses e outros de religião muçulmana, para além de estrangeiros. No caso particular de Imtihaz, as pessoas - chave que conseguiu foi pela sua competência técnica e actos circunstanciais, que lhe permitiram aceder às redes dos dirigentes (escalão do governo). Gércia foi bem-sucedida pelas necessidades e natureza do próprio modelo de negócio. A sobrevivência dos negócios de Gércia e Lineu passa pelo que foi constatado por Lopes (2010), que é a dependência da influência política, pelo facto de terem desenvolvido as redes sociais e respectivo *stock* de capital social, a nível deste segmento.

A nível dos empreendedores pesquisados, pode-se notar, de acordo com Fauré e Medard, (1995:293), citados por Gomes (2012:121), que o processo de formação da suposta “*autêntica burguesia nacional independente da máquina do Estado*”, como poderia ser, ingenuamente desejável, se caracteriza por ter origem nas elites políticas e no interior da administração pública. Os empreendedores Gércia e Lineu continuam a ter uma forte dependência das redes a nível do estado.

Tabela 1 - Perfil dos Empreendedores Estudados | Fonte: Dados da Pesquisa

	Nome	Ano de Criação	Capital Social - Inicial	Capital Social - Actual	Perfil do Capital Social
1	Sara Fakir	2010	Colegas, familiares e empresa onde trabalho	Embaixadas, representantes de programas internacionais de capacitação feminina e empreendedorismo, associações de jovens empresários, representantes de fundos de apoio ao empreendedorismo, aceleradoras incubadoras. (Capacitação da Yali – Mandela and Obama Iniciate, FEMME etc);	Internacionais ou ligações com entidades internacionais
2	Gércia Sequeira	2011	Colegas, familiares e empresas onde trabalho	Directores de escolas superiores, coordenadores de cursos, altos dirigentes de instituições públicas, altos dirigentes do partido, associações de mulheres e jovens empreendedores. (base de dados do DNI, OCAM, CNAQ, MISAU, etc)	Ligações Políticas e Função Pública
3	Lubaina	2011	Colegas e familiares	Pequenos empresários dos mercados (in) formais, nomeadamente mueristas, vendedores dos mercados, funcionários públicos e empresas privadas de baixa renda, empresários que importam produtos comprados na china (viajam) (carteira com cerca 537 clientes)	Ligações com redes de pequenos comerciantes do mercado informal
4	Lineu Candeeiro	2013	Colegas e familiares	Altos dirigentes de instituições públicas e privadas, associações de jovens empresários ou empreendedores, dirigentes do partido (cerca de 15 contratos, dos quais 8 da função pública e 7 privados) e mais de 200 solicitações ao ano.	Ligações Políticas e Função Pública
5	Setu Ghandi	2010	Colegas, familiares e empresas onde trabalho	Micro, pequenas e médias empresas de prestação de serviços (carteira com cerca de 40 clientes)	Empresários do sector de Prestação de Serviços
6	Imtihaz Daud	2008	Colegas, familiares e empresas onde trabalho	Micro, pequenos, médios e grandes comerciantes, armazenistas (carteira com cerca de 70 clientes)	Armazenistas e comerciantes de várias dimensões

Conclusões

A pesquisa analisou a trajetória de jovens empreendedores moçambicanos, a forma como conseguiram constituir o seu capital social, por intermédio das redes de relacionamentos e do seu perfil. A hipótese inicial é: o sucesso dos jovens empreendedores aqui considerados foi devido – tomando como base literatura especializada sobre o assunto – a relações de cunho político com membros do partido no poder.

A leitura baseada nas redes sociais, nos “laços fracos” e no capital social refutou a hipótese inicial. Com efeito, os jovens empreendedores analisados e entrevistados não tiveram, pelo menos no início e ao longo de uma boa parte da sua carreira, laços significativos com o poder político, uma vez que foram outros factores “não-económicos” do desenvolvimento que fizeram a diferença no seu sucesso. Além da força das redes sociais em que estes jovens se encontraram, e que conseguiram aproveitar ao máximo, é de notar que todos eles têm um nível escolar significativo, e que todos eles possuem características de empreendimento de negócios também fora do comum, apesar de nem todos eles trazerem inovações.

Esta pesquisa não foi exaustiva, representando apenas um dos primeiros trabalhos sobre o assunto a serem desenvolvidos para Moçambique, na expectativa de que outros possam, futuramente, confirmar ou alterar os seus resultados trazidos.

Referências bibliográficas:

- Almeida, Jorge (2011) *O Essencial Sobre Capital Social*. Lisboa: Editora Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Almeida, Fabiana Silva e Teixeira, Rivanda Meira (2014). Influência da Família e das Redes Sociais na Criação de Negócios por Jovens Empreendedores. (01.05.2016) de <http://www.fumec.br/Revistas/pretexto/article/view/1944>
- Bentivegna, Fernando Jucá (2002). Factores de Impacto no Sucesso do Marketing Boca a Boca (11.05.2017) de <http://www.scielo.br/pdf/rae/v42n1/v42n1a08.pdf>
- Bourdieu, Pierre (2006). *As Estruturas Sociais da Economia*. Porto: Campos das Letras Editora.
- Correã, Victor Silva (2010) *Redes Sociais e Empreendedorismo por Necessidades – Análise de Casos de Sucessos no Mundo de Negócios* (Dissertação de Mestrado em Administração de Empresas na Universidade Católica de Minas Gerais).
- Ferreira, Manuel Portugal; Santos, João Carvalho e Serra, Fernando Ribeiro (2008). *Ser Empreendedor – Pensar, Criar e Moldar a Nova Empresa*. 1ª Edição. Lisboa: Edições Sílabo.
- Ferreira, Toniel e Filho, Valdir, António Vitorino Filho (2010). Teoria de Redes: Uma Abordagem Social (03.05.2016) de <http://www.conteudo.org.br/index.php/conteudo/article/viewFile/27/25>
- Fialho, Fabricio Mendes (2003) *Capital Social: Uso e Definições do Conceito nas Ciências Sociais* (08.11.2016) de http://www.academia.edu/1365878/Capital_Social_usos_e_defini%C3%A7%C3%B5es_do_conceito_nas_Ci%C3%A7%C3%A2ncias_Sociais
- Finuras, Paulo (2013). *O Dilema da Confiança – Teorias, Estudos e Interpretações*. Lisboa: Edições sílabo.
- Fonseca-Statter, Guilherme (2008). *Do Empreendedorismo ao Empresariado da Revolução Industrial à África Sub-Sahariana Pós-Colonial*. In Feliciano, José Fialho & Fonseca-Statter, Guilherme (Coord.) *Empresariado, Empreendedorismo e Desenvolvimento em Angola e Moçambique*. Lisboa: Centro de Estudos Africanos.
- Granovetter, Mark (2003). *Ação Económica e Estrutura Social: O Problema da Incrustação*. In Peixo, João e Marques, Teixeira (Org.), *Nova Sociologia Económica*. Oeiras: Editora Celta.
- Gomes, Cláudia Aparecida Valderrames (2012) *A lógica do Afecto – Cultura e Gestão em África*. Lisboa: Clássica Editora.
- IPEME (2015) *PME Moçambicana. Estudo e Consultoria: Baker Tilly Moçambique* (20.05.2016) de <http://www.bakertillymocambique.com/publicações/2015/estudo-pme-moçambicana/pdf>
- Lima, Cassia Maria Paula; Dourado, Janaina Rute da Silva; Stefani, Maria Teresa; Martins, Erika Buzo & Prates, Luciano António (2012). *Redes Sociais e a Produção Académica nas Principais Revistas Brasileiras de Administração no Período de 2001 a 2011* (02.05.2016) de http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnAPG/enapg_2012/2012_EnAPG228.pdf
- Lopes Júnior, Edmilson (2002). *As Potencialidades Analíticas da Nova Sociologia Económica* (12.05.2017) de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922002000100004
- Lopes, Maria Antónia (2010). *Empreendedorismo e Empresários: Gestão e Desenvolvimento dos Empreendedores Moçambicanos* (09.09.2016) de https://www.researchgate.net/profile/Maria_Antonia_Lopes/publication/235953557_art3_Revista_empreendedorismo/links/0deec514b2f0e497bb000000.pdf
- Lopes, Maria Antónia (2014). *Desenvolvimento de Empreendedoras em Moçambique*. Maputo: Escolar Editora.
- Lopez, Miguel Pereira e Cunha, Pina Miguel (2011) *O Mundo é Pequeno: O que Podemos Aprender sobre Networking e as Redes Sociais*. Lisboa: Actual Editora.
- MINED (2014) *Dados Estatísticos sobre Ensino Superior em Moçambique 2012*. Maputo (Estatística Oficiais).
- Mira, Feliciano (2008). *Condicionalidade Económica, Diplomacia Moçambicana e Elites Políticas* (02.03.2015) de <https://www.escavador.com/sobre/473585/feliciano-jose-borrvalho-de-mira>
- Moreira, Pedro (2007). *Liderança e Cultura de Rede em Portugal – Casos de Sucesso*. Lisboa: Editora Livros Horizonte.
- Mosca, João; Barreto, Gizela; Abbas, Máriam e Bruna, Natacha (2012). *Competitividade da Economia Moçambicana*. Maputo: Escolar Editora.
- Paiva Júnior, Fernando Gomes e Almeida, Larissa Fernanda (2010). *A Competência Empreendedora de*

Relacionamento Mobilizando o Capital Social no Processo de Absorção de Recursos. In Gimenez, Fernando; Ferreira, Jane Mendes e Ramos, Simone Cristina (Org.), Empreendedorismo e Estratégia de Empresas de Pequeno Porte 3Es2Ps. São Paulo: Editora Universitária Champagnat. Portes, Alejandro (2000). Capital Social: Origens e Aplicações na Sociologia Contemporânea (15.05.2015), de http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292000000200007

Portugal, Silva (2007). Contributo para uma Discussão do Conceito de Rede na Teoria Sociológica (10.02.2015), de

<https://eg.sib.uc.pt/bitstream/10316/11097/1/Contributos%20para%20uma%20discuss%C3%A3o%20do%20conceito%20de%20rede%20na%20teoria%20social%C3%B3gica.pdf> Revista Exame (2016). O que o País Precisa. N.º 50 Novembro de 2016. Maputo: Edição Moçambique

Sarkar, Soumodip (2007). Empreendedorismo e Inovação. 2a Edição. Lisboa: Escolar Editora.

—Silva, Ana (2012). Trajectória de Classe e Empreendedorismo Social: Um Estudo Exploratório 2012 Tese de Mestrado na Universidade de Coimbra (06.18.2016), de:

https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/21450/1/Ana%20Silva_Trajet%C3%B3rias%20de%20Classe%20e%20Empreendedorismo%20Social_Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado%20em%20ISIE.pdf Sousa, Cristina (2008) Redes Sociais e Empreendedorismo (05.02.2015), de http://dinamiacet.iscte-iul.pt/wp-content/uploads/2011/12/DINAMIA_WP_2008-68.pdf

Weber, Max (2005). A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. 6a Edição. Lisboa: Editorial Presença.

Análise dos discursos dos Moambenses em torno do programa Saúde Pública

Caso: Centro Multimédia da Moamba

Msc. Isaías Carlos FUEL¹ | Msc. Elias Djive² | dra. Sandra Mapilele³

Resumo

Este estudo debruça em torno dos significados construídos pela comunidade da Moamba em relação ao programa “Saúde pública”, disseminado pela Rádio Comunitária local. A colecta de dados baseou-se na metodologia qualitativa, auxiliada à técnica de entrevista com colaboradores responsáveis pelo programa e na técnica dos grupos de discussão com ouvintes do programa, com intuito de obter informações mais aprofundadas sobre os significados construídos em relação ao programa “Saúde pública”. Como embasamento teórico, a pesquisa fundamentou-se na perspectiva dos Estudos Culturais, com particular atenção ao modelo multidimensional (interpretativo) de Kim Schroder.

Pode-se então aferir que o programa Saúde Pública significa para os ouvintes um espaço que dissemina conteúdos e informações importantes para a prevenção de diferentes doenças, que assolam a comunidade da Moamba, olhando assim, o programa, como uma esfera pública de debate e de ensinamento para a mudança de comportamento. Porém, este espaço é também discriminatório para os ouvintes, na medida em que os conteúdos são apresentados em língua portuguesa o que dificulta a compreensão e a partilha por parte da maior parte da população local, não falante da língua portuguesa. Outra limitação reside no horário (20h) em que o programa vai ao ar, pois, neste momento, a população de Moamba prefere ver telenovelas ou mesmo descansar. É ainda limitante, o facto de, o programa ir ao ar uma vez por semana, reduzindo assim a possibilidade de participação da população. Pode-se assim observar a necessidade da existência dum alinhamento entre os polos pelos quais o processo comunicacional se materializa (emissor, receptor, mensagem, o contexto social no qual o processo se desenrola).

Palavras-chaves: Significados; rádio comunitária; saúde pública; audiência

¹Docente e pesquisador na Escola Superior de Jornalismo | Email: isaiasfuel@gmail.com

²Docente e pesquisador na Escola Superior de Jornalismo | Email: eliasdjive@gmail.com

³Docente Pesquisadora na Escola Superior de Jornalismo | Email: samapilele@gmail.com

Analysis of the Moambenses discourses around the Public Health program

Case: Moamba Media Center

Msc. Isaiás Carlos Fuel¹ | Msc. Elias Djive² | dra. Sandra Mapilele³

Abstract

This study is concerned with the meaning constructed by the residents of Moamba around the public health program broadcast by the Moamba community radio. Qualitative methodology was used where interviews with the coordinator of the community radio and the Volunteer who is responsible for the programme called public health; also four focus group discussions were organized with aim to get in depth data. The study works within cultural and media studies framework, particular attention is given to Kim Schrader's multi-dimensional model.

The program is seen as a public sphere where the community discusses about community health and gets solutions of how to handle diseases. The study finds out that the use of the official language (Portuguese), which few community members understand is seen as a limitation of the program because the majority of the population won't listen. Another limitation is generated from the fact that the program is broadcasted once a week and the time in which the program is broadcasted the majority of the population is watching soap opera or asleep. It is, also, possible to observe the need for an alignment of the all elements involved (emitter, message, and receptor, social context, in which the communication process takes place) is required.

Keys words: Community Radio; Public Health; Meaning; public health program; Moamba

¹Docente e pesquisador na Escola Superior de Jornalismo | Email: isaiafuel@gmail.com

²Docente e pesquisador na Escola Superior de Jornalismo | Email: eliasdjive@gmail.com

³Docente Pesquisadora na Escola Superior de Jornalismo | Email: samapilele@gmail.com

Introdução

A legitimidade do processo comunicacional não se reflecte somente na emissão de uma mensagem, mas também na capacidade da mensagem emitida ser tangível ao receptor e consequentemente levar a construção reflexiva dum discurso em torno deste. Esta pesquisa analisou os significados construídos pela comunidade da Moamba em torno do programa “Saúde pública”, disseminado pela Rádio Comunitária local. Esta rádio (Rádio Comunitária da Moamba) foi criada no âmbito da promoção de ferramentas comunicacionais para acesso à informação em Moçambique.

O protagonismo das rádios comunitárias em Moçambique é notável pelo papel vital que estas desempenham no desenvolvimento da comunidade, onde estão inseridas, pois, constituem um instrumento de disseminação de informação útil e ainda, um espaço público de debate e de resolução de problemas que afectam esta colectividade. A Rádio Comunitária da Moamba, objecto desta pesquisa, promove através do seu programa de Saúde Pública, a mobilização dos dos cidadãos residentes neste distrito para posturas e práticas sociais em prol da saúde pública.

A selecção desta Rádio é motivada pelo facto de esta disseminar informações para prevenção de doenças e outras epidemias que tem inquietado a comunidade, daí considerar estas informações relevantes para esse contexto. O entendimento da audiência em relação aos conteúdos disseminados reveste de uma importância na medida em que estas percepções são resultante de um contexto cultural que produz narrativas, em algumas vezes, contraditório as narrativas actuais sobre a prevenção de algumas doenças.

No que concerne aos procedimentos metodológicos, a pesquisa enquadra-se numa perspectiva qualitativa dentro dos estudos de audiência, segundo os quais, a ênfase no estudo das comunicações objectiva obter um entendimento profundo das percepções, atitudes, crenças, visões e sentimentos (Kombo e Tromp, 2006). O que revela a importância de dados empíricos acerca das interpretações da audiência à volta do texto disseminado¹.

Os dados foram colectados através de fontes secundárias, primárias e por meio da observação. As fontes secundárias usadas foram relatórios sobre a situação da saúde em Moamba, grelha de programa da rádio e *script* do programa de Saúde Pública. No que concerne aos dados primários, a sua colecta baseou-se na técnica de Grupo de discussão e entrevistas individuais.

Os grupos de discussão foram constituídos por ouvintes do programa, num total de onze (12) pessoas, das quais: (05) pessoas integraram o primeiro grupo, sendo 03 do sexo masculino e 02

do sexo feminino; (04) integraram o segundo grupo, com 02 homens e 02 Mulheres; e o último grupo com (03) elementos, 02 mulheres e 01 homem.

As entrevistas decorreram nas instalações da Rádio e foram aplicadas individualmente aos coordenadores da Rádio, Dúlcio, e Zertina, também apresentadora do programa Saúde Pública. Além dos aspectos que envolvem todo o ambiente da pesquisa, a técnica da observação permitiu também descrever o processo de emissão do programa “*Saúde Pública*”. Além dos aspectos que envolvem todo o ambiente da pesquisa, a técnica da observaçãoⁱⁱ permitiu também descrever o processo de emissão do programa “*Saúde Pública*”. Portanto foram ouvidas, em directo no estúdio da rádio, 03 edições do programa.

Estruturamos a nossa reflexão da seguinte maneira: para além desta nota introdutória que contextualiza os pontos em discussão, no segundo momento temos a discussão teórica e a conceitualização, refletindo tópicos como: revisão da literatura sobre rádios comunitárias em Moçambique; o conceito de audiência mediática; teoria de Uso e gratificações; modelo de codificação/descodificação e o modelo multidimensional de recepção de Mídia. O terceiro momento traz o desenvolvimento do problema que se desdobra na contextualização da pesquisa; na apresentação da situação da saúde na Moamba; e nas questões centrais da discussão. Por último, temos a discussão e análise dos significados construídos pelos ouvintes à volta do programa Saúde Pública.

Conceitos e teorias do estudo

Rádios Comunitárias

Embora exista um aumento significativo de números de pessoas usando telemóveis e outras redes de acesso à informação, as Rádios Comunitárias continuam na liderança como ferramenta de acesso à informação. Afirma Jane (2006:12) que as Rádios Comunitárias são ferramentas complementares para o desenvolvimento local. Na mesma linha de pensamento, Megwa (2006:116 citado por Fuel, 2012:9), argumenta que as Rádios Comunitárias são acessíveis para muitos africanos o que os torna cada vez mais dependentes deste meio do que das novas formas de comunicação mediática.

A eficiência das Rádios Comunitárias, em África, reside no facto destas comunicar-se em línguas locais, que são faladas pela maioria da população como assegura Jane (2006), que em Moçambique, por exemplo, a maioria da população não fala a língua oficial (português). Associado a este fenómeno, o nível do analfabetismo nas zonas rurais continua alto, embora os grandes

esforços do governo.

Falando das características da Radio, Hendy (2000) afirma que a Rádio é Som, Barata, Cega, Secundário e experiência de vida. No que converne ao facto da Rádio ser Som, Handy (2002) diz que esta permite que a linguagem verbal tenha espaço, ultrapassando deste modo a questão do “analfabetismo em muitos países em via de desenvolvimento.” Ainda para este autor Rádio é barata possibilitando assim que muitas pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza consigam comprar.

A rádio é sempre mencionada como um medium “cego” porque diferentemente da televisão, impresso, e a internet a sua mensagem não pode ser vista in Kanyegirire (2002:8). Segundo Crisell (1986), esta característica “não pode ser vista como um impedimento, onde os ouvintes estão em desvantagem porque eles não podem ver, mas eles podem ouvir através da sua capacidade de audição.” Crisell (1986) reitera que, o facto de a rádio ser 'cega' habilita os ouvintes para “visualizar o que eles ouvem através do uso da sua imaginação mesmo quando eles não podem ver.” Tendo em conta que as pessoas não são tábuas rasas, a Rádio dá aos ouvintes a possibilidade de serem criativas, por escutar e imaginando como aplicar essa informação nas actividades diárias deles.

Rádio é também vista como um “medium secundário”(Crisell, 1986:13), na medida em que pode ser escutada enquanto outras actividades estão sendo realizadas (Crisell, 1986:13), “ao contrário da televisão e da internet, que exigem inteira concentração.” Assim, como um medium secundário, a rádio dá oportunidades para obter informação sobre a saúde enquanto outras actividades são realizadas.

A rádio como experiência de vida faz deste medium forte transmissor de informação imediata, particularmente, dentro do contexto das comunidades locais, visto que os canais nacionais não cobrem informação local (Crisell, 1996:14). Através das estações de rádio comunitária, informação local, estórias e programas para o desenvolvimento local são disseminados. Acrescenta Girard (2003:7) citado por Fuel (2013:9), que a utilidade das Rádios Comunitárias assenta, ainda, no papel que estas desempenham na educação formal e informal.

Teorias normativas da mídia

Dentro das teorias normativas da mídia, *Christians et al* destaca quatro teorias: *Radical*, *Monitoria*, *facilitativo* e *colaborativo* como os quatro papéis da mídia (2009). O papel radical basea-se no facto de que na sociedade existe poder político-económico estrutural com tendências de produzir hegemonia do grupo privilegiado sobre o grupo não privilegiado. Assim, a mídia deve, não só expor as injustiças, mas também indicar as contradições nesse conflito. O

papel de *Monitoria* dá ênfase à vigilância dos Media onde o jornalista deve informar, educar, aconselhar, e criticar. No papel *facilitativo*, a mídia facilita os processos de negociação sobre os aspectos sociais, políticos, e agenda cultural. Finalmente, o papel colaborativo tem a relação com o Estado e é construído numa mútua confiança e aceitação em termos de fins comuns. Neste papel, o governo e a mídia têm responsabilidade para com a sociedade assim, ambos agem para alcançar este objectivo.

Neste artigo, o carácter facilitador e de colaborador revestem de importância para o entendimento do papel do Centro multimídia comunitário da Moamba, pois este colabora com o Estado no alcance do bem comum. Assim a rádio facilita a comunicação entre os diferentes intervenientes no desenvolvimento deste distrito.

Conceito de audiência

Na discussão sobre audiência, um debate ontológico e epistemológico divide os pensadores deste campo do saber, pois uns concebem a audiência como um objecto empírico, enquanto outros como uma construção discursiva. Diante deste dilema, Amzat (2013:17) sublinha que o conceito audiência é um conceito fugitivo. Assim, segundo Radway (1988) citando por Amzat (2013:19) audiência significa o acto de escutar cara-a-cara uma comunicação verbal. Enquanto dentro da psicologia cognitiva a audiência é descrita como a que é endereçada, isto é, o indivíduo para o qual a mensagem é endereçada (Amzat, 2013:18). Actualmente, o conceito é usado no campo da comunicação de massa, e neste campo a audiência significa um conjunto de indivíduos anónimos e dispersos endereçados pelos mídia de massa.

O debate acima constitui os primeiros passos para o entendimento deste conceito. Na teoria dos efeitos, a audiência era concebida como resultado dos produtos mediáticos. Descrito pela teoria das agulhas hipodérmicas, no qual a mídia é vista com o poder de injectar para sua audiência mensagens que têm o poder de causar na audiência um comportamento num determinado sentido (Morley, 1991:16). Na perspectiva do Amzat (2013:19), quando a mensagem é disseminada é captada e consumida tal como foi enviada e assim a audiência age dentro dos parâmetros definidos pela mensagem. Nesta posição a audiência é definida como conformada, vulnerável, vítima e acrítica no que tange a mensagem disseminada pelos mídia de massa (Biacco, 1999:51). E é sublinhado, deste modo, o poder do texto em relação á audiência.

A visão passivista na concepção da audiência quanto aos produtos mediáticos, observa o seu questionamento com o debate trazido pela teoria de Uso e Gratificações. Esta teoria constitui uma nova forma de estudar a mídia, pois, as anteriores procuravam saber o que a mídia faz com a audiência, enquanto esta nova visão procura reflectir o que a audiência faz com a mídia. O objectivo era de determinar as necessidades, desejos e o uso que a audiência tinha ao consumir

os produtos mediáticos (Amzat, 2013:18). Esta perspetiva coloca o indivíduo no centro da selecção dos conteúdos mediáticos (Biacco, 1999), pois, este tem o poder de escolha dos jornais e dos programas de rádio, televisão que respondam as suas necessidade específicas.

Segundo Morley (1991) a perspectiva de Usos e Gratificações trouxe no panorama dos estudos de mídia as ideias de variabilidade de respostas e a interpretação. Assim, era impossível pensar numa única resposta por parte da audiência aos produtos mediáticos. Este pensador sublinha como limitações da teoria, o facto de esta colocar as diferentes respostas e interpretações no acto consumo dos produtos mediáticos como resultados sociopsicológico individuais.

Codificação e descodificação

É dentro das insuficiências da teoria (Usos e Gratificações), quanto aos elementos sociológicos e culturais, que o modelo de codificação/descodificação de Hall surge. O modelo inicia por negar a concepção linear da comunicação, concebida pela teoria dos efeitos pela ausência de uma concepção estruturada dos diferentes momentos (Hall, 2003: 387). O modelo alternativo de Hall separa os dois momentos, de um lado temos o processo de codificação (criação de vários textos), por outro lado, a descodificação (entendimento do texto e construção de sentido). O momento da descodificação é representado pela leitura dos produtos mediáticos, pela audiência e é tão importante como o processo de codificação (Hall, 2003:391), o que coloca o momento de recepção como fundamental para análise.

O momento de recepção dos conteúdos mediáticos, segundo Hall (2003:390), apresenta três etapas: o primeiro é designado de *sentido dominante ou hegemónico*; o segundo designa-se *sentido negociado*; e o terceiro *sentido oposicional*. Segundo Hall (2003:391)), o sentido hegemónico ocorre quando a audiência se apropria do sentido conotado de telejornal (neste caso da Rádio Comunitária, no programa saúde pública) ou dum programa de forma direta ou integral e decodifica a mensagem nos termos do código referencial no qual foi codificado (Hall, 2003:391). Este autor adiciona que quando o significado oferecido pela Televisão ou Rádio é acreditado como refletindo as experiências da audiência, então a mensagem é descodificada com código referencial no qual foi codificado. Hall (2003:391) afirma que o processo ocorre dentro do sentido hegemónico.

O segundo código é designado de sentido negociado. Este código reconhece o código hegemónico, mas se reserva o direito de fazer uma aplicação negociada dentro das lógicas específicas e localizadas (Hall, 2003:401). Estas lógicas são sustentadas por sua relação diferencial e desigual com os discursos e lógicas do poder.

Por fim, o terceiro código refere que a mensagem disseminada pelos mídia pode ser entendida

perfeitamente, mas decodificada de maneira contrária. Hall (2003:402), argumenta que “ele/ela destotaliza a mensagem no código preferencial para reatualiza-la dentro de algum referencial alternativo.” Por exemplo, um deputado da Frelimo lendo o projecto da transformação das províncias em autarquias provinciais como sendo divisão do país que pode minar a unidade nacional, e não como uma estratégia de descentralização do poder, como afirma a Renamo.

Dentro do modelo codificação/descodificação, Hall trouxe também o conceito de polissemia que de acordo com Schroder (2000:239) foi desenvolvido em resposta a perspectiva monossémica. Segundo Hall, o conceito dá ao texto a propriedade de abertura, que habilita os pesquisadores de estudos de recepção a possibilidade de se depararem com alto nível liberdade de interpretação dos textos mediáticos.

O conceito de polissemia despreza a ideia de determinismo textual. O significado preferido e o significado actualizado de um texto não podem ser perfeitamente simétrico por causa do código da codificação/descodificação (Hall, 2003:394). Hall (2003:395) sublinha que, esta luta constante na construção de significado do texto tem lugar no nível conotativo do significado e é dentro desta luta que a audiência se torna participante activa. Para Morley (1993), isto não significa que o produtor e o consumidor Stam (2000:233) citado por Amazat (2013: 30), do texto têm na sua disposição os mesmos recursos.

O modelo de Hall é criticado por que afirma que o modelo tende a encorajar a relevância excessiva do leitor enquanto as posições de leitura são multimodais, esquizofrénicos, desigualmente desenvolvidos culturalmente, discursiva e politicamente descontínuos, formando parte de um reino mutável em diferentes ramificações e contradições. Este posicionamento ao invés da sua utilidade, tem sofrido profundas críticas que reduzem os estudos de recepção para um exclusivo exame de ideologia no texto, resultando em diferentes pesquisas que procuram significados ideológicos actualizados pelo leitor (Schroder, 2000:233).

A esse respeito Hall concorda que o modelo de codificação/descodificação, sendo uma teoria dos processos comunicacionais, tem lugar no contexto social (Amazat, 2013:30). Morley, falando do seu estudo, afirma que a sua pesquisa concluiu que a posição social não se relaciona com as leituras que ele colectou. Assim sendo, Morley argumenta que o seu estudo transitou de uma análise de estrutura ideológica do texto para um processo largo do consumo dos produtos mediáticos (1992:1).

Modelo de multidimensional

A crítica de Schroder et al. (2003) constitui uma peça fundamental para esta pesquisa, pois estes afirmam que dentro do modelo de Hall não encontram dimensões relevantes de recepção somente por focar na noção de polissemia e de leitura preferida. Dando exemplo, Schroder et al. (2003) afirma, ainda, que a noção de leitura preferida articulada no modelo de Hall e Morley não pode ser um problema reconhecido como uma propriedade de um texto. Estes levantam questões acerca de quem está lendo, se é de facto a leitura preferida. É esta leitura intencionada pelo produtor do texto ou é a leitura atualizada pela maioria da audiência (Schroder et al. 2003).

Estes autores afirmam que a noção de leitura preferida necessita de um estudo profundo para ser útil. Outrossim, para os mesmos autores o conceito de polissemia não pode somente ser atribuído num nível somente conotativo do significado. De acordo com La Pastina (2005) citado por Amazat (2013:30), o engajamento entre a audiência mediática e o texto deve ser investigado como um processo localizado num contexto mais largo.

É dentro deste prisma que Schroder (2000) propõe seis estágios de engajamento: *Motivação; compreensão; discriminação; posição; avaliação e implementação*. De acordo com Schroder (2000) as seis dimensões subdividem-se em meta-grupos, o que descreve o processo de leitura interior (fazem parte os primeiros quatro dimensões), e as de processos implicativos (fazem parte as dimensões de avaliação e a implementação).

O primeiro processo de recepção é a *motivação*. Esta dimensão mostra a relevância do texto mediático para o leitor. Isto é, o que estimula o interesse do leitor. Se as pessoas não estão motivadas para ler, ver ou ouvir os produtos mediáticos, então, a recepção não vai ocorrer (Amzat, 2013 citando Schroder). Segundo o autor, é este estágio onde a análise pode explorar os processos cognitivos dos leitores que comandam para o consumo dos produtos midiáticos. Enquanto a segunda dimensão, é a *compreensão* que explica como o leitor partilha o seu entendimento dos sinais apesar da sua polissemia natural. Tendo em conta que o ser humano vive numa relação comunicativa, os significados dos sinais são estabilizados através do trabalho das comunidades interpretativas, as quais tornam a comunicação possível (Amzat, 2013:31, citando Schroder, 2000).

A terceira dimensão é a *discriminação*. Este ponto é relevante, pois ilustra se o leitor está consciente da estética que sustenta o texto mediático. Isto é importante, visto que determina quão a audiência está consciente de como se envolve ou distancia-se do texto. O modelo de leitura deve incluir a dimensão discriminatória estética que toma a forma de uma continuidade no engajamento ou para um distanciamento crítico (Schroder, 2000:248). Na quarta dimensão, Amzat (2013:30 citando Schroder) refere *posição*, como a atitude do leitor face ao texto. Constitui

uma atitude progressiva das respostas que partem da aceitação para a rejeição do ponto de vista do texto ou dos conteúdos mediáticos recebidos. É importante reter que aceitação não significa adopção da leitura preferida (significado que o texto traz) porque de acordo com Schroder, aqueles que aceitam a posição hegemónica embutida no texto às vezes fazem-no de forma inconsciente, enquanto, os que rejeitam a posição do texto o fazem sabendo que o texto objectiva reforçar a ideologia dominante.

De acordo com Amzat (2013:30 citando Schroder) a *avaliação* é quinta dimensão, que explora as experiências subjectivas da aceitação e rejeição do significado, que o texto traz percebido pelo leitor. Este momento constitui o estágio de análise da posição do leitor dentro de um discurso social vasto de modo a estabelecer a leitura atualizada por parte deste.

Finalmente a sexta dimensão, a *implementação*, que de acordo com Schroder (2000) constitui a dimensão no qual procuramos saber se a leitura está sendo usada como um recurso de participação política ou não.

Interpretação comunitária dos produtos mediática

Um debate aceso no seio da academia existe, pois uns afirmam que o conceito de audiência de massa é um conceito cujo centro traz muitas contradições. Assim, este deve ser substituído pelo conceito de interpretação comunitária (Amzat, 2013). Dentro desta mesma crítica, Fish (1980) afirma categoricamente que o significado de qualquer texto só pode ser compreendido dentro dos limites da *interpretação comunitária*. Este pensador argumenta que o significado é a função da condição da interpretação da produção e recepção e nunca uma função da estrutura linguística formal do texto (Fish, 1980).

O posicionamento de Fish tem sua origem no pensamento de Roland Barthes, que argumenta que nem o autor do texto, nem o texto são a fonte do significado de qualquer texto. Por sua vez, este afirma que o significado do texto é realizado somente através da interpretação prática do leitor. É dentro desta visão que Fish argumenta que o significado do texto não é propriedade do texto, pois o significado vivido procede do encontro com o texto (1980). Assim pensando, só podemos interpretar algo somente se já temos alguma experiência antes.

Deste modo, por interpretação comunitária, Fish afirma que o leitor é constituído por convenções. A estratégia interpretativa não é colocada em execução depois da leitura; esta é a peça que posiciona a leitura, e porque esta posiciona a leitura, esta dá a posição do texto, fazendo esta de um jeito, do que é normalmente assumida, produzido por eles. . . . membros da mesma comunidade poderão necessariamente concordar porque eles vê tudo em relação aos objectivos e metas assumidas na comunidade (Fish, 1980). Este conclui que, o facto de o leitor pertencer a

mesma comunidade explica a estabilidade de interpretação entre diferentes leitores. Portanto, os factores que definem uma interpretação comunitária são, o espaço social, a tradição cultural, convenções e significado que une as pessoas dentro de um determinado espaço.

Dentro do contexto mediático, Schroder sublinha que a maneira pela qual o indivíduo usa e constrói sentido do material mediático é determinado pela identidade do reportório comunicativo no qual é socializado, como resultado do facto de ser membro desse grupo (2003:5). A título de exemplo, o estudo do programa Dallas, a famosa novela disseminada nos anos 80, observou-se que várias mulheres constituíam uma comunidade de partilha de interesses. Baseando-se nestes pontos de vista, podemos aferir que o conceito de *interpretação comunitária* assenta-se na autonomia do leitor, tendo em conta que o texto é significativo no contexto da experiência do leitor (Morley, 1992).

A visão que olha o significado do texto como resultado da experiência do leitor é contestada por Hirsch citado por Amazat (2013:), que afirma que o significado existe no texto e a fonte do significado é o autor. “Somente o autor do texto atribui normas genialmente discriminatórias” (Hirsch, 1967 citando por Amazat 2013:). O entendimento deste autor não é contestado por Hall (1980) dentro do conceito de Leitura preferida. Porém, este autor vai mais longe ao apresentar o conceito polissémico do texto, onde o significado construído pela audiência vai para além do próprio autor (Hall, 1980). De acordo com Hall, este significado é possibilitado através da exposição individual nas convenções ou do sistema de códigos culturais de uma comunidade interpretativa.

Problemática

Dentro dos dispositivos do governo para o acesso a informação ao nível de todo país, o histórico das rádios comunitárias, desde a sua implementação até ao estágio actual de desenvolvimento, demonstra, também, uma experiência de evolução numa comunidade, tendo a comunicação como maior ferramenta para o combater as adversidades de diferente ordem social.

A experiência da rádio comunitária da Moamba aqui retratada poderá também espelhar o quotidiano de muitas outras comunidades espalhadas ao longo do território nacional, seja em outras temáticas não ligadas a saúde. A Rádio Comunitária da Moamba constitui uma das ferramentas fulcrais, dentro das estratégias do governo para mobilizar e educar as comunidades na promoção da saúde.

Para melhor entender os contornos em torno da problemática que aqui levantamos, é também crucial reflectir em torno do que é a comunidade de moamba? Quais são as circunstâncias ambientais, culturais e socio-económicas em torno das quais surge e funciona este dispositivo comunicacional materializado na Rádio Comunitária da Moamba?

A rádio comunitária da Moamba surge agregada ao projecto de criação dos Centros Multimedia Comunitários. Numa fase inicial, estes projecto-pilotos (CMC's) foram uma iniciativa da comunidade, e posteriormente ganharam suporte da CIUEM (Centro informático da Universidade Eduardo Mondlane) e financiamento do IDRC (International Development Research Centre). Depois disso, como resultado de parcerias entre Moçambique, UNESCO, e Swiss Agency for Development Cooperation (SDC), foi lançada uma iniciativa cujo objectivo foi aumentar os CMC's e combina-los as TICs como: scanners, impressora, computadores com acesso a internet e com rádio comunitária (Daamen et al., 2008 citado por Fuel, 2012:17).

O CMC da Moamba está localizado próximo ao monumento dos heróis moçambicanos, é tutelado pelo Instituto de Comunicação Social (ICS) e é composto por uma Rádio e um telecentro. A Rádio foi instalada em 1998 e Transmite em frequência modulada de 102.7 MHZ, cobrindo um raio de mais 50 km². Sua gestão está sob a responsabilidade dum Comité, composto por cinco membros eleitos pela comunidade, sendo um coordenador, dois guardas e três técnicos permanentes. No que se refere aos colaboradores, a rádio tem quinze voluntários e quanto aos técnicos para o telecentro, estes são contratados em função da necessidade.

A Rádio tem um programa sobre “Saúde Pública” que dissemina informações sobre saúde tais como: Malária, HIV/SIDA, desnutrição, tuberculose, Gastrite, *Tindzaca* (TB contraída por incumprimento das normas tradicionais de aborto), etc. O programa vai ao ar a partir das 20 horas e termina às 20 horas e 30 minutos. As temáticas de saúde apresentadas têm variado consoante os problemas, que no momento tem afectado a comunidade, como por exemplo o surto da malária, cólera, ou informações ligadas a vacinação quando está-se em tempo de campanha de saúde. Pode-se dizer de forma geral que o programa dissemina informações relevantes para esse contexto social.

Olhando numa forma geral a situação de Saúde na Moamba, dados do relatório do hospital local, mostram que a malária e o HIV/SIDA são a principal causa de morte na população. No que refere a malária, o distrito teve um aumento de casos de 15,7% em relação ao ano transato de 2013, enquanto no que refere ao HIV/SIDA, o distrito em 2014 apresentava 246 adultos contaminados, 83 mulheres grávidas em situação positiva e por fim 20 crianças positivas. No que concerne a outras doenças a desnutrição atingiu, em 2014, a taxa de 54,5%, enquanto a diarreia e disenteria teve uma redução de 34,5%.

Assim sendo, através do programa “Saúde Pública”, potenciais intervenientes buscam disseminar informações relacionadas com doenças que interferem na saúde pública desta comunidade. Com esta disseminação A rádio comunitária da Moamba remete nos a teoria colaborativa e facilitativa dos media. A teoria Colaborativa segundo Christian et al (2009) a mídia são parceiros, onde ambos agem para alcançar este objectivo. Enquanto teoria facilitativa

estimula a deliberação cidadã a construção do entendimento público dos assuntos.

Este esforço constitui uma contribuição na democracia deliberativa de Informação o que irá possibilitar as pessoas tomarem decisões mais sábias. Todavia, o significado construído pela audiência à volta do conteúdo disseminado mantém-se inexplorado. Tendo em conta que a codificação do conteúdo por parte da mídia é definida por critérios ideológicos (Herman e Chomsky, 2008), e a descodificação dos mesmos reveste de seus próprios significados, que são baseados nas experiências vividas, interesses, identidade, cultura (Hall 1980). Problematicar este processo constitui o cerne deste trabalho, tendo em conta que as narrativas actuais de mobilização social para mudança social estimulam estratégias dialogicas (Galvez et al. 2018), que em algumas situações entram em choque com narrativas locais.

Objectivos

Analisar os significados construídos pelos ouvintes sobre o programa Saúde Pública disseminado pelo RCM da Moamba

Questões norteadoras

- * Que significados os ouvintes da RCM constroem em torno do programa “Saúde pública”?
- * Que papel os ouvintes da RCM, atribuem a rádio?
- * Enquanto comunidade interpretativa, que significados os ouvintes atribuem ao programa?

Análise dos resultados

Esta fase discute de forma profunda os resultados encontrados, e faz ainda, uma interpretação das ideias centrais acerca dos significados construídos. Estas análises foram feitas tendo em conta a literatura descrita acima e suas evidências serão estruturadas tendo em conta os pontos levantado.

Caracterização do local da pesquisa

O distrito da Moamba enquanto cenário onde decorreu a nossa pesquisa, apresenta segundo as projecções do INE para 2015, uma população de 68.231 de habitantes, onde 33.017, são homens e 35.214 são mulheres. O distrito tem uma superfície de 4.628 km², que dista a 50 km da cidade capital Maputo e está ligada pela Estrada número 2 e 4. Moamba é composto pelas seguintes localidades: Vila da Moamba; Chimbozane; Nhoquene; Josina Machel; Mahambacheco e Golomo. Seu ambiente económico e social é caracterizado pelo comércio formal e informal, carpintaria, oficinas de reparação de automóveis, lojas. Em adição, devido à terra fértil que possui,

o distrito constitui um grande produtor de batata-reno, milho, hortícolas, feijão, para além da produção agropecuária.

A Moamba-sede desempenha um papel central no desenvolvimento do comércio, pois, beneficia da linha férrea que liga a cidade de Maputo e a África do Sul. No que concerne às línguas, a língua Xichangana é falada pela maioria da população. Quanto à influência política, a zona possui representações significativas do partido Frelimo (partido no poder), Renamo e Movimento Democrático de Moçambique.

Caracterização do grupo alvo

A amostra de pesquisa foi composta por 13 participantes categorizados em ouvintes (11 indivíduos) e funcionários da rádio (2). Em termos da discriminação do género foram 7 do sexo masculino e 6 do sexo feminino, com idades compreendidas na faixa etária de 25-50.

O contacto com o grupo alvo possibilitou explorar as experiências colectivas e individuais no processo de escuta e usufruto de informações disseminadas pelo programa. Permitiu ainda estimular a produção social de significado resultado do facto das audiências terem escutado o programa “Saúde Pública. Porém, Lunt e Livingstone (1996:16) argumentam que esta interacção pode ser prejudicada por um falso consenso que é conduzido através de um pequeno grupo para o conformismo, isto é, as pessoas dentro do grupo de discussão^v têm “uma inclinação tanto para o consenso ou para mudança perante um extremo não representativo” (Lunt e Livingstone 1996:16).

Para contrariar está tendência e garantir a qualidade dos nossos dados, assegurou-se que a conversa não fosse monopolizada pelas vozes dominantes e que a conversa não se agarrasse a uma questão durante os grupos de discussão.

Resumidamente, a experiência da comunidade de Moamba no usufruto da rádio comunitária local pode ser descrita nas seguintes categorias: Concebendo os Residentes da Moamba como uma comunidade interpretativa; e buscando os significados construído à volta do programa Saúde Pública Segundo o modelo de Schroder.

No que concerne a concepção dos Residentes da Moamba como uma comunidade interpretativa:

Moamba-Sede é um distrito localizado a mais de 50km da cidade capital Maputo. Este distrito é habitado por uma variedade de etnias falantes de changana, ronga, português e outras línguas nacionais e estrangeiras. A agricultura constitui a actividade mais praticada pela maioria da população, porém, devido a sua localização, próximo a fronteira Sul-africana, o comércio, vulgo *mukhero*, é também praticado em grande escala.

A partilha dum único espaço geográfico por vários grupos étnicos, acompanhado pela partilha de dificuldades e alegrias, contribui para o nascimento de uma única comunidade interpretativa (Fish 1980) que é suportada pela semelhança das suas experiências dentro do espaço geográfico. Para Jensen (1988), os factores que definem uma comunidade interpretativa são: *o espaço social, a tradição cultural, convenções e significados* que unem as pessoas dentro do espaço.

As experiências da comunidade da Moamba-sede são também definidas pela pobreza, pelo desemprego, alcoolismo e pelo crime. No que concerne às doenças, o distrito apresenta a malária e HIV/SIDA como a principal causa de mortalidade, incluindo outras enfermidades referidas no início deste artigo.

A instalação do CMC e a criação do programa Saúde Pública, com vista a disseminação de conteúdos que ensinam a comunidade a melhorar a sua saúde faz da mídia, colaboradora do governo no alcance deste objectivo, e também como facilitadora na medida em que a rádio é uma plataforma para que a comunidade se comunique, dentre os diferentes membros e dentre os membros e dirigentes.

Enquanto uma comunidade interpretativa, observa-se dois momentos que marcam a tradição cultural dos residentes da Moamba e sua postura perante os conteúdos que ouvem na rádio no programa saúde pública: como são curadas as doenças segundo aquilo que são os ensinamentos da tradição cultural da comunidade. E como são curadas as doenças olhando os ensinamentos do programa Saúde Pública.

Ocorre neste processo um momento de negociação/troca/substituição do que podemos chamar de “antigas práticas” usadas para curar enfermidades, pelos novos ensinamentos ouvidos na rádio, o que podemos aliar com o discurso deste participante do estudo:

Eu quando era criança, quando contraísse uma ferida nem sempre devia-se correr para o hospital, em particular, era cortado por garrafa, a gente corria para as bananeiras, pegávamos nas bananeiras púnhamos ao lume, aquecia e gotejávamos aquelas gotas na ferida; depois envolvíamos a ferida. E assim, pronto, a ferida acabava sarando...

A ideia de olhar o programa como uma ferramenta de partilha de informações úteis foi comum pelos diferentes membros durante as discussões, no distrito. A título de exemplo um participante (grupo de discussão 4) afirmou:

O Programa saúde pública para mim, representa a educação do princípio, a educação para a nossa sociedade, para a nossa comunidade aqui nesse distrito, em particular porque é através deste programa que nós ficamos a saber como devemos nos cuidar, como cuidar das crianças e sobre as doenças endémicas, falando do HIV-Sida.

Quanto aos significados construídos à volta do programa Saúde Pública:

Reconhecendo a complexidade do processo de recepção a análise baseia-se no modelo multidimensional de Schroder composto de seis dimensões: Motivação, compreensão, discriminação, posição, avaliação e implementação.

a) Motivação

A dimensão de motivação mostra a relevância do programa para o leitor. Isto é, o que estimula o interesse do leitor para escutar o programa “Saúde Pública”. Se as pessoas não estão motivadas para ler, ver ou ouvir os produtos mediáticos, então, a recepção não vai ocorrer (Amzat, 2013 citando Schroder).

Assim sendo, partimos do facto de que o distrito é assolado por várias doenças das quais as mais mortíferas são a malária e o HIV/SIDA, e o programa Saúde Pública dissemina conteúdos notórios no seio dos participantes que estão motivados para escutar como afirma o coordenador:

Esse Programa é importante porque Moamba é uma comunidade onde tem pessoas que estão a viver com diferentes enfermidades, [assim] para combater algumas negligências, o programa fala no mínimo das doenças que abundam aqui na zona, principalmente em cada época. O programa fala, ainda, dos sintomas e o que fazer quando sentir sintomas desta ou daquela doença.

Esta importância crucial que a comunidade atribui é secundada por um participante (grupo de discussão 1), referindo que: “Este programa me ajuda porque muito aprendo em relação as informações que nos ensinam sobre as doenças.”

Na mesma linha de pensamento outro participante (grupo de discussão 3) afirmou o seguinte:

“Há certos momentos que sentimos uma doença e não percebemos que estamos doentes, mas, escutando a rádio acabamos tendo a curiosidade e a vontade de aproximar a uma unidade sanitária para saber o que realmente se passa.”

O interesse em aprender mais sobre lidar com as doenças constitui a motivação pontual para o participantes ouvirem o programa. Esta motivação nos remete ao modelo de uso e gratificações, na medida em que os indivíduos ouvem um determinado programa quando um potencial poderá ser alcançado.

Olhando o programa, como uma esfera pública de debate e de ensinamento para a mudança de comportamento é sublinhado pelo participante (grupo de discussão 2), que afirma:

[o programa] o ajudou-me bastante porque, como nós sabemos, a maioria de nós, em particular os pais achamos que falando através da educação sexual para as nossas crianças, nós sabíamos que as vezes era tabu para nós, e ultimamente através deste programa[...]. ajudou-me bastante, eu consigo fazer entender as minhas crianças em conversa[...].o programa tirou-me o medo e aquele tabu de considerarmos que as crianças, as meninas nesse caso só podiam conversar com a mãe acerca deste assunto...

Podemos observar que várias afirmações feitas pelos membros de discussão provam que o que motiva as pessoas para ouvirem um programa é complexo. A este respeito, Schroder argumenta que a análise do processo de recepção deve iniciar da motivação que estimula o interesse do ouvinte ou do leitor, isto é, se alguém não está motivado para ouvir ou ler então o processo de recepção está condenado (Schroder, 2000:244).

Ainda de acordo com Schroder (2000:245), o que conecta os leitores ou ouvintes nos textos mediáticos pode ser a reminiscência (alguma coisa na mensagem que recorda o leitor ou ouvinte da pessoa ou experiência), identificação (sentir algo tipo de conexão com o autor dentro do texto), comunidade (sentir o senso de pertença dentro do universo textual).

A reminiscência pode ser materializada na afirmação da apresentadora segundo a qual: “o programa recorda ou mobiliza a comunidade nos tempos da campanha de saúde, de modo a levarem as crianças à vacinação.”

A motivação é visualizada, também, através do interesse da comunidade em participar através de ligações telefónicas para contribuir com ideias ou opiniões como afirma a presenteadora dizendo:

“[o programa] é importante por causa da participação dos ouvintes que sempre que o programa vai ao ar o ouvinte participa tirando suas dúvidas, dá sua sugestão e outros ouvintes agradecem pela existência do programa em directo.”

A participação dos ouvintes através de telefone foi testemunhada durante o acompanhamento da emissão do programa em directo, onde falava-se sobre Gastrite. Deste modo, a participação comunitária remete-nos a teoria facilitadora dos média, onde a esta desempenha a função de facilitar que as diferentes pessoas e instituições discutam os seus problemas. Remente-nos, ainda, ao facto da rádio comunitária ser um verdadeiro espaço público de debate.

b) Compreensão

A segunda dimensão sublinha o significado informacional de que o consumo de um dado texto é recebido, isto é, como os ouvintes ou leitores compreendem os conteúdos de saúde disseminados e como atribuem uma determinada identidade ao que vêem ou lêem. Os

participantes foram estimulados a responder várias perguntas à volta da utilidade dos conteúdos disseminados pelo programa saúde pública. A qualidade de resposta, mostrou um grande nível de compreensão dos conteúdos. Porém, é interessante notar que, as respostas dadas interligam-se com outras dimensões.

Assim sendo, Questionando sobre como o programa ajudou os participantes na melhoria da saúde individual ou familiar?

Participante 4 (Grupo de discussão 3) afirma:

“[o programa] ajudou-me bastante, eu consigo fazer entender as minhas crianças em conversa sobre HIV/SIDA, dizendo [...] Olha, há perigo nisto, há perigo naquilo, é preciso crescer e só depois de crescer é que deve-se envolver nas brincadeiras[...]. Isto é, no acto sexual.”

Analisando a leitura da audiência face aos conteúdos disseminados, a resposta aqui remete-nos ao modelo de decodificação e descodificação de Hall, na dimensão da leitura dominante onde, os ouvintes ou leitores apropriam-se do significado preferencial de forma directa e integral e decodificam a mensagem da mesma forma ou de forma idêntica ao que foi codificado.

c) Discriminação

Dentro do modelo Schroderiano a dimensão de discriminação tem a ver com familiaridade que o ouvinte tem com conteúdo disseminado, isto é, como os ouvintes ou leitores podem ser esteticamente críticos em relação aos conteúdos disseminados pela Rádio Comunitária da Moamba através do programa Saúde pública. Pondo os participantes comentando à volta dos conteúdos disseminados pelo programa Saúde Pública, foi notório o auto grau de compreensão do conteúdo. Como resultado, foi notória a discussão à volta do uso da língua local (Changana) para que os conteúdos disseminados estejam ao alcance da maioria da população dos diferentes bairros do distrito. A este respeito, um participante afirmou que: *“este programa é bom, mas é difícil muitas das vezes perceber o que eles estão a dizer por causa da língua e perdem muita coisa porque as vezes desistem de escutar.”*

O diferencial que as Rádios Comunitárias trazem no contexto das comunidades, é o facto destas, falarem as línguas usadas maioria das comunidades em que estas estão inseridas, pois, como afirma Jane (2006) as Rádios de cobertura nacional falam em língua oficial que não é entendida pela maioria. Para além disto, estas abordam assuntos locais diferentemente das de cobertura nacional que centram-se nos assuntos nacionais. A insatisfação com o facto de o programa não respeitar o sublinhado por Jane, no que concerne a língua é sublinhado, ainda, pela participante afirmando que: *“a língua usada para transmitir é o português, muitos doentes não*

estudaram, [...] e é importante que quando se fala de doenças tudo seja compreendido na íntegra.”

Durante as discussões foi notório o posicionamento crítico dos participantes face a hora em que o programa vai ao ar, pois, segundo estes a maioria das pessoas no horário das 20 estão vendo telenovelas. Este argumento foi levantado por um dos participantes (grupo de discussão 2) dizendo que “[...] *muita das vezes, a esta hora das 20h ninguém dá ouvido a rádio, muita agente corre para as novelas e algumas pessoas idosas, não tem tempo de abrir a rádio a essa hora.*” No mesmo diapasão, a participante (grupo 4) afirmou que o programa tem pontos negros pois, “*vai uma vez ao ar por semana, mas eu acho que se passasse duas vezes por semana. . . .*”.

Face a este olhar crítico dado pelos participantes sobre o papel exercido pela Rádio Comunitária da Moamba, através do programa saúde pública como esfera pública não tem sido partilhada pela maioria da população, pois esta não pode debater ou contribuir para a tomada de decisões sábias diante da barreira da língua imposta na transmissão deste programa.

d) Avaliação e Implementação

A dimensão de avaliação de acordo com Schroder (2000), foca no nível ideológico, objectivo que é manifestado por um grupo político-ideológico da qual o ouvinte ou leitor faz parte suposta ou concretamente. A avaliação é feita num nível mais amplo, identificado nas práticas sociais colectivas. Enquanto a implementação se relaciona a forma como o ouvinte ou leitor usa as suas leituras como instrumento para uma acção sociopolítica quotidiana.

Assim como pode-se observar na afirmação abaixo, a importância ou a influência que o programa saúde pública exerce sobre os residentes da Moamba é visível na sua mudança de atitude e postura perante o fenómeno doença. Há portanto reflexo destes ensinamentos naquilo que é o quotidiano dos seus ouvintes.

Estou a dizer dos aspectos passados, por exemplo, existia essa situação de gonorreia, alguém quando contraísse gonorreia, em vez de correr para o hospital, corria para a medicina tradicional onde arranjava-se raízes de certas coisas, ferviam e mentiam-se numa garrafa e tomava para poder acabar com a gonorreia. Ao contrário agora as pessoas vão ao hospital sabendo que indo lá vão receber o tratamento e acaba passando. . . .

Tendo em conta, o posicionamento ideológico dos participantes dentro da formação social, é evidente que a mídia é um agente que intervém significativamente nos processos de recepção, pois a posição tomada pelos participantes nas entrevistas e nos quatro grupos de discussão reforça a ideia de que o papel da rádio através do programa “Saúde Pública” na educação das comunidades, no combate e prevenção de várias doenças que assolam o distrito da Moamba é crucial. Deste modo, a mídia é central na mudança social como afirma a teoria dos efeitos.

Porém, há vozes que salientam que a utilidade deste programa podia ser mais eficiente e mais abrangente se usasse a língua changana (falada pela maioria), e a disseminação do programa não fosse somente no horário das 20 horas. Isto induz á ideia de que a audiência não é passiva na recepção dos conteúdos mas sim activa.

Reflexões conclusivas

A pesquisa usou uma metodologia qualitativa, onde a entrevista, grupos de discussão e análise de documentos foram técnicas de colecta de dados. Este método permitiu um entendimento da estrutura do conteúdo das informações disseminada no programa e as experiencias verbalizadas pela audiência do conteúdo e do significado extraído e interiorizados.

Esta metodologia foi usada com intuito de investigar os significados feito pelos residentes de Moamba-Sede, estes que ouvem o programa Saúde Publica em Moamba. O estudo procurou perceber os significados construídos à volta do programa “Saúde Publica” na prevenção e combate as várias doenças que assolam o distrito através de um questionamento ao coordenador, apresentador e ouvintes.

O exame das respostas das entrevistas e grupo de discussão usando o modelo de multidimensional de Schroder na análise de recepção mostrou o qual é crucial o programa na prevenção e combate a diferentes doenças existente no distrito de Moamba, porém foi exposto ao longo das mesmas que o uso da língua portuguesa em detrimento do changana falado pela maioria da população limita o programa de constituir uma verdadeira esfera publica; o facto de o programa ir ao ar somente uma vez por semana e as 20 horas foi visto como outra limitante deste programa para que mais cidadãos residentes em Moamba possam participar ou escutar.

Referências bibliográficas

- Amzat, Ajibola (2013). Voting and meaning in hooggenoeg, grahamstown: an audience's reception of grocott's mail's 2011 municipal election coverage. Rhodes University. (Dissertação não publicada).
- Biacco, Frank (1999). *Opposing Conceptions of the audiences: the Active and passive Hemispheres of mass communication Theory*. Cambridge: Harvard University Press.
- Chilimo, L. 2008. *Information and Communication Technologies and Sustainable Livelihoods: A case of selected rural areas of Tanzania*. University of KwaZulu-Natal. Acessado em 2 Novembro 20 from <http://ukzn-dspace.ukzn.ac.za/bitstream/handle/10413/188/Chilimo%20Thesis.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Christians, Clifford et al (2009). *Normative Theories of the Media: Journalism in Democratic Societies*. Urbana: University of Illinois Press.
- Crisell, Andrew (1986). *Understanding Radio*. Routledge. London
- Fish, Stanley (1980). *Is there a Text in this class?: The Authority of Interpretive Communities*.
- Fuel, Isaias (2012). *The perceived usefulness of agricultural information sought on-line and broadcast via community radio in the two Community Multimedia Centres (CMCs) of Namaacha and Murrombene, in rural Mozambique*. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10962/d1007240>
- Galvez, Rafael e Casanova, Jair (2018). *Manual on Communication Strategies for Development and Social.fesmedia Africa Friedrich-Ebert-Stiftung. Universidad del Norte, UNICEF*.
- Hall, Stuart (2003). *Codificação/Decodificação*. In: ____ (Ed.). *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, p.387- 404.
- Hendy, David (2000) *Radio in the global Age*. Polity press. Cambridge
- Herman, Edward e Chomsky, Noam (2008). *Manufacturing Consent: The Political Economy of the Media*. London: The Bodley Head.
- Lunt, Peter e Livingstone, Sonia (2009). *Rethinking the focus group in media and communications research*. In Gunter B. and Machin, D. (Eds.). *Media Audiences vol. 2*, London: Sage.
- Jane, Tomás. (2006). *Comunicação para o desenvolvimento: o papel das rádios comunitárias na educação para o desenvolvimento local em Moçambique*. Universidade Metodista de São Paulo. Curso de pós-graduação em comunicação social. São Bernardo de Campo. São Paulo
- Jensen, Klaus Bruhn (1988). *Answering the question: why is reception analysis?* In *Nordic Review*. 9(1): 3-5.
- Jensen, Klaus Bruhn (1988). *Qualitative audience Research: Towards an Integrative Approach to Reception*.
- Kombo, Kisulu e Tromp, Delno (2006). *Proposal and Thesis Writing*. Paulines. Kenya.
- Morley, David (1992). *Television audience research: A critical history*. In *Television, Audiences and Cultural Studies*. London: Routledge.

Relatório de saúde 1º Trimestre – 2012 - 2015 – Janeiro- Março-SDSAMS-MOAMBA

Schroeder, K. C. (2000). Making sense of audience discourses: towards a multidimensional model of mass media reception. *European Journal of Cultural Studies*, v.3, n.2, p.233-258,.

Notas finais

ⁱ *Jensen(1988:3) argumenta que a coleta de dados empíricos está mais associada a estudos de Recepção (1988:3)*

ⁱⁱ *Patton (2002) afirma que a observação dá ao pesquisador a oportunidade para ver o que está acontecer “in situ” o que é melhor do que obter dados por segundas pessoas (em Chilimo, 2008:167).*

ⁱⁱⁱ *Estamos perante uma RC Quando se [...] promove a participação dos cidadãos e defende os seus interesses, quando reflecte os gostos da maioria e produz bom humor e informa com verdade; quando ajuda a resolver os mil e um problemas da vida quotidiana; quando nos seus programas são debatidas todas as ideias e todas as opiniões respeitadas; quando a diversidade cultural tem primazia sobre homogeneidade comercial; quando as mulheres são as principais intervenientes na comunicação e não apenas uma voz bonita ou um atractivo de publicidade; quando nenhum tipo de ditadura é tolerado; quando a palavra de todos pode ir para o ar sem discriminação ou censura (Jane, 2006).*

^{iv} *De acordo com Morley (1994) um grupo de discussão pode ser realizado por um grupo constituído de 3 até 13 pessoas.*

Normas para os autores

Princípios gerais

1. A revista *Comunicação & Sociedade* é uma publicação do Centro de Estudos Interdisciplinares em Comunicação (CEC), especializada em temáticas relacionadas com a comunicação social, a liberdade de expressão e de imprensa, a sociedade moçambicana e, mais em geral, africana e as suas transformações, dinâmicas e características essenciais.
2. A revista *Comunicação e Sociedade* promove uma abordagem multidisciplinar, embora privilegiando o foco em assuntos relacionados com comunicação, linguagem, sociedade, cultura, política e mudança social. Os artigos são selecionados pela Redação Editorial e avaliados mediante um rigoroso sistema de arbitragem por pares em regime de anonimato.
3. A revista, a fim de garantir a máxima internacionalização das contribuições a serem publicadas, lança um edital on-line de abertura por cada um dos seus números, procurando a maior publicidade e disseminação possível, com indicação do prazo de entrega dos artigos a serem avaliados.
4. Existem três tipos de contribuições que a revista aceita: artigos científicos, resenhas de livros e revisões críticas.
5. Os artigos devem ser originais e não podem estar, à data da sua proposta para publicação, publicados ou em apreciação noutra publicação. Qualquer exceção deverá ser explicitamente indicada pelo autor aquando da submissão do artigo, para que seja referenciada a primeira edição do texto.
6. Todos os artigos deverão chegar à redação em condições linguísticas aceitáveis. A redação não irá proceder a nenhum tipo de revisão linguística, que cabe portanto a cada autor.
7. Compete aos autores a obtenção do copyright sobre todos os materiais que não lhes pertençam: ilustrações, quadros, fotografias, etc.

Submissão dos artigos

8. Proposta via e-mail [recomendada] enviada para nhanale@gmail.com ou info@cec.org.mz, com informação do nome e contactos na mensagem de e-mail, e os seguintes anexos:
 - ü Texto integral do artigo em formato Word;
 - ü Em separado, no formato Exel, todos os gráficos inseridos no texto principal e respectiva enumeração e legenda;
 - ü Em separado, em formato JPEG ou TIF, todas as fotografias inseridas no texto principal e respectiva enumeração e legenda.

Normas de apresentação dos artigos

9. Todos os artigos deverão incluir uma folha de rosto autónoma de que constem os seguintes elementos: título do artigo (e subtítulo, caso se aplique), nome do autor, área de formação e/ou pesquisa/trabalho; instituição a que pertence (caso se aplique); além disso, todos os artigos devem conter necessariamente: 1.

uma Introdução, que inclua, entre as outras coisas, uma nota metodológica clara e exaustiva; 2. um capítulo de discussão teórica e de conceitualização; 3. o desenvolvimento do problema abordado e finalmente 4. algumas considerações conclusivas.

10. Os textos devem ser formatados em Times New Roman, a corpo 12, espaço 1,5. Não devem ser utilizados estilos nem formatações automáticas tais como numeração (numbering) e bolas/asteriscos (bullets). O nome do autor deve estar escrito em Times New Roman, itálico, a corpo 14, o título a negrito em Times New Roman, a corpo 14. O título de cada capítulo, inclusive do “Resumo” e das Referências bibliográficas, deve estar escrito em negrito, Times New Roman, a corpo 12. Eventuais subcapítulos devem estar escritos em itálico, Times New Roman, a corpo 12. As palavras-chave, inclusive a expressão homónima, devem estar escritas em itálico, Times New Roman, a corpo 12. Os capítulos não devem estar numerados. As conclusões devem ser tituladas como “Reflexões conclusivas”, e a bibliografia deve ser titulada como “Referências bibliográficas”.

8. Os artigos não poderão exceder 10.000 palavras, incluindo, notas e bibliografia.

11. Para além do texto, os autores devem enviar - em português e em inglês - um resumo do artigo (800 caracteres, cerca de 10 linhas) e até seis palavras-chave.

12. As notas deverão ser coligidas no fim do artigo (endnotes) (e não em rodapé - footnotes).

13. As palavras estrangeiras devem estar grafadas em itálico.

Resenhas de livros

Trata-se de uma contribuição curta (máximo 1000 palavras) acerca de um livro saído num espaço temporal de 12 meses antes da publicação do número da revista e sem nenhuma nota bibliográfica. Eventuais referências deverão ser colocadas no corpo do texto, com indicação do autor, do título da obra em itálico, editora, lugar e ano de publicação.

Revisões críticas

Trata-se de contribuições inerentes a um específico assunto de interesse da revista, e devem referir-se a um conjunto de obras (do mesmo autor ou sobre o mesmo tema), publicados nos dois anos anteriores à saída da revista. Estas contribuições poderão ter no máximo 2000 palavras, contendo: a indicação bibliográfica completa das obras citadas; o tratamento aprofundado do estado da arte relativamente aos tópicos abordados; a originalidade do(s) autor(es) do ensaio quanto à uma nova, possível interpretação das obras discutidas.

Normas de citação e referenciação bibliográfica

14. Relativamente às citações: — qualquer interrupção de citação deve vir assinalada com reticências dentro de parêntesis rectos [...].

— as citações curtas devem ser integradas no texto entre aspas (“ ”).

— as citações longas (mais de 3 linhas), não devem ter aspas e serão destacadas do texto principal, alinhadas à esquerda pelo parágrafo, fechadas pela pontuação do próprio trecho citado.

15. A bibliografia referenciada no texto deve seguir o estilo autor data (autor, data: página). Por exemplo (Ngoenha, 2004: 63) ou (Gordon e Brown, 2001: 39). No caso de mais de dois autores, utiliza-se et al.

(Adams et al., 1995). Citações de diferentes obras do mesmo autor, se publicadas no mesmo ano, devem ser distinguidas com letras (Brown 1990a, 1990b);

16. As referências bibliográficas devem seguir a norma APA 5th :

— Livros: apelido, nome próprio (data). Título. Local: editora.

Exemplo:

Negrão, José (2005). *Cem Anos de Economia da Família Rural Africana*. Maputo: Texto Editores.

— Capítulo de livro: apelido, nome próprio (data). Título do Capítulo. In apelido, nome próprio (Org.[s]), Nome do Livro (páginas). (Edição se aplicável). Local: editora.

Exemplo:

Ngoenha, Severino Elias (1998). *Identidade Moçambicana: Já e Ainda Não*. In Serra, Carlos (Org.), *Identidade, Moçambicanidade, Mocambicanização* (pp. 17-34). Maputo: Imprensa Universitaria.

— Artigo em Revista: apelido, nome próprio (data). Título do artigo. Revista, número (volume – se aplicável), páginas.

Exemplo:

Fook, Jan (2003). *Critical Social Work: the current issues*. *Qualitative Social Work*, 2(2), 123-130.

— Dissertação ou Tese: apelido, nome próprio (data). Título da Dissertação / Tese (Área da Dissertação / Tese, Instituição conferente do grau).

Exemplo:

Franco, Ana Cristina de Almeida M. (2003). *A Investigação em Serviço Social e a formação ao nível da licenciatura. Análise dos Planos de Estudo nos anos 90, em Portugal* (Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Instituto Superior Miguel Torga).

— Artigo em Revista Electrónica: apelido, nome próprio (data). Título do artigo. Revista, número (volume – se aplicável) (data do número e/ou data da recuperação do artigo, conforme aplicável), de endereço da internet.

Exemplo:

Juliusdottir, Sigrun e Jan Petersson (2003). *Common Social Work Education Standards in the Nordic Countries – Opening an Issue*. *Social Work and Society*, 1(1) (01.12.2003), de <http://www.socwork.net>.

— Documento electrónico: apelido, nome próprio do autor ou organismo (data). Título do documento, data da recuperação do artigo, de endereço da internet.

Exemplo:

National Institutes of Health. (2003). *NIH Plan for Social Work Research*, retrieved March 2008 from http://obssr.od.nih.gov/Documents/Publications/SWR_Report.pdf.

— Comunicação: apelido, nome próprio (data). Título da comunicação. Comunicação apresentada – Nome do seminário/congresso. Local. Promotor do evento. Data precisa.

Exemplo:

Martins, Alcina e Tomé, Maria Rosa (2008). O Estado Actual da Formação em Serviço Social em Portugal - uma proposta de reforço da organização profissional. Comunicação apresentada ao Seminário Euro-Brasileiro de Serviço Social - Formação, Investigação, Qualidade e Desenvolvimento. Coimbra, Instituto Superior Miguel Torga, 20 de Fevereiro.

17. Os quadros e gráficos devem ter uma cópia em formato Excel (quadros e gráficos) e as imagens uma cópia em formato JPEG ou TIFF (imagens). A sua localização no texto deve estar claramente indicada.

Normas para avaliação de artigos

18. Todos os artigos serão submetidos a uma prévia avaliação por parte da redação editorial da revista. A seguir, se o artigo for julgado aceitável, ele será entregue a dois expertos da disciplina em questão, dos quais um membro do CEC e um externo.

19. Os dois revisores terão um máximo de sessenta (60) dias para expressar o seu parecer, que será entregue à redação. A redação irá comunicar os dois pareceres ao(s) autor(es) do artigo.

20. No caso em que os pareceres forem concordes, o(s) autor(es) irão receber a comunicação dentro de setenta-cinco (75) dias a partir da data de entrega do artigo junto à redação. A redação irá acompanhar os dois pareceres com uma pequena carta dirigida a(o)s autor(es), em que explicará: a. Se o artigo foi aceite sem necessidades de alterações; b. Se o artigo foi aceite, necessitando de alterações; c. Se o artigo foi recusado. Neste último caso, o(s) autor(es) não poderão submeter mais o mesmo artigo à revista, tendo o direito de acesso aos pareceres dos revisores que recusaram o texto. Se os dois pareceres forem discordantes, a redação editorial da revista irá tomar a decisão final, comunicando-a a(o)s autor(es).

21. Se o artigo for aceite, o(s) autor(es) responsabiliza(m)-se por organizar o mesmo em conformidade com as regras redaccionais da revista, num prazo máximo de duas semanas depois da comunicação de aceitação do texto.

Idiomas da revista

22. A revista tem como seu idioma principal a língua portuguesa. Entretanto, ela aceita artigos originais nas línguas inglesa, francesa e espanhola. Em todo o caso, palavras-chave e abstract terão de constar, além que na língua em que o artigo tiver sido escrito, também em português.

23. É possível aceitar artigos em outras línguas, tais como italiano ou alemão para efeitos do processo de revisão dos pares, na condição que o(s) autor(es) se comprometam, uma vez aceite o artigo, a fazer a tradução numa das línguas aceites pela revista.



OXFAM
IBIS

Parceiros



Sweden
Sverige